

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ VICTOR MACHADO

O LUTO PATERNO EM QUESTÃO: UM ESTUDO PSICANALÍTICO DO
SOFRIMENTO DE PAIS QUE PERDEM UM(A) DE SEUS FILHOS(AS)

CURITIBA

2019

ANDRÉ VICTOR MACHADO

O LUTO PATERNO EM QUESTÃO: UM ESTUDO PSICANALÍTICO DO
SOFRIMENTO DE PAIS QUE PERDEM UM(A) DE SEUS FILHOS(AS)

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica, no
Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Setor de Ciências
Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Virginia Filomena
Cremasco

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Machado, André Victor

O luto paterno em questão : um estudo psicanalítico do
sofrimento de pais que perdem um(a) de seus filhos(as) . / André Victor
Machado. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de
Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Maria Virgínia Filomena Cremasco

1. Luto – Aspectos psicológicos. 2. Perda (Psicologia).
3. Paternidade. 4. Sofrimento. 5. Masculinidade. 6. Psicanálise. I. Título.

CDD – 155.937



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICOLOGIA -
40001016067P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ANDRÉ VICTOR MACHADO**, intitulada: **O LUTO PATERNO EM QUESTÃO: UM ESTUDO PSICANALÍTICO DO SOFRIMENTO DE PAIS QUE PERDEM UM(A) DE SEUS FILHO(A)S**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Março de 2019.


JOANNELE DE LUCAS FREITAS
Presidente da Banca Examinadora


DEBORA PATRÍCIA NEMER PINHEIRO
Avaliador Externo (UP)


PEDRO EDUARDO SILVA AMBRA
Avaliador Externo (USP)

Dedicado ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À Maria Virginia, orientadora de longa data que apoiou o tema desta pesquisa e incentivou o aproveitamento de todas as atividades relevantes à um mestrado.

Ao grupo Amigos Solidários na Dor do Luto, por fornecer o espaço de incontáveis lições de aprendizado e sabedoria sobre o luto.

Aos colegas de mestrado, em especial Giovana Madrucci, que esteve junto em todos os momentos de dificuldade, de trabalho e de comemoração.

À Débora Pinheiro e Pedro Ambra, que tão prontamente se disponibilizaram para participarem da construção e avaliação deste trabalho.

À Marcos Roberto, presente ao meu lado desde o início, o durante, e fim.

RESUMO

Quando adentramos nos temas de luto, permeamos um tabu, algo de que não se fala fora de certos espaços e tempos bastante específicos; visto em sua tradição social e ritualística, o luto perpassa momentos de perdas e da própria morte, assuntos do qual o ser humano pouco quer saber. Esta pesquisa versa sobre os temas do luto conforme eles aparecem em interface com a paternidade: falamos, portanto, de um pai que tem uma experiência de luto com a perda de um filho(a). A justificativa para esse trabalho está na ausência de antecedentes científicos com semelhante metodologia para o estudo do tema bem como também na necessidade de se discutir a própria paternidade na contemporaneidade, a qual vem se reorganizando para novas demandas das organizações sociais atuais. Chegamos, assim, na seguinte problemática: como se dá a experiência do luto quando o vemos sob a perspectiva do pai? O objetivo deste trabalho é o de responder essa pergunta analisando as vicissitudes do luto paterno através de uma pesquisa em referenciais freudianos, que embasam uma pesquisa sobre a metapsicologia do luto e sobre as incidências do tema da paternidade nos pais que aparecem sem seus textos clínicos, e a clínica psicanalítica, embasamento metodológico para a realização da pesquisa com os pais e foco para sua posterior análise. Com a segunda, adentramos na singularidade de um pai que se insere nesse contexto como alguém que perde sua relação com o filho(a), abalando-se identitariamente em todas essas esferas. O método clínico da pesquisa foi construído a partir do uso de entrevistas clínicas, nas quais a subjetividade dos pais foi buscada em conjunto com as suas histórias de sofrimento, e posteriormente reunidas sob forma de relatos a respeito de suas experiências com a perda de seus(uas) filhos(as). Em seguida, uma discussão sobre as vicissitudes do luto paterno é acionada em conjunto com a análise individual dos relatos, buscando com ambas um aprofundamento do tema. Os resultados da pesquisa apontam para as vicissitudes do luto paterno estarem ligadas tanto aos componentes afetivos-relacionais dos pais com seus(uas) filhos(as) bem como componentes relacionados às funções de cuidado e providência de cunho financeiro, moral e pedagógico que norteiam a relação dos pais enquanto tais. Nisso a pesquisa revela também que os componentes narcísicos-identitários dos pais, presentes em seu imaginário a respeito de como pode ser expressa a subjetividade do homem-pai, atua de maneira decisiva na forma como eles próprios dão vazão aos afetos relacionados ao sofrimento inerente ao trabalho de luto. Por fim, a pesquisa conclui que o luto paterno se configura como dotado de importantes especificidades, ao colocar em foco o próprio funcionamento do aparelho psíquico e os temas adjacentes de paternidade e masculinidade, contribuindo para o saber científico e psicanalítico desses temas.

Palavras-chave: Luto. Paternidade. Masculinidade. Sofrimento psíquico. Psicanálise.

ABSTRACT

When we enter the themes of mourning, we permeate a taboo, something that is not spoken of outside certain specific spaces and times; seen in its social and ritualistic tradition, mourning passes through moments of loss and of death itself, matters of which the human being wants to know little about. This research deals with the themes of mourning as they appear in interface with paternity: we speak, therefore, of a father who has an experience of mourning with the loss of a child. The justification for this work lies in the lack of scientific antecedents with similar methodology for the subject as well as in the need to discuss paternity itself in the contemporary world, which has been reorganizing itself to new demands of current social organizations. Thus, we arrive at the following problematic: how does the experience of mourning occur when we see it from the perspective of the father? The objective of this work is to answer this question by analyzing the vicissitudes of paternal mourning through a research in freudian references, which base a research on the metapsychology of mourning and on the incidences of the paternity issue in parents who appear in his clinical texts, and the psychoanalytic clinic, methodological basis for conducting the research with the parents and focus for its subsequent analysis. With the second, we enter into the singularity of a father who inserts himself in this context as someone who loses his relationship with the child, shaking himself in all these spheres. The clinical method of the research was constructed with the use of clinical interviews, in which the subjectivity of the parents was sought together with their stories of suffering, and later gathered in the form of reports about their experiences with the loss of their children. Next, a discussion on the vicissitudes of paternal mourning is triggered together with the individual analysis of the reports, seeking with both a deepening of the theme. The results of the research point out that the vicissitudes of paternal mourning are related to both the affective-relational components of parents and their children, as well as components related to the financial, moral and pedagogical functions of care and providence that guide the parents as such. This research also reveals that the narcissistic-identity components of parents, present in their imaginary about how the subjectivity of the father-man can be expressed, acts decisively in the way in which they themselves give vent to the affections related to the suffering inherent in the mourning work. Finally, the research concludes that paternal mourning is configured as endowed with important specificities, by focusing on the psychic apparatus itself and the adjacent themes of paternity and masculinity, contributing to the scientific and psychoanalytical knowledge of these themes.

Key-words: Grief. Paternity. Masculinity. Psychic suffering. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MÉTODO	24
3 LUTO	32
4 PATERNIDADE	43
5 CASOS CLÍNICOS	61
5.1 GERMANO	61
5.2 ÉSQUILO	67
5.3 CASMURRO	81
5.4 DOM PEDRO	84
6 DISCUSSÃO	91
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	120

1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1990, na cidade de Curitiba, uma mãe abalada pela perda de seu filho, morto em circunstâncias para muito além de seu controle, decidiu que, não se sentindo devidamente contemplada por nenhum serviço de saúde, assistencial ou ocupacional, nem mesmo pela sua rede próxima de amigos e familiares, para ser acolhida em seu sofrimento, estaria tomando para si a responsabilidade de criar um espaço para que outras como ela não precisassem sofrer tanto ao passarem pelo mesmo tratamento de silêncio. Diante da falta de palavras de uma sociedade que não reserva espaço para a morte e nem para o luto, de profissionais incapacitados para lidarem com sujeitos sofrentes com suas perdas, e de familiares que, mesmo com boas intenções não sabem o que dizer nem fazer, uma mãe enlutada com a morte do filho encontrou no acolhimento e na ajuda que oferecia à outras como ela um caminho para trilhar que acrescentasse algum sentido para o seu desamparo. Nessa lida individual, que diz do sofrimento de uma única pessoa, pôde surgir um trabalho de resignificação de sua própria perda que acabou por agregar também, num laço de solidariedade e carinho para o próximo, pessoas abarcadas pelo mesmo silêncio social diante da morte e sofrentes da mesma angústia visceral de uma perda que não encontra caminhos para a expressão de um luto. O grupo de ajuda-mútua criado por essa mãe enlutada sobrevive ainda hoje, já há muito tempo transformado pelas vidas que passaram por ali e aprenderam algo de si através do contato com os significados de suas próprias perdas. Enquanto a sociedade não abre espaço para a morte e o luto como sendo experiências de significados plenos, que remetem às próprias condições da humanidade enquanto digna de acesso ao seu próprio sofrimento, o grupo resiste e persiste enquanto espaço de circulação de palavras, quaisquer que sejam, que atribuam algum significado que rompe com o horizonte de morte seca em que nos encontramos.

O nome desse grupo é Amigos Solidários na Dor do Luto (ASDL). Sua mãe fundadora, após encontrar alguma paz com sua própria perda, deixou para outra mãe a tarefa de coordenar os esforços de acolher a todos os que buscam um espaço para falarem de si e de suas perdas, e nisso efetivamente garantido sua continuidade para muito além de seu próprio tempo enquanto coordenadora. Em tempo, os caminhos da vida acabaram por levar o grupo, que até os primeiros anos da década de 2000 acontecia em uma igreja, para dentro do espaço da universidade, desde então acontecendo dentro do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Por aparente coincidência, nesse mesmo prédio o curso de Psicologia é ministrado e logo o contato

dessa comunidade com a academia foi firmado, rendendo benefícios para os dois lados envolvidos.

O espaço em comum entre um grupo da comunidade, que se auto-organiza e auto-gerencia conforme suas próprias necessidades, e a pesquisa científica que logo se articulou entre o curso e o grupo certamente diz de um anseio, talvez partilhado por ambas as partes, de dar nomes ao sofrimento que tanto acomete os enlutados e disso extrair algum conhecimento sobre nossa condição enquanto seres que falamos, seres que perdemos e seres que sofremos. Essa pesquisa, primeiramente intitulada “Luto e Trauma: apontamentos clínicos” e hoje registrada como “O Luto e suas Interfaces”, ambas pertencentes às professoras do Laboratório de Psicopatologia Fundamental (LPF) da UFPR, rendeu frutos tanto para o próprio grupo, que hoje se vê amparado por uma rede de psicólogos que foram transformados ouvindo as incontáveis histórias de dor e de superação que por lá circulam, quanto esses próprios psicólogos, que agora carregam um saber teórico-técnico a respeito dessa vivência carregada de sofrimento e podem dar testemunho disso em seus trabalhos clínicos e através da construção e circulação de produções científicas de suas autorias.

Dessa intersecção nós encontramos certos aspectos relevantes para entendermos tanto da própria existência do grupo enquanto espaço de resistência ao discurso hegemônico de silêncio da morte e do luto quanto das pesquisas feitas sobre as diferentes variedades de vivências de luto presentes ali. Algo da própria dinâmica de funcionamento do grupo remete a uma configuração anterior sobre como podem ser expressas as vivências de luto e a quem pertence essa linguagem: falamos, seguindo o modelo da própria criadora do grupo, das mães.

Enquanto participantes majoritárias do grupo desde seu início, as mães se tornaram uma espécie de referência sobre os “saberes ocultos” da vida, quase como se falassem de um lugar mítico, que apenas com o advento de uma morte podem se tornar acessíveis para uma pessoa comum. Se o enlutado está sempre, em alguma medida, sob o efeito da gramática de tabu pertencente aos tratos da sociedade com a morte e com o luto, parece que se o luto estiver em qualidade de ser materno, da mãe que perde um filho, algo aparece: uma forma de agência, por parte das mães, em conseguirem e poderem se apropriar de seu sofrimento, falarem dele e nisso serem consideradas válidas em suas expressões. A maternidade parece estar imbuída de um fator automático de validação que remete a certa tangibilidade em sua gramática de sofrimento, qualquer que seja, e que apenas se estende para outras mulheres, mesmo que estas não estejam em exercício da maternidade.

A produção científica das diferentes pesquisas feitas por alunos do LPF sem sombra de dúvida corrobora com esse cenário de valorização do discurso materno enquanto portador de

significados da vivência humana sobre perdas. Visto através das produções dissertativas da pesquisa produzidas até o momento, temos notícias do luto materno, de maneira geral¹ e com traços melancólicos², do luto materno da mãe que perde o filho(a) em situação de violência³, do luto materno da mãe que perde o filho(a) por suicídio⁴, do luto materno da mãe que perdeu apenas um dos(as) filhos(as)⁵ e da experiência de mães enlutadas em psicoterapia⁶. A população do grupo, afinal, colabora para que esse seja o público de tantas pesquisas já realizadas, no entanto, parece apontar também para algo mais que a quase todo momento é deixado de fora.

Essas mães, certamente, são possuidoras de seus saberes advindo do sofrimento de perda de seus filhos e as pesquisas realizadas pelos acadêmicos do projeto possuem suas justificativas para tais pesquisas. Falar de maternidade hoje em dia, afinal, descortina suas próprias discussões: quebra de paradigmas de maternidade enquanto dever sublime da mulher, novas expressões de corpos e desejos femininos, entrada da mulher no campo de trabalho e outras conquistas dos movimentos feministas a partir da década de 1960. Não apenas por si só, mas também em sua relação com o luto, esses temas são dignos de serem debruçados pela academia enquanto fenômenos complexos da atividade social humana que dizem de tempos sociais e de sujeitos singulares inseridos nesse tempo.

Algo sobre essas pesquisas, que em algum grau refletem questões sociais maiores e menores, como é o caso do grupo ASDL, sempre me inquietou enquanto estudante de psicologia inserido no projeto, hoje no sexto ano de participação do grupo. Diante de tantas mães, tantas mulheres que ali encontravam espaço para falar e eram acolhidas em seu sofrimento, um grupo parecia estar sempre em distonia dessa maioria: os homens e os pais.

Quando estes davam as caras pelo grupo, suas posições pareciam ser rígidas, quase inexpressivas se comparadas com aquelas das mães que podiam ser lamuriosas, trágicas e sábias, tão diversas ao povoarem o grupo. Das várias mães que compõe uma espécie de núcleo duro de participantes do grupo, por vezes com mais de dez anos de cadeira enquanto doadoras

¹ Schinemann, D.. *O luto de mães que perderam seus filhos: uma leitura psicanalítica*. 174f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

² Pimenta, S. O.. *A morte de um filho para uma mãe: luto, melancolia e identificação*. 120f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

³ Kurogi, L. T.. *Mães sem nome: a perda de um filho por assassinato*. 184f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

⁴ Schlemm, J. J.. *O suicídio e o luto materno*. 120f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

⁵ Segalla, G. S.. *Laços maternos da mãe que perdeu um de seus filhos*. 161f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

⁶ Michel, L. H. F.. *A vivência de psicoterapia de mães enlutadas*. 508f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

de seus testemunhos de superação, e também de participantes que apenas visitam o grupo algumas vezes, conseguimos encontrar pouco mais de dois ou três homens que ali decidiram ficar para contarem suas histórias. Da mesma forma, enquanto psicólogos do projeto, atendemos ao longo dos vários anos da pesquisa incontáveis mulheres, certamente na casa das dezenas, mas apenas um ou dois homens pediram por atendimento psicológico no mesmo tempo.

Nas raras vezes em que temos a oportunidade de presenciar um homem no grupo, seu discurso segue, na maioria das vezes, da seguinte forma: suas apresentações são imediatamente seguidas da nomeação de seus papéis dentro da casa, sempre pais ou esposos, seus relatos são sempre iniciados por uma fala sobre estarem ali para darem apoio às suas famílias, normalmente representadas por suas esposas, e daí partem para falarem dos desafios que encontraram na lida de questões burocráticas após a morte do ente querido e também das dificuldades que encontraram para cuidarem da casa enquanto suas esposas se recolhiam em seu luto. Relatos pormenorizados de seus próprios sofrimentos e dos afetos envolvidos na perda de seus filhos(as) são raros, e quando aparecem, muito breves. Na rara condição de participarem do grupo sozinhos, nunca presenciam mais de um ou dois encontros, sumindo dali para raramente serem ouvidos novamente. Ao ouvirem dos estudantes e psicólogos sobre a oferta de atendimento psicológico, esses pais parecem se fazer de desentendidos, negando a necessidade de qualquer tipo de ajuda. Tudo em seus comportamentos parece indicar que os homens estão ali apenas para ajudarem no processo de recuperação de suas famílias, quase como se tratasse de um ato de sacrifício próprio em nome de um bem estar social maior — discurso esse normalmente proferido por eles próprios.

Parecia, então, que as mulheres tinham seus sofrimentos lidos dentro do grupo e mesmo no discurso acadêmico enquanto simplesmente humanas e, os homens, apenas sofriam enquanto na condição de pais ou esposos. Suas histórias de perda e de superação remetiam a poucos elementos que não as dificuldades que enfrentaram para lidar com o não saber diante dos obstáculos surgidos com a morte do ente querido, esses quase sempre de ordem burocrática e objetiva. Seus discursos tinham cunho pragmático e não deixavam arejar palavras de afeto, salvo novamente a ocasião de falarem sobre as dificuldades que encontraram em lidar com a própria vida após uma morte. Algo da gramática de expressão do sofrimento desses homens continha um enigma: por que eram, afinal, tão secos em seus afetos e tão colados em seus papéis familiares?

Algo disso certamente está contido no momento histórico em que se encontram os homens participantes do grupo ASDL: assim como as pesquisas com mulheres e mães possuem

amplas justificativas sociais e culturais, também os pais trazem consigo seu próprio repertório de justificativas para a pesquisa. Não há pouco tempo se fala ora em crises da paternidade e ora em crises da masculinidade, ambas situadas enquanto uma transição de valores culturais já estabelecidos que são convocados a se modificarem para darem espaço a novos significados do ser pai e do ser homem na contemporaneidade. A complexidade dos dois campos aparece na medida em que percebemos que, enquanto assuntos que são pouco falados, eles aparecem socialmente como posições naturalizadas, dissociadas de suas construções históricas. O tema dessa pesquisa, nesse sentido, está situado em torno de um tabu da morte e do luto e também do campo do não-assunto que costuma ser a paternidade e a masculinidade, portanto, a intersecção de um tabu com um tema naturalizado. Nessa encruzilhada estão os pais enlutados, sofrendo de falta de palavras tanto para a sua perda quanto para sua colocação familiar enquanto pais e social enquanto homens. Surge como importante, então, nos situarmos historicamente a respeito desse cenário onde o luto é tratado como um tabu e assunto reservado para poucas palavras.

Ao localizarmos o horizonte do problema de pesquisa deste trabalho num referencial contemporâneo de sociedade, trazemos para a discussão um certo modelo de morte e um certo modelo de luto. Não apenas eles devem ser compreendidos, em seus respectivos panoramas históricos, como vemos a necessidade de situarmos os próprios modos de sofrer: também o sofrimento é atualmente alvo de mudanças e passivo dos mesmos interditos que operam sobre os dois primeiros, alterando portanto a complexa teia social de expressões possíveis para o indivíduo enlutado. Falar da construção desses modelos e de suas interações, sobreposições e, principalmente, formas de discurso, é trazer à tona o panorama histórico no qual se inserem os enlutados e dessa forma pavimentar o caminho para qualquer tipo de entendimento referente às suas singularidades, visto que estas apenas se formam nas suas relações com outros de seu tempo e lugar.

Falar de história do luto é, então, falar das formas com que indivíduos e sociedades encaram, processam e significam as perdas de seus membros (ARIÈS, 1977). Toda a sorte de construções ritualísticas, sejam elas representacionais ou concretas, breves ou estendidas, do indivíduo ou do grupo, passam, antes de qualquer coisa, pelo crivo das possibilidades prescritas num dado momento histórico, cultural, político e econômico do trato de uma sociedade com seus mortos e suas perdas. O processo de luto é, nesse sentido, pertencente ao indivíduo e seu local de inserção social, sendo que a própria palavra pode designar tanto os afetos do primeiro direcionados a seu ente perdido quanto o leque de rituais que marcam o momento da perda de

um membro desse mesmo social. A morte é sentida tanto em um quanto no outro e, enquanto para o indivíduo ela é, acima de tudo, vivenciada por meio de processos emocionais e afetivos, marcada socialmente pela concretude dos rituais, que materializam a perda em torno de significados sobre a morte em dado contexto histórico.

Quando entramos no trato dos temas da morte e do luto, atualmente, percebemos que estes estão marcados com o valor daquilo que a psicóloga Kovács (2003) considera um tabu: a morte é um interdito social de que pouco se quer saber e o luto o seu infeliz e tragicamente necessário correlato. Longe destes serem significados simples e auto-evidentes, que de alguma forma apontariam para uma relação naturalizada com a própria finitude, eles são, ao invés, a ponta de chegada de um longo processo da sociedade de recatar a sua lida com a morte através de um tortuoso caminho de torção desta por diversas instâncias para se construir aquilo que vemos e entendemos hoje como o interdito da morte.

Em meio às interdições, omissões e eufemismos das lidas com a morte na sociedade atualmente, encontramos nas suas práticas de luto correlatos muito semelhantes: essas passaram a se apresentar de forma diminuída, encurtada e sucateada. O distanciamento em relação à morte marcou a manifestação pública do luto como algo alheio ao cotidiano da maioria das pessoas, tornando-as desamparadas pelas tradições, concepções religiosas e mesmo o aparato médico-legal em relação às possibilidades de vivência desse momento. A secura da morte trouxe ao luto ares de ambiguidade, ambivalência, desconforto e desamparado ao enlutado, incerto e incapaz de falar sobre si enquanto pessoa enlutada.

Dentro desse cenário de escassez social para a expressão de vivência das perdas, encontramos aquilo que o antropólogo Koury (2003) descreve nos termos de uma emergência de atitudes individualizantes para e com o luto: enquanto impossível de se falar sobre a morte, o social a expulsa para dentro da pessoa. O sofrimento inerente ao trabalho de significação dos afetos direcionados ao ente querido, que não encontra formas de escoamento em representações sociais, acaba por se instaurar na individualidade de cada pessoa enlutada e força que ela lide com esse momento desamparada. O vocabulário emocional da perda é, então, banido do social e confinado ao reino da subjetividade de cada um; a própria verbalização de sentimentos se torna interdita e transfigura-se na vergonha e no constrangimento de se falar disso e na discrição no trato do luto.

A emoção mascarada publicamente para não dar nome à morte desencadeia uma evitação do assunto como se este, aos moldes da doença, estivesse sujo e contagiante. Koury (2003) nos conta que, em meio à velação das emoções presentes no trabalho de luto individual, encontramos nos círculos sociais do indivíduo todos os sinais de uma imposição que só poderia

vir de uma morte interdita pelo tabu: a expectativa de que esse seja discreto em suas manifestações, não cause grandes comoções e tenha aderência com o protocolo de economia restritiva de emoções públicas. Quanto menos o indivíduo lembrar publicamente que alguém faleceu, melhor. Essa cumplicidade entre os indivíduos envolvidos na perda, seu círculo social próximo, evidencia uma espécie de pacto no qual o indivíduo deve manter-se contido, discreto e, na medida do possível, desafetado para melhor poupar aqueles que o rodeiam. O vocabulário do luto se tornou árido, se expressando somente através da insensibilidade, do fingimento e do eclipse do próprio sofrimento como condicionante do trabalho de luto.

A tônica moderna dos processos e rituais de luto está expressa nas tendências individualizantes do trato das emoções relacionadas à morte: agora, aos moldes da moral burguesa e do pudor vitoriano, falar de luto se tornou desagradável, deselegante e, portanto, deve ser evitado. Condenado a se realizar às surdinas, o trabalho de luto se tornou expressão solitária do indivíduo em desacordo, descompasso e descrente de seu social; fechado em seu particular interno, o enlutado intensifica a sua desilusão com o mundo e consigo mesmo. Em meio a esse processo acelerado de individualização no cenário urbano atual (KOURY, 2003) vemos uma nova qualidade do processo de luto como sendo, acima de tudo, uma marcação de impotência do indivíduo, que nada sabe dizer de si enquanto sofredor, e do social, que nada quer e nada sabe dizer para consolar o enlutado. Qualquer relação da ordem de um cuidado com o indivíduo que poderia advir do luto enquanto ritual comunitário retrocedeu-se da mesma forma que os próprios rituais de luto diminuíram em quantidade, duração e significado.

Os ritos funerários hoje são comandados por um imaginário social em que, diferente de estar preocupado com uma boa passagem do falecido para a morte, qualquer a interpretação de um lugar e de um tempo sobre o que isso fosse, atualmente o morrer bem foi substituído pelo morrer rápido e discreto (KOURY, 2003). A preparação para a morte, que outrora fora marcada pela normalidade e cotidianidade, significava a comoção comunitária pela perda de um indivíduo; a morte era um acontecimento social e não individual e nem particular. Domada pelo tabu da morte, a sociedade hoje tenta fazer como se ninguém morresse e não salva nenhuma festividade, cerimonial ou rito de passagem para aqueles que desobedecem o seu interdito.

Quem vem responder a este comando é o discurso médico, que passou a ocupar lugar de prestígio e ao mesmo tempo formalidade nos saberes e poderes sobre a morte. Enquanto doença, o trato da morte se tornou cada vez mais racional, técnico e portanto deve ser visto, precavido e lidado sem a interferência de afetos nem emoções fortes. Distante de uma parte intrínseca da vida, a morte se tornou um acontecimento excepcional que diz apenas da incapacidade de um corpo biológico que não aguentou mais sustentar seu próprio

funcionamento. De forma análoga, assim como se medicaliza a morte, medicaliza-se o luto: sofrimento deve ser higienizado a fim de melhorar o desempenho social daqueles que sofrem para não perturbar quem nada quer saber disso.

Se por algum momento pudéssemos pensar que o sofrimento do enlutado encontraria subsídios em si próprio como possibilidade de trabalho psíquico, indo ao encontro com o sofrer como sendo constituinte do humano e portanto algo que deve ser acolhido, elaborado e historicizado, bateremos de frente com a realização de que atualmente também o sofrimento foi medicalizado e essa via de simbolização, portanto, gravemente incapacitada. Não bastasse que no atual panorama de relações do social com a morte e com o luto vigorasse um interdito, expresso pela gramática de possibilidades ou vetos de expressão desses, o seu componente constitutivo psíquico essencial, o sofrimento, foi também alvo de duras transformações em nome do discurso capitalista vigente.

A carência de sentidos para o sofrimento em meio a própria vida urbanizada moderna parece advir de um mal estar que expulsa da língua corrente expressões que estejam em desacordo com o coro de contentação que deve ser a vida de consumo e o comando de sermos felizes a qualquer custo, inclusive ao custo de nossa subjetividade. Conforme nos conta Kehl (2009), o indivíduo que sofre, seja ele por perdas ou qualquer outro motivo, é um indivíduo em desacordo com a normatividade social; sua própria característica de sofredor parece marcá-lo como incômodo e ruidoso, como se o seu sofrimento fosse contagioso. Na sociedade maníaca pelo bem estar em que vivemos, dar notícias de algum grau de insatisfação parece ruir com o imperativo de uma vida que deve ser boa, completa e incessante de prazeres, onde não há espaço para lamentações nem lamúrias: estes que escapam à vida para o consumo têm suas credenciais de bons cidadãos revogadas enquanto são forçados a tratar, por via medicamentosa, de seus problemas como se estes fossem de ordem estritamente individual.

Dentro da obrigação moral de sermos felizes, não há espaço para o sofrimento. As expressões da angústia na modernidade, como a tristeza, a dor, o abatimento e a insatisfação, em suma, as expressões de sofrimento que caracterizam o ser humano, foram transformadas em uma deformidade moral e um novo assunto a ser tratado pela medicina, que busca extirpar os sintomas de sofrimento como se fossem doença. Nesse movimento de patologização do sofrimento (KEHL, 2009) encontramos um novo remédio para cada sintoma às custas da perda dos saberes que só podem ser encontrados na dor de viver: roubado da possibilidade de viver o sofrimento em sintonia com si mesmo, o homem moderno se vê obrigado a tentar restituir-se junto à ordem de prazer irrestrito vigente ou padecer dos males da inadequação para o consumo e para o trabalho.

As tendências de individualização que vimos dos tratos com o luto, atualmente, estão em consonância com a forma como o sofrimento, ao ser privatizado no indivíduo que sofre, colocam neste as culpas de sua condição e o impelem a se tratar sob orientação técnica e moral dos saberes psiquiátricos. Vemos aqui um aumento exponencial de diagnósticos dos mais diversos transtornos, quadros e sintomas que dizem daqueles que não se adequam aos ideais ligados ao prazer e ao consumo; tornamo-nos, como diz Kehl (2009), uma sociedade antidepressiva. Assistimos a um cenário de crescentes diagnósticos orientados por noções de grau e espectro que agregam todas as expressões de sofrimento da subjetividade para que sejam medicalizáveis e, portanto, patológicos e passíveis de tratamento. Estamos diante de uma prisão tecno-científica médica que, através de uma patologização generalizada da vida subjetiva, pretende conquistar um estado de ânimo estável e sem conflitos onde os indivíduos ficam desinibidos para o trabalho e o consumo, ordenadores essenciais da vida no discurso capitalista tardio.

Quando a morte se torna esvaziada de sentido, suas representações caem e ela se transforma em algo ao mesmo tempo alheio e presente no social contemporâneo. Presente, afinal, visto que é parte constituinte da vida humana conforme a conhecemos, alheia, no entanto, em função de sua configuração como tabu do qual sempre estamos atentos porém nada temos a dizer. Nesse cenário, aos moldes de um sintoma social, a morte retorna fazendo-se mais do que presente em uma repetição incessante que busca a força inserir-se socialmente junto a alguma outra representação da ordem do excesso, descontrole e inesperado. Estamos no campo daquilo que a psicóloga Maria Kovács (2003) nomeia como a “morte escancarada”.

Ampliando o campo de reprodução das novas etiquetas sociais da morte, até então reservadas aos diferentes espaços de domínio médico, temos nas novas mídias do século XX, notoriamente a televisão e os jornais, difusores que atingem todas as classes e idades e portanto solidificam de maneira inigualável as novas relações do ser humano diante da morte. Sob os disfarces de notícias, atualidades, política e mesmo globalização, somos bombardeados de imagens e textos que nos contam de mortes numeradas, classificadas em local e quantidade, lugares distantes onde pessoas são vítimas de guerras ora entre países, facções criminais, policiais ou mesmo sem justificativa aparente. Tiroteios em massa em escolas, cinemas e clubes noturnos se tornaram rotineiros e nos acostumamos a pensar que o morrer sem sentido se tornou em si próprio um sentido para a morte — escancarada, a morte se faz presente maciçamente através da sua ausência de significado. Isso que Kovács (2003) aponta como uma forma de banalização da morte repercute no imaginário social de forma a criar uma imensa contradição — a morte, enquanto tabu, nos compele a não falar sobre ela ao mesmo tempo em que a morte,

enquanto escancarada, nos leva a falarmos sobre ela, porém sem reflexão alguma sobre seus significados. No olho desse furacão estão os enlutados, sofredores não apenas de suas perdas individuais mas também das impossibilidades de expressão social dessas mesmas perdas.

Na estribeira do assunto do interdito da morte, ao retomarmos o outro pilar constituinte dessa pesquisa, encontramos também o tema da paternidade como prolífico motor de discussões para questões da sociedade em nível cultural e político. Na mesma medida em que os pais do grupo de ajuda-mútua são atravessados por uma gramática social que barra os assuntos da morte e do luto, eles também estão no centro de questões relacionadas à reestruturação da família e da própria categorização do que vem a ser e fazer um pai, questões elencadas como sendo de vital importância desde os supracitados movimentos sociais que se deram principalmente na década de 1970. Entender mais desse cenário também pode nos ajudar a situar os pais enquanto figuras dotadas de componentes socialmente determinados, que podem agir de forma a barrar ou permitir a expressão de certos papéis e funções.

Entender a questão do pai e da paternidade no mundo contemporâneo começa antes em entendermos as mudanças relacionadas à família. A família esteve na encruzilhada de mudanças sociais várias ao longo dos últimos séculos: a educação, que radicalmente alterou as bases da formação do que viria ser o modelo nuclear de família; a nascente preocupação com saúde da população, que a partir da urbanização dos séculos XVII e XVIII tornou imperativo a necessidade de reprodução bem regida e regulamentada e até a arquitetura, que conforme alterou o próprio espaço físico para o estabelecimento de casas menores e compactas trouxe consigo importantes desenvolvimentos nas formas de relação entre os membros da família. O sentimento de pertencimento familiar que, conforme nos conta Ariès (1973), não tem precedentes históricos antes de início da urbanização, de certa forma vem como um afeto participante dessas mudanças, surge como representante de um amor familiar impossível de substituir sem grande dor. Até então, relações consanguíneas poderiam gerar um alto grau de afeto entre seus membros, mas isto nunca acontecia em decorrência da organização social da família e eram apenas contingentes, nem sempre estando presentes nas relações familiares.

Nas imagens da família tradicional desde o fim da baixa idade medieval, começando a partir do século XVI, a família começou a se organizar a partir do trabalho aos moldes do ofício, que reunia mulher e filhos em torno da produção de homem. A criança surge, então, como elemento de união, em alguma medida provocando um novo entendimento do que constituía a vida familiar, agregando intimidade, forma de trabalho e organização social em torno de um núcleo organizado pelas demandas dessas novas formas de relação. Família, portanto, se tornou representante da própria vida; suas passagens, maturações, deveres e tabus — é a partir daí que

a ideia de história de vida se torna quase idêntica a de história familiar, equivalente, inclusive, a própria noção de vida privada.

Desde os tempos desse desenvolvimento histórico a família é centrada em torno do pai, figura central que reuni para si as funções de criação, cuidado e continuidade da família e de seus membros. Ser homem, assim, foi lentamente se tornando quase sinônimo de um vir-a-ser pai, sua virilidade atestada através de seu trabalho enquanto chefe de família — conceito baseado na aberta relação de poder decorrente das atribuições masculinas dentro da casa. O pai tinha grande parte de suas atribuições ligadas a uma função financeira, sendo por direito (jurídico e moral) o detentor das posses da família. Surge, na família moderna, uma espécie de monarquia doméstica, claramente regida pelo pai, que tinha poder sobre toda a sorte de decisões que regiam a vida dentro da casa (ARIÈS, 1973).

Esse modelo de família, que reunia em si novos financiamentos da igreja, do estado e da nascente produção industrial tornou-se o modelo a ser seguido — o sentimento familiar se torna exaltado, significativo o suficiente para incitar emocionalmente a reprodução das formas de relação da época, que passaram a ser compreendidas como modelo ideal, por vezes inclusive deixando de lado seu caráter de construção histórica para se tornar naturalizado pela sociedade, agora interessada na reprodução intensa de seus membros para povoarem as cidades e fábricas.

Outra importante mudança na família viria, também a partir do final da baixa idade média, no século XVI, derivada principalmente das demandas de educação das crianças, estreitando os laços entre pais e filhos em função destes cuidarem mais de perto da educação de sua prole (ARIÈS, 1973). A família moderna, portanto, tem suas origens na escolarização das crianças e nos cuidados de criação que essas passaram a receber extensivamente pelos pais, contribuindo para o sentimento afetivo de união familiar. A educação escolar e familiar serviam claramente ao propósito de iniciar os filhos na vida em sociedade, devidamente treinados na etiqueta do convívio social e por vezes também em um ofício.

Nesse contexto, o chefe de família surge como uma espécie de nova função inaugurada dentro do elenco familiar como o responsável pelo cuidado e ensino da família e toda sua extensão. Sendo visto como um chefe de família, para quem a etiqueta social da época demandava as funções de controlar o desempenho maternal da esposa, a educação dos filhos e governar seus criados, a prescrição para esses homens era clara: em casa, não deveria faltar pão, trabalho e reprimendas (ARIÈS, 1973). A figura do pai se mantinha forte a partir da vida familiar, que era levada muito a sério, assim como a saúde e a educação.

A partir dos séculos XVIII e XIX, esse modelo, que até então era restrito às camadas burguesas e aristocráticas da sociedade, se desloca para todas as suas camadas e surge, assim,

um sentimento de pertencimento e identidade dentro da família que, resultante da individualização dos afetos e da própria arquitetura da época garantiram uma continuação segura para a paternidade ao longo dos séculos. Conforme nos conta a historiadora Mary del Priore (2013), ainda que “modelada por múltiplas circunstâncias econômicas, culturais e sociais, a sensibilidade do genitor diante dos filhos não foi a mesma ao longo do tempo” (p. 154), e o trabalho social de garantir a forte influência do poder centrado na figura do pai se deu no Brasil de forma análoga àquele das sociedades mais avançadas em seu desenvolvimento urbano industrial, sendo sempre “preciso assegurar a influência patriarcal, apesar das mudanças que atravessavam a paisagem urbana e rural” (p. 158).

Com as mudanças sutis na configuração da família nuclear ao longo dos séculos, principalmente a partir da segunda metade do século XX, algo que se manteve constante foi o entendimento de que o homem não é (ou supostamente não deveria ser) engrandecido pela sua atuação enquanto pai — este é percebido enquanto um dever moral, conforme nos conta o educador Silveira (1998). O pai, nesse sentido, é avaliado socialmente em sua aptidão para a paternidade através do desempenho de seus filhos, nas atividades da vida, onde, sendo bem vistos, atraem para o pai algo de uma aprovação por seu trabalho.

Ainda assim, a prática da paternidade é múltipla por ser correlato de um tempo, espaço e cultura, dependente das variáveis singulares daquele que cumpre essa função e daquele que é cuidado, sendo portanto sempre singular. O pai é, portanto, um produto de seu tempo e também um produto de sua própria criação, sempre na encruzilhada entre gerações (SILVEIRA, 1998).

Quando adentramos o terreno da vida familiar, dentro de uma casa em seu modelo mais básico de composição por pais e filhos, vemos que as funções do pai estão em uma constante dialética com aquelas pertencentes à mãe, sendo assim sempre provisória, em construção e, por isso, conforme afirma a psicóloga Vasconcelos (1998), também identitária. Sempre singular, essa subjetividade, no entanto, ao passar pelo crivo das relações humanas, entre pessoas, depende de uma certa materialidade ditada pelas formas e organizações e construções de cada momento. Há, portanto, singularidade e intencionalidade presente na constelação familiar, fundamentos de ordem psico-social que em muito excedem qualquer preceito biológico.

Na medida em que cresciam as demandas de consumo e se separavam os trabalhos entre gêneros, ao longo dos séculos XIX e XX, aumentou a responsabilidade do chefe de família de prover para a casa. Segundo a socióloga Giffin (1998), até o advento da industrialização, a família esteve na base da organização dos meios de produção, coisa que, mesmo após a revolução industrial, pouco se alterou, já que certas funções e relações apenas trocaram de agentes, mantendo a família como base de reproduções sociais e de população.

Seria apenas muitos anos mais tarde que essa separação de funções acarretaria num sem número de atribuições para o homem dentro da casa, todas devidamente separadas pelo domínio do pai ou da mãe e, portanto, regidas por estritas relações de poder entre gêneros. Conforme nos dizem os sociólogos Loewestein e Barker (1998), enquanto — e na verdade mesmo durante — os questionamentos desses papéis ainda não vinha, aos homens ficava impedido o seu trâmite entre domínios sob o perene risco de ter sua masculinidade questionada. Aí reside grande parte dos problemas de emoção e afetos que, na paternidade, devem ser suprimidos em nome de sua função percebida como estoica e séria, sem espaço para a expressão e trocas mais sentimentais.

A radicalização dos papéis atribuídos aos diferentes gêneros implicou ao homem a reprodução de tarefas de cunho provedor, autoritário e dominador, extirpando quase todo o potencial para o cuidado atento dos filhos, renegados a relações periféricas intermitentes e empobrecidas com seus pais. Na visão da psicóloga Muzio (1998), enquanto o papel social desempenhado pela mãe seguia moralizada, sacramentada e naturalizada, oferecendo seríssimas represálias às mães desatentas ou desinteressadas em maternagem, aos pais restava uma vigilância social muito mais laceada, perdendo os deslizos de cuidado por parte do pai.

Ao pai, consagrada posição de prestígio reservada apenas aos homens, cabiam certos preceitos de expressão emocional e sentimental trazidos diretamente do imaginário social que norteia a masculinidade, resultando na pessoa de poder autoritário, eminentemente público, cuja rede de relações e atribuições são forçadas sob treinamento de habilidades como a virilidade, a destreza e a ambição, cultivados desde muito cedo nos futuros chefes de família — enquanto o brincar de mamãe da menina é antecipado e promovido, o brincar de papai sequer fez parte do repertório de brincadeiras dos meninos, que se resume normalmente apenas ao desenvolvimento de funções instrumentais.

Essa organização de papéis, ainda assim, não funcionava com uma distribuição igualitária de encargos: a mãe, em sua posição plena e sublime, pode encontrar satisfação em sua função enquanto algo socialmente valorizado, atuando inclusive como motor de críticas àquelas que o escapam. Já o homem, livre desse tipo de encargo, é mais livre para assumir ou não sua paternidade, podendo inclusive assumi-la apenas em partes ou fazê-la de má vontade sem sofrer com isso grande represália. Apesar da escolha facultativa pela paternidade, ela ainda assim trazia uma série de benefícios morais para o homem e ele pouco sofreria se optasse por uma vida em que não constituísse família (MUZIO, 1998).

A forma como se dá a paternagem se expressa, portanto, segundo as permissões e as restrições que são determinadas por fatores diversos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Não obstante, os afetos envolvidos na criação dos filhos, quando existe, toma formas de envolvimento emocional altamente influenciados pelo vocabulário social correspondente à cada gênero, sendo assim também identitário. Segundo o pedagogo Gomes (1998), o exercício da paternidade está intimamente relacionado a questões de gênero como fios que se entrelaçam formando uma trama. A paternidade, portanto, é informada por muitos dos elementos que balizam a expressão social masculina, desde seus trejeitos típicos até utilizar de seus poder institucional quando necessário.

As vidas e trajetórias dos membros familiares, encarnados pela singularidade de cada sujeito, por vezes colide com o percebido interesse coletivo. Esse potencial de liberdade, conforme nos diz Romanelli (1995), tem profunda influência nas expressões de configuração da paternidade, mas ainda assim ficando esta subordinada às expressões hegemônicas de imagens familiares, sempre nucleares; estes eram, afinal, os modelos vigentes de reprodução das bases sociais.

Coube, ao pai, lugar privilegiado para o exercício da autoridade para efetivação e manutenção de sua posição dentro da família, sempre plenamente apoiado por valores ditos masculinos; já a mulher, de forma suplementar e subordinada, gozava de certa autoridade dentro da família, mas apenas na medida em que suas ações contribuíssem para o bem maior de sua tarefa maior, a maternagem (ROMANELLI, 1995).

Enfim, situados nesse cenário, esta pesquisa busca dar voz a esses homens enquanto pessoas dignas de terem o seu sofrimento explorado e alocado, assim como as mães, em um lugar de sabedoria que só pode advir de uma experiência traumática e dolorosa como o luto. A partir da problemática encontrada na linguagem opaca, seca e pragmática do pai enlutado com a perda de seu filho — elegidos, para esta pesquisa, por estarem em maior quantidade no grupo ASDL do que viúvos e homens em outras situações de perda — formulamos o seguinte objetivo de pesquisa: analisar as vicissitudes do luto paterno. Para sustentar esta pesquisa⁷ e responder esse objetivo, os objetivos secundários se organizam da seguinte forma: (1) investigar, dentro da teoria psicanalítica, o luto e seus conceitos adjacentes; (2) investigar, também sob viés psicanalítico, as noções sobre paternidade e o pai de família; (3) coletar histórias de sofrimento por luto paterno com entrevistas a pais enlutados; (4) analisar as entrevistas e colocá-las em discussão com o tema do luto paterno.

⁷ Avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde (CEP/SD) da UFPR e registrado na Plataforma Brasil com o CAAE: 70141317.3.0000.0102, submetido em 11/05/2017, aprovado em 03/10/2017 e com o término em 30/11/2018.

Referente às pesquisas bibliográficas, cabe situar que, no que tange o tema do luto, a pesquisa buscou subsídios no conceito de luto em si e junto à ele lançou mão de conceitos que agreguem na construção de um saber panorâmico, consistente com a construção de uma metapsicologia do luto. A pesquisa seguinte, também feita no viés psicanalítico, buscou especificamente em obras de cunho teórico-clínico inspiração para a montagem de um panorama descritivo das instâncias onde o pai da realidade é mencionado e de quais seriam os atributos e preceitos dados à ele; ainda que sem perder de vista a complicada situação de diferença entre o pai-psíquico e o pai-paterno, aquele da realidade.

O próximo capítulo, dois, articula o método pensado para esta pesquisa, sua configuração teórico-técnica e os motivos que levaram a escolha da entrevista de pais enlutados em detrimento de outras possibilidades de pesquisa. A partir daí, os capítulos três e quatro seguem a ordem dos objetivos secundários. No primeiro dentre aqueles de revisão bibliográfica está descrita a compreensão metapsicológica freudiana acerca do luto enquanto representante de uma dinâmica psíquica de lida com a perda. O capítulo seguinte apresenta as considerações da psicanálise freudiana acerca das diferentes menções do pai-paterno, conforme eles são descritos baseados em diferentes pais da realidade dos pacientes atendidos por Freud. Estes dois capítulos são de conteúdo teórico.

O próximo capítulo, cinco, conta a história dos pais entrevistados para esta pesquisa. Seu teor é clínico e descreve, aos moldes de um caso clínico, a construção da subjetividade em torno do evento marcante da perda de seus filhos junto aos conteúdos próximos à perda como a relação com o filho perdido e com a família. No capítulo seguinte, seis, essas histórias servirão de subsídio para uma análise de suas partes em discussão com o tema do luto paterno visando atingir uma descrição que verse sobre as suas vicissitudes. O penúltimo capítulo, sete, apresenta as considerações sobre os resultados da pesquisa, incluindo as contribuições da pesquisa para as comunidades acadêmica e psicanalítica, uma pontuação a respeito da contra-transferência, e uma consideração final a respeito do tema. Por fim, o capítulo oito lista as referências bibliográficas utilizadas para a construção desta dissertação.

2 MÉTODO

O delineamento deste trabalho pode ser expresso na forma de uma pesquisa qualitativa, teórico-clínica, que contempla três etapas concomitantes de trabalhos científicos: uma revisão bibliográfica, uma coleta de dados e uma posterior análise desses dados que segue a partir dos elementos elencados na revisão bibliográfica. Apesar do caráter, talvez, autoevidente que esse modelo de pesquisa em psicanálise possa parecer ter, uma análise de cada uma dessas partes revela informações relevantes para certos pressupostos da pesquisa com o método psicanalítico, sendo necessárias algumas palavras para a discussão de cada uma dessas partes.

Primeiramente, quanto à etapa de revisão bibliográfica, a natureza de algumas das escolhas feitas para essa pesquisa requer aprofundamento. Entendendo o luto como um fenômeno de cunho psíquico e social, com sobreposições entre esses dois campos a todo o momento, ainda assim estamos acostumados a separar, didaticamente, que o luto em seu caráter social se refere aos seus componentes ritualísticos e comunitários e, outro, sendo individual, da pessoa enlutada e que vive seu sofrimento psiquicamente. Todavia, sendo o embasamento epistemológico da pesquisa o psicanalítico, a revisão bibliográfica será feita através de referenciais da teoria psicanalítica, que norteia o âmbito clínico da pesquisa e refere-se portanto ao luto do indivíduo. A escolha de bibliografia se deu de forma não sistemática, sendo buscada em bases de dados científicos com o uso das palavras-chave relevantes ao trabalho, a saber, luto, morte, pai e paternidade; a exceção sendo a obra de Freud, que configura como sendo o referencial seminal na parte psicanalítica, em que os textos são buscados a partir de uma leitura histórica de sua obra, conforme relevância aos temas que permeiam a pesquisa.

Também é importante notar que, quanto a esses temas, a sua escolha se deu de forma a contemplar todos os essenciais constituintes do tema “luto paterno”, sendo esses o luto e a paternidade. Os capítulos que compõem essa primeira parte do trabalho são delimitações diretas dessas esferas temáticas e servirão para a montagem de um panorama dos principais determinantes do fenômeno do luto paterno, sendo o primeiro destes focado na construção de uma metapsicologia do luto, baseada nos conceitos freudianos, e o seguinte uma revisão teórico-clínica a respeito das incidências dos conteúdos relacionados ao tema da paternidade conforme eles aparecem em seus escritos clínicos. Sobre esse capítulo, é importante notar que, conforme avalia Dor (1991), a teoria freudiana trata as mais variadas consequências da figura do “pai” não enquanto a pessoa da realidade que encarna esse papel, mas sim a sua presença enquanto agente de efeito dentro do psiquismo. Sendo assim, lembrando que esta pesquisa trata do pai da realidade, conforme os participantes são por eles próprios autodenominados, o assunto

de paternidade acaba se sobrepondo ao da figura psíquica do pai, e o texto buscou revisar as incidências do tema da paternidade sem perder o horizonte de que essa sobreposição é, por si só, um tema epistemologicamente pegajoso, não sendo objetivo desta pesquisa explorá-lo. Resta dizer, sobre o método utilizado para a escolha dos textos desse capítulo, que eles seguem o delineamento teórico-clínico análogo à pesquisa, sendo que para delimitarmos o “teórico”, seguiremos a própria conjuntura de Freud de que sua teoria só é formalmente inaugurada e nomeada como psicanálise a partir da publicação do seu *Interpretação dos Sonhos*, ficando de fora seus casos pré-psicanalíticos, e que por “clínico” estaremos considerando apenas os casos em que ele atuou segundo o método estritamente clínico, e nisso transferencial e pessoal, deixando de fora assim textos de interpretações com base em material artístico ou biográfico. Seguindo esses parâmetros, chegamos em quatro textos teórico-clínicos que embasaram a escrita, três deles dentro dos chamados “grandes casos” de sua obra e um posterior, de menor aprofundamento.

Para servirem então como material para diálogo com a parte clínica da pesquisa, que lida diretamente com singularidades dos indivíduos que se encontram inseridos no fenômeno, os capítulos de revisão bibliográfica lançam as bases teóricas que são retomadas mais à frente no capítulo de discussão e análise dos casos. Cabe ressaltar que essa retomada não é, necessariamente, pontual nem didática, visto que compreendemos que toda a trajetória da pesquisa está em diálogo com o seu objetivo de explorar o fenômeno do luto, onde cada uma de suas partes interage com esse objetivo, conforme seu próprio método de trabalho, e por isso não visa exaurir as possibilidades de interpretação que podem surgir em cada uma de suas etapas.

Retomando as etapas seguintes da pesquisa, um ponto se torna importante de ser comentado antes de prosseguirmos: essa pesquisa existe dentro de uma longa trajetória, tanto do seu autor quanto do programa de extensão em que ela se insere, no qual diversas especificidades dos temas de luto já foram antes trabalhados. Isso significa que os temas gerais de luto e morte, bem como as próprias pessoas enlutadas, não são desconhecidas do autor e que, por isso, certas características da pesquisa foram baseadas nesse conhecimento já acumulado sobre o tema, alterando aspectos metodológicos. Essas alterações se dão principalmente em dois eixos: o primeiro, na escolha de não utilizar o grupo de ajuda-mútua como foco de coleta de dados; e segundo, o acréscimo da entrevista como forma alternativa ao atendimento terapêutico para a coleta de dados.

Quando falamos da participação do grupo ASDL, na introdução, mencionamos que ele possui características de fala aberta, porém restrita a certos temas, centralizada na figura da

coordenadora e com um forte caráter de testemunho da sobrevivência de seus participantes. Dizendo com outras palavras, o grupo delimita as possibilidades de expressões individuais de vivências de luto e, portanto, não é o local ideal para uma coleta de dados sobre singularidades, que são o foco clínico da pesquisa. Nesse sentido, o grupo se configura dentro da pesquisa como um espaço colateral onde certas informações relevantes são observadas, mas não são coletadas na forma de material para análise, principalmente quanto ao estatuto transferencial do autor, que será importante mais tarde, e também os comentários que os participantes por vezes fazem, em seus relatos individuais, a respeito de suas participações e outras formas de interação com o grupo.

A outra consequência metodológica da longa trajetória da pesquisa, que é o acréscimo da entrevista como forma de coleta de dados, se dá em virtude do conhecimento sobre o público da pesquisa, que são os pais. A experiência mostrou que pais não costumam buscar pelo atendimento terapêutico, isso quando sequer aparecem no grupo, visto que são o público mais raro em seus encontros. Vimos incontáveis vezes que os pais, muito diferente das mães e mulheres enlutadas, procuram o grupo de forma bastante pontual, participando geralmente de um único encontro e quase sempre acompanhados das esposas, dando pouca ou nenhuma abertura para um contato mais próximo por parte dos psicólogos e pesquisadores. É por esse motivo que a entrevista foi adotada com o propósito de oferecer um espaço alternativo ao atendimento terapêutico, que aos pais pode soar menos convocativa para um primeiro contato, visto que eles se sentem numa posição de suposta neutralidade, na qual apenas estão ali para darem seus testemunhos e não necessariamente buscarem ajuda.

Aqui cabe falar sobre um dado importante sobre a forma como as entrevistas serão utilizadas nesta pesquisa. Embora a entrevista seja tratada tradicionalmente como ferramenta de pesquisas qualitativas nas quais o seu uso busca respostas mais amplas do que um interrogatório, por exemplo, permitiria, aqui ela será utilizada de forma a dar corpo para toda uma possibilidade de expressão subjetiva dos participantes da pesquisa. Dizendo de outra forma, a entrevista aqui será clínica, seguindo para tanto referenciais técnicos provenientes da clínica.

Em termos de procedimentos, isso significa que muito do que se utiliza tradicionalmente será deixado de lado em favor de um uso amplo da entrevista; nesse sentido, as falas dos participantes não serão gravadas e transcritas, mas ao invés, retidas na memória do pesquisador e então ao final das entrevistas, passadas para um documento simples, aos moldes de um relato de sessão; também as perguntas ao participante serão pensadas não nos moldes de um interrogatório ou mesmo uma entrevista semi-estruturada, mas estarão abertas para aquilo que

estes desejam falar, com a pergunta inicial sendo, aos moldes de Freud (1913), apenas “fale-me de você”. Vale lembrar que, quando falou de sua técnica terapêutica, Freud foi enfático em dizer que “é indiferente o assunto com que se inicia o tratamento, seja a história de vida do paciente, a história de sua doença ou as recordações da infância” (p. 180); sabemos que esses conteúdos todos se aproximam em suas cadeias associativas e o lugar onde se começa não é de todo o importante. Essas adaptações servem ao propósito de aproximar a entrevista, na medida do possível, ao atendimento clínico, buscando prolongar tempo e espaço para que o máximo de atributos e informações subjetivas dos entrevistados apareça, fornecendo material transferencial para posterior análise junto às informações obtidas na revisão bibliográfica.

Nesse sentido, consideramos a entrevista clínica como tendo potencial para permitir a existência de um trabalho psicanalítico que, ainda que não contenha a terapêutica como um de seus atributos *a priori*, como é num atendimento, ainda assim permite que um grau de subjetividade inconsciente possa emergir na relação transferencial com o pesquisador, contribuindo assim para que dados dessa natureza sejam inferidos. É possível pensar essa relação a partir daquilo que Etchegoyen (2002) define como sendo o objetivo de uma entrevista preliminar em psicanálise: “colher informação sobre o entrevistado para decidir se precisa de tratamento” (p. 41); sendo assim, definimos a entrevista clínica como seguindo os moldes de uma entrevista preliminar e, portanto, situada nas técnicas de atenção flutuante do pesquisador e associação livre do paciente, porém divergindo em seu caráter de servir à intervenção a partir da interpretação. Por essa mesma razão, na medida em que a entrevista não busca a cura do paciente, ficam de lado também as questões de diagnóstico e seus desdobramentos, não sendo objetivo da pesquisa analisar problemáticas como a da estruturação subjetiva dos participantes e nem de exigir *a priori* tópicos específicos como infância e vida sexual, como seriam esperados ao longo de um atendimento clínico dissociado de uma pesquisa.

É possível chegar, dessa forma, em uma aproximação da entrevista como método qualitativo de coleta de dados com a já conhecida entrevista preliminar, na qual a atenção flutuante e a associação livres estão em vigor. Quando retiramos o elemento terapêutico do método psicanalítico para pensar a pesquisa em contextos outros que não o tradicional consultório, é possível pensar numa analogia com a entrevista preliminar, que nesse contexto teria entre seus objetivos o de auxiliar o pesquisador a realizar uma avaliação diagnóstica do candidato ao trabalho analítico, mas na pesquisa acadêmica serve, ao invés, ao propósito de levá-lo a escutar psicanaliticamente o participante contar sua narrativa, com o pesquisador escutando-o de uma posição clínica. Nesse ponto, retomamos Etchegoyen (2002) para pensar que essa postura clínica, ainda que aqui esteja sendo pautada em um enquadre de entrevista

preliminar, só pode acontecer “quando é realizada com os métodos da psicanálise” e “quando é realizada por um psicanalista.” (p. 39), sendo assim inegável o seu caráter por excelência clínico na medida em que é também transferencial, conforme os relatos deixarão claro das incidências dessa transferência.

Esse elemento se faz de suma importância quando pensamos o enquadre não do método da pesquisa mas sim da pesquisa em si mesma. Quando falamos em pesquisa com o método psicanalítico, conforme Figueiredo e Minerbo (2006), falamos na pesquisa de eventos sociais e psíquicos dos mais variados que tem a exigência incontornável de um psicanalista (p. 259). Segundo os autores, essa classificação se faz importante para se pensar que, em psicanálise, a separação entre “pesquisador”, “referencial teórico” e “objeto” não é tão relevante e o ponto mais importante a ser considerado é o da transformação, visto que nenhuma dessas partes sairá da pesquisa da mesma forma em que entrou (p. 260). Podemos dizer, dessa forma, que uma entrevista clínica busca a transformação entre essas partes, primeiramente dissipando a separação estreita entre pesquisador-entrevistado através da transferência, que faz uso do inconsciente de ambos os indivíduos em suas manifestações; e, segundo, através da fala do participante, que se inicia como uma narrativa individual pautada em sua história de vida e se transforma em conteúdo metapsicológico a partir da sua análise à luz da teoria psicanalítica.

A escuta clínica, psicanaliticamente orientada do pesquisador, se presta, dessa forma, a propiciar a passagem da vivência do participante em experiência, aos moldes, portanto, do *pathei mathos* esquileano (BERLINCK, 2000) e, nesse sentido, se configura como sendo campo da articulação entre o superficial, referente ao que é passível de ser descrito e observável, com a profundidade das dinâmicas do inconsciente, indo dos processos primários, coerentes com as vivências pulsionais do *pathos*, para processos secundários de experiência e significado através da escuta do pesquisador.

É por esse motivo também que os participantes entrevistados serão tomados a partir de suas narrativas para a construção de casos clínicos, onde suas posições *páthicas* e transferenciais serão vistas ao lado de suas histórias para fornecerem material que permitam uma análise à luz da teoria psicanalítica, deixando de lado a vinheta, outro uso tradicional da entrevista, como forma de dialogar teoria e clínica. Essa construção de caso, quando aproximada da máxima de *transformação* proposta por Figueiredo e Minerbo (2006), permite a compreensão daquilo que Rosa e Domingues (2010) definem como sendo o campo de uma pesquisa psicanalítica, onde este “é construído na interação entre o pesquisador e seu interlocutor, num processo de realimentação mútua” (p. 185) e, portanto, não permite que um dado seja buscado, coletado ou revelado mas sim uma inferência se construa na relação transferencial. A entrevista clínica

busca não aquilo que se sabe, seja por parte do pesquisador ou do participante, mas aquilo que é insabido e apenas pode se expressar pelas manifestações do inconsciente, sendo as sinuosidades presentes nesse campo o que se busca construir com o caso clínico.

Vale situar aqui que, quando falamos em construção de caso, estamos evocando aquilo que Magtaz e Berlinck (2012) pontuam como sendo de mais importante na pesquisa com o método psicanalítico: “a função de colocar em palavras – a formulação de uma situação problemática – aquilo que ele [pesquisador] viveu na transferência e apresentou-se como surpreendente enigmático” (p. 76). Aproximando, assim, o *surpreendente enigmático* de Magtaz e Berlinck (2012) com a exigência da *transformação* de Figueiredo e Minerbo (2006) conseguimos entender que a pesquisa com o método psicanalítico se pauta, acima de tudo, na necessidade de que um saber seja extraído daquilo que surpreende o pesquisador em seu trabalho investigativo com seu paciente. Essa capacidade só pode estar orientada pela técnica da psicanálise, que dispõe, em sua regra fundamental (FREUD, 1912), os elementos que evocam, por parte do paciente, que sua fala flua livremente de forma a se associar em suas ligações inconscientes e que, por contrapartida do psicanalista, seja ouvida de forma a escutar tudo e também nada em especial. É nesse ponto que, com o inconsciente do psicanalista em uso para entregar-se à escuta do paciente, emerge uma experiência que por si só é terapêutica e contém o gérmen para que um saber seja *a posteriori* inferido e que diz, simultaneamente, de uma história de vida e de um momento histórico. Chegamos, enfim, na *experiência* fundamental de Berlinck (2000) que, aos moldes do *pathei mathos* esquileano, nos conta daquilo que o sofrimento ensina.

É importante retomar aqui a ideia de que essa entrevista clínica, pensada em analogia à uma entrevista preliminar em psicanálise, compartilha com esta também uma característica essencial, que é a ausência da terapêutica como um de seus objetivos. Retomamos aqui Etchegoyen (2002), quando este define a entrevista preliminar como um dispositivo técnico que visa o conhecimento de características históricas e subjetivas de um candidato ao trabalho analítico, para se pensar que, em direção à esse planejado início de tratamento, não cabe ao psicanalista utilizar-se do principal instrumento técnico que visa a cura - a interpretação. Assim, notamos que, além do objetivo diferenciado, como falamos antes, também adotamos uma segunda característica que difere a entrevista clínica de um atendimento terapêutico *em si*, que é o uso da interpretação. Cabe pontuar que, ainda que não vise curar, uma entrevista pode possuir potencial de ordenamento, rememoração e escoamento que por si só possuem valor terapêutico para o entrevistado, mesmo que não sejam almejados pelo pesquisador como um objetivo por antecendência. O encontro clínico é, como pontuou Berlinck (2000), espaço para

que um saber emergja numa relação de escuta e acolhimento de um sofrimento, quer esse espaço exista num enquadre terapêutico ou não. Além disso, como o próprio Freud (1913) preconizava, o primeiro passo de um tratamento analítico é ligar o paciente transferencialmente à pessoa do terapeuta, e para isso precisa-se de tempo, coisa que a entrevista tem em estoque pequeno. Qualquer interpretação precipitada ou fora de hora não fará nada se não levantar resistências do paciente e fazê-lo desacreditar na própria eficácia do processo.

Pensamos, então, a partir desse uso diferenciado da entrevista clínica para esta pesquisa, na posterior descrição das histórias de cada participante como um caso clínico, descrito a partir da experiência que surge entre a narração de sua vivência e o acolhimento proporcionado pela escuta do pesquisador. As entrevistas, então, ainda que de forma breve, contribuem para a construção de textos sobre a singularidade das vivências do luto paterno, as quais servirão para posterior análise sob luz de conceitos psicanalíticos que buscam construir uma metapsicologia que acrescenta um *logos* à teoria psicanalítica. Nesse sentido, atentamos também para o potencial do uso dos termos de *caso* e de *clínico* no contexto da pesquisa — esse último, conforme nos lembra Ceccarelli (2005), coerente com o entendimento de um espaço e uma função em que se dá o encontro de duas pessoas onde uma delas se debruça sob a outra para ouvir, avaliar, e intervir sobre o corpo ou a mente da outra, onde nessa condição trata-se do *pathos*, que é a paixão, o excesso ou a passividade, da qual o indivíduo é sempre portador e atravessado por ela. Já o *caso*, que em seu referencial etimológico liga-se ao termo simples de *achado* (HOUAISS, 2001), entendemos como inferência do desdobramento do *pathos* enquanto tendo sua natureza discursiva e pautada na linguagem, expressa na sobreposição entre sofrimento e história. Quando trataremos dos casos clínicos nesta pesquisa, portanto, falaremos da trama discursiva que constitui o sofrimento do sujeitos-pais e a partir do qual eles falam. Ademais, conforme descrito anteriormente, na medida em que o método de entrevista não busca a cura desses sujeitos, não serão aprofundados interpretações de cunho psicodinâmico para ao invés privilegiar os seus discursos enquanto representantes por excelência de seus sofrimentos, reproduzidos aqui, na medida do possível, utilizando gramática e tons próximos aos utilizados por eles próprios.

Por fim, após a exposição dos casos é que buscamos dialogar a clínica com as informações descritas anteriormente pelas revisões bibliográficas sobre os temas da pesquisa. Esse capítulo contém, primeiramente, uma discussão que abarca os principais elementos encontrados enquanto vicissitudes do luto paterno, para logo então realizar uma análise individual dos casos, buscando na soma entre discussão e análise atingir o objetivo da pesquisa, nem por isso pretendendo com ela exaurir todas as possibilidades de interpretação do fenômeno.

A análise busca, conforme Niko e Moura (2000) situam a respeito do estudo de caso, propiciar que o texto dos relatos sirva de material onde a escuta do pesquisador, em situação análoga à atenção flutuante, busca abrir espaços nos relatos onde deles emergem novos sentidos para os seus conteúdos, buscando em conjunto com a contra-transferência do pesquisador elencar possibilidades novas para a compreensão dos relatos. Assim, delimitamos a estrutura da dissertação para conter, em ordem meramente expositiva, a descrição dos principais elementos constitutivos do fenômeno do luto paterno na forma dos capítulos de revisão bibliográfica sobre luto e paternidade, seguido da apresentação dos casos clínicos, sua posterior análise e discussão em diálogo com o objetivo da pesquisa e, enfim, um capítulo para as considerações finais que concluem com o texto e a pesquisa como um todo.

3 LUTO

Do luto enquanto ritual que marca as perdas de uma comunidade, moldado pelas suas relações históricas, políticas e econômicas com a morte, pouco temos a inferir exceto talvez por uma análise crítica de como se dão essas relações enquanto representantes de fenômenos psíquicos. É apenas do luto enquanto sendo do indivíduo enlutado que a psicanálise pode se autorizar a falar a partir de sua teoria acerca do funcionamento do aparelho psíquico. Não nos é estranho, inclusive, pensar que a própria psicanálise surge logo após os séculos de ascensão dos ideais de vida burguesa moderna que, ao expulsarem as representações sobre a morte e o sexo da cotidianidade em preparação de seus membros para sua melhor eficácia no trabalho industrial do nascente capitalismo, expulsa para o indivíduo a lida com o excesso cultural dos processos civilizatórios modernos, privatizando relações e individualizando afetos que eram até então passíveis de serem compartilhados. Atualmente, a subjetividade é o reino por excelência onde se dão as relações afetivas dos indivíduos e o luto, em todo seu potencial para o excesso, apenas escancara essa realidade.

Não poderia ser diferente, então, que Freud logo estaria inserindo a problemática do luto como um de seus mais importantes trabalhos metapsicológicos, efetivamente assegurando o estudo do tema como pertencente ao domínio dos saberes ditos psicológicos. Seja pela vertente teórica psicanalítica ou não, seus textos são o referencial de onde partem diferentes visões sobre o funcionamento subjetivo daquilo que ele próprio inicialmente chamou de trabalho de luto.

Enquanto que as primeiras menções ao luto na obra de Freud aparecem desde seus primeiros escritos psicanalíticos, seria apenas no seminal *Luto e melancolia* (1917 [1915]) que ele traçaria as principais características do fenômeno junto a seu respectivo paradigma teórico: o trabalho de luto. Foi, em realidade, não aos desafios teóricos e nem tampouco clínicos do luto que a sua empreitada visava se debruçar mas, ao invés, no problema da melancolia e em como esta poderia ser pensada em paralelo a um evento de uma entendida normalidade que seria o luto. Apesar disso, daí desprendemos uma das primeiras características daquilo que Freud (1917 [1915]) descreveu como pertencente ao luto: não só ele se configura como um evento pertencente às constelações de afetividades humanas, portanto algo normal e inclusive esperado, mas também as repercussões psíquicas do próprio fenômeno não devem ser vistas como patológicas e para elas não se deve indicar um tratamento que visasse extirpá-las.

Algo dessa definição, que em alguma medida autoriza o sofrimento daqueles imersos no luto, se reflete no entendimento de que o fenômeno do luto pode advir não apenas de perdas

de pessoas amadas, mas também de perdas de outras ordens: ideais, projeções, relações de trabalho, de amizade, do corpo, do imaginário, de coisas em nós e nos outros. O entendimento do luto pertencente à normalidade deriva da conceituação que Freud (1917 [1915]) faz dele como estando ligado não propriamente num tipo de perda, mas de perdas em si: o luto diz, então, da dinâmica do aparelho psíquico diante das perdas de satisfação libidinal. A sua análise do processo se inicia na percepção de que o Eu, via exame da realidade, não encontra mais satisfação naquele objeto, que até então servia à isso, e daí se segue um longo e dispendioso trabalho onde essa energia deve ser, paulatinamente, desligada desse objeto. Essa solicitação, notoriamente difícil e longa de ser cumprida, por vezes até impossibilitada por fatores constituintes dessa própria energia, vem a se constituir como aquilo que Freud (1917 [1915]) chama de trabalho de luto. Retomaremos esse ponto mais adiante.

Um dos primeiros pontos dessa dinâmica do luto, inclusive temporalmente, refere-se a um afastamento do enlutado do mundo externo enquanto campo que não lhe oferece representações que não se aproximem da pessoa perdida. Vemos em Inibição, sintoma e angústia (1926) que esse afastamento é da ordem de uma inibição da libido daquilo que, ou não produz mais satisfação, ou cujo próprio envolvimento geraria mais angústia do que o investimento seria capaz de proporcionar como prazer. O enlutamento do indivíduo refere-se também a um recolhimento ao seu mundo interno enquanto lugar que pede por manejo da angústia desprendida do objeto perdido, sendo assim o conflito principal do luto é de ordem de realidade interna, da vida instintual, contra realidade externa, carente da pessoa perdida. Enquanto inicia o seu trabalho de recuperação de um equilíbrio interno, o enlutado afasta seus investimentos de lugares que não digam respeito aos seus laços perdidos, reduzindo muito sua atividade cotidiana em meio ao convívio social.

Essa necessidade de manejo da angústia, entendida aqui enquanto reação à uma separação (FREUD, 1926), diz de um imperativo que surge psiquicamente para o aparelho psíquico no momento da ruptura de se manter vivo através de processos que alterem a qualidade dessa angústia em algo tolerável para o indivíduo. Enquanto qualidade de um afeto, a angústia é da ordem do excesso e da sensação de dor que acompanha o trato psíquico dado à estímulos desprazerosos, sejam eles internos ou externos, que perturbam a economia do aparelho psíquico. Esse excesso é percebido na intersecção do somático e do psíquico, por vezes sentido nos órgãos do coração e pulmão, e se faz presente enquanto incômodo até o momento que seja de alguma forma direcionado a um novo rumo. A angústia, dentro da dinâmica do luto, refere-se à energia desprendida da relação rompida com a pessoa perdida, que até então vigorava como objeto dos afetos do enlutado.

Não sendo um objeto da ordem de uma pessoa, necessariamente, o vocabulário freudiano de perdas refere-se aos Instintos e seus destinos (1915a) e a uma característica específica do instinto: o objeto. Este é, nos termos propostos nesse texto, o meio pelo qual é possível a satisfação libidinal. Objetos, nesse sentido, são os mais variados lugares pelos quais a porção de atividade pulsante do psiquismo passa em seus caminhos de satisfação, seu fim que visa, aos moldes do princípio do prazer-desprazer, aliviar o excesso de estímulo que acomete o aparelho psíquico em sua mediação do interno com o externo. O objeto é aquilo que torna possível a própria satisfação, enquanto destino do instinto, das mais variadas fontes de instintos, significando que tanto um objeto pode satisfazer à várias fontes quanto que uma mesma fonte se satisfaça em vários objetos.

Esse entrelaçamento de energia com objetos marca também os laços de um indivíduo com aquilo que ele ama, já que, dentro do espírito de nossa própria língua (FREUD, 1915a), entendemos que aquilo com o que nos satisfazemos muito se aproxima daquilo que queremos por perto e, portanto, quando dizemos de nossos amores, estamos falando de nenhuma outra coisa se não de nossos investimentos afetivos. Amamos nossos objetos de satisfação libidinal e, dessa forma, mantemos ativa a mobilidade dos instintos enquanto esse enlaça mais fontes num mesmo objeto e novos objetos para a mesma fonte, por vezes inclusive obscurecendo aquilo que se constituiria como pertencente ao corpo, fonte somática de onde partem os instintos, de suas representações e afetos, alocados entre os sistemas do inconsciente e consciente.

O amor de um indivíduo para seus objetos, nesse sentido, se situa na ordem dos instintos objetais do Eu que visam alocar libido para meios externos ao aparelho psíquico. Essa marcação Freud (1915a) faz tendo em vista a diferença fundamental marcada na infância de todo desenvolvimento psíquico de investimentos que são autoeróticos e que encontram satisfação nos diferentes membros do próprio corpo: é o campo do narcisismo primário. Enquanto bebê que se satisfaz apenas no registro do prazer, ainda sem uma alteridade que demarca uma exterioridade, os seus instintos se bastam nele mesmo. É apenas com o amadurecimento do psiquismo que começamos a ter indícios de um estágio seguinte de possibilidade de investimentos, nomeados de narcísicos, a partir do norteamento dos instintos de trazer para si objetos que lhe confirmam sensações prazerosas como um dia foram aquelas obtidas no próprio corpo. A situação instintual dos enlaçamentos de um indivíduo deve, assim, à sua história de vida e as formas como investimentos narcísicos são feitos, visto que uma vez enlaçados, o aparelho psíquico resiste a alterar suas rotas de satisfação.

Luto, portanto, é um problema de ordem econômica. Frente à perda colocada para manejo do aparelho psíquico, é necessário que este desligue suas satisfações obtidas no objeto perdido e encontre novos caminhos possíveis para essa energia. Acima de qualquer coisa, a economia do luto é a do excedente instintual desligado de satisfação que passa a circular no aparelho psíquico pedindo por novos fins. É nesse movimento em que reside uma das maiores dificuldades da vivência inicial do luto: essas satisfações que caducam frente ao exame de realidade, ao se tornarem impossíveis de serem novamente objetos dos instintos, transbordam o aparelho psíquico de energia desligada que violentamente o convoca para manejar esse excesso. Situado no campo de imenso desprazer, esse desprendimento de energia pertencente ao objeto perdido refere-se ao excesso de estímulo que, como um tecido elástico ao se romper, faz um retorno enérgico ao seu ponto de sustentação e nesse percurso bate de frente com a sua fonte, impossibilitado que de imediato seja acolhido pelo psiquismo. Esse movimento apresenta-se como um choque para o indivíduo, um murro em suas entranhas cuja potência é nenhuma outra se não sua própria ligação com aquele objeto perdido. A dor do luto, nesse sentido, só pode ser semelhante ao amor que havia disponível para se satisfazer naquele objeto, agora para sempre perdido. A convocação seguinte ao aparelho psíquico, então, é a de distribuição dessa energia para novos fins.

Essa economia de processos psíquicos nos leva a inferir que o luto convoca trabalhos de investimento e de descarga referentes às satisfações libidinais que eram, até então, direcionadas para objeto, agora perdido. A complexidade desses movimentos se mostra visível na medida em que a pessoa na posição de objeto não representa, em realidade, a simplicidade de satisfação de uma única fonte instintual, mas sim de várias, bem como pessoa nenhuma é composta de um traço único que recebe esses investimentos, mas sim uma amálgama de incontáveis características que se prestavam a função de serem objetos. O rompimento presente no primeiro momento do luto indica que um número indizível de investimentos, provindos de um número indizível de fontes, eram satisfeitos em um número indizível de objetos agrupados naquela pessoa. O indizível aqui refere-se não a uma quantidade, como o termo poderia parecer indicar, mas sim a uma qualidade: os movimentos instintuais são na sua enorme maioria das vezes alheios à consciência do enlutado e situam-se sob o estatuto do conteúdo reprimido inconsciente.

Luto, portanto, é um problema de ordem dinâmica. Situar a problemática da economia pulsional enlouquecida pela perda implica em entender os caminhos por onde passam os investimentos afetivos para os diversos objetos que compunham a representação interna da pessoa perdida. Esses trajetos de ida e vinda dizem dos caminhos feitos pelo enlutado para

construir sua relação com a pessoa perdida e, da mesma forma como um dia precisaram ser montados, no luto são desmontados seguindo os mesmos parâmetros dinâmicos presentes no funcionamento do aparelho psíquico.

O âmago dessa dinâmica que Freud descreveu sobre O inconsciente (1915b) diz respeito aos possíveis trâmites de investimentos entre os lugares da topologia do aparelho psíquico: os sistemas Ics, Pcs e Cs. Enquanto reservatório dos impulsos instintuais que apenas tentam se descarregar, o Ics agrega conteúdos psíquicos puros em condições que nós falharíamos em compreender se tomássemos como modelo os processos conhecidos da nossa consciência, visto que no Ics certas operações o diferenciam qualitativamente de seus sistemas associados. Os seus processos são atemporais, isto é, não atuam em relação à passagem de tempo e nem são ordenados por ela; também o Ics não é regido por consideração direta da realidade externa, funcionando sob os chamados processos primários, que representam uma realidade psíquica própria e funcionam sobre os mecanismos de deslocamento, onde um investimento se desloca entre diversos afetos, e de condensação, onde vários investimentos ligam-se a um mesmo afeto; por fim, mesmo a lógica dessas características nos é estranha em função do Ics operar sem contradições, absurdos ou impossibilidades, visto que seu funcionamento é regido somente por pura pulsão libidinal. Organizado como principal constituinte do psiquismo, o postulado de Freud (1915b) acerca do Ics é que ele deve ser tomado como constituinte central na organização psíquica e local por excelência de onde partem os nossos funcionamentos, em sua maioria ocultos para nós, que marcam a intersecção do somático com o psíquico.

Os sistemas acima do Ics, nesse sentido, do ponto de vista topológico, constituem apenas organizações posteriores que mediam a interação entre conteúdos internos e alocação daqueles de percepção do externo, sendo assim o Pcs e Cs pequenos em dimensão operativa e constitucional se comparados ao Ics (FREUD, 1915b). A função do Pcs é intermediar os processos dinâmicos e econômicos do Ics com o Cs, funcionando como lugar onde se localizam conteúdos de acesso possível à consciência, denominados latentes, que não são de imediato acessíveis mas nem por isso estão sujeitos à repressão que impele conteúdos ao Ics. O conteúdo do Pcs, portanto, procede tanto de fontes instintuais do Ics quanto de percepções vindas da somática sensorial acessíveis ao Cs. No Pcs estão armazenadas memórias e conhecimentos úteis ao Cs para o seu trabalho: este, enquanto organizador de nossas percepções da realidade externa e também daquilo que internamente não está reprimido, se configura como controlador de ações motoras, de julgamento e de intelecto.

A organização das forças instintuais que lutam entre si para o controle sobre a primazia das descargas libidinais do aparelho psíquico, que definem os âmbitos econômicos e dinâmicos

deste, nos interessa na medida em que ilustram a metapsicologia do luto enquanto processo de investimento e desinvestimento de energia psíquica. Dentro dessa esquemática, é de crucial importância a comunicação entre os dois principais sistemas, Ics e Cs, pois nela encontramos subsídios para o entendimento do segundo movimento do trabalho de luto, isto é, o manejo do aparelho psíquico para novos fins da energia desprendida no rompimento dos laços com o objeto perdido.

Como sabemos, grande parte dos processos psíquicos nos são inconscientes e deles nada podemos inferir se não estiverem associados à investimentos em representações na consciência. Freud (1915a; 1915b) denomina que essa característica da nossa vida instintual confere caráter de incognoscibilidade aos conteúdos do sistema Ics, efetivamente demarcando que, enquanto incapazes de se tornarem conscientes pela via de rebaixamento da repressão, eles não existem como objetos da consciência. Não é porque não sabemos deles, no entanto, que eles não deixam de tentar se fazerem satisfeitos às custas de sofisticados processos que contornam a resistência. O Ics, enquanto regido pelo princípio do prazer-desprazer, é algo vivo (FREUD, 1915b) e capaz de coordenar relações com os sistemas Pcs e Cs através de suas influências sobre eles por vias de deslocamento de energia que resultam, no entanto, em formações sintomáticas que buscam ao mesmo tempo satisfazer impulsos instintuais reprimidos e burlar a consciência dos afetos envolvidos nessa satisfação. A possibilidade das formações do Ics de atingirem o sistema Cs de forma não sintomática está no trabalho de investimentos em representações por via da palavra: enquanto qualidade de um conteúdo psíquico, nada separa algo presente nos dois sistemas para além da repressão, no entanto, somente aqueles conteúdos que estiverem investidos de palavras que os representem podem passar para o Pcs para se tornarem mais tarde acessíveis ao Cs (FREUD, 1915b). Representações não colocadas em palavra nunca poderiam livremente tornarem-se conscientes se não por via da junção do afeto inconsciente, representante de fontes instintuais incognoscíveis, e investimento neste através de sua associação a uma ideia que o represente. Ainda que essa ligação não implique, necessariamente, num tornar-se consciente desse conteúdo, ela representa sua única possibilidade de chegar até o Pcs para ser acessado enquanto conteúdo latente.

Quando o desprazer gerado pelo rompimento súbito e largo de investimentos, como acontece no luto, chega até à consciência, não é uma representação cognoscível que está se deslocando, mas sim, um registro de dor pertencente a uma angústia sem nome. Assim como nos é alheio a maior parte do conteúdo inconsciente enquanto suprimidos pela repressão, também nesse estado eles continuam ao se fazerem presentes no registro da dor que, aos próprios moldes do funcionamento do instinto, sobrepõe qualquer possibilidade de demarcação

clara entre somático e psíquico. A dor do luto impõe ao aparelho psíquico que essa angústia seja manejada, o que implica que novos fins para a energia transbordada sejam encontrados sob o risco de um enlouquecimento pulsional que colocaria em cheque a própria sobrevivência do aparelho psíquico. A economia e dinâmica desse processo está contida na passagem do excesso pulsional que é transformado em palavra, ao mesmo tempo passando do desprazer registrado como excesso de estímulo interno à descarga de energia e também do conteúdo desconhecido gerido pelo Ecs que se torna consciente.

Aqui se torna possível retomar o paradigma freudiano acerca do luto: este diz, a partir de seus movimentos econômicos e dinâmicos, de um trabalho psíquico de remanejamento do aparelho psíquico para se restituir enquanto economia pulsional que mantém o corpo vivo. Este movimento situamos (MACHADO et al, 2017) como primeiro momento da dinâmica do luto, enquanto uma dinâmica da perda, e dela o principal encarregado é o próprio aparelho psíquico enquanto regente dos diferentes movimentos internos da pulsionalidade. O trabalho de luto ilustra também o movimento do enlutado enquanto indivíduo que sofre com a dor do excesso pulsional e deve, na medida do possível, trabalhar com sua angústia de forma a transformá-la em palavras que dissipem a dor. Aqui entramos num segundo movimento da dinâmica do luto que tem como protagonista o sujeito do inconsciente, aquele que deve trabalhar para se manter vivo num momento onde sua casa psíquica se encontra não apenas fora de seu controle, como normalmente, mas sequer habitável, ocupada maciçamente por memórias desprendidas da relação com o objeto perdido que pedem por representações.

O trabalho de luto, enquanto trabalho de resignificação de relações tornadas opacas após uma perda, refere-se a uma possibilidade de transformação do enlutado e também de seu objeto perdido. Do vazio de representações e do excesso pulsional deve advir, através da palavra, novas fontes de investimentos que compactuem com os caminhos perdidos de energia libidinal de forma a torná-los operantes novamente, dessa vez sob o registro da consciência. O trabalho de luto é, portanto, discursivo (MACHADO et al, 2017). Ele está ancorado naquilo constituído como suas formas de viver a angústia contingente à toda experiência humana, sua história de perdas, renúncias e dores bem como em seus recursos simbólicos de lida com esses sofrimentos característicos do próprio viver. De investimentos tornados caducos por sua impossibilidade de satisfação num objeto, previamente abarcado numa economia psíquica funcional, surgem novos objetos investidos de representações atuantes de um novo Eu, alargado para conter seus aprendizados.

Assim como o trabalho de luto deve desembocar em novos objetos possíveis para as antigas energias libidinais, também o indivíduo se transforma em um novo Eu que nos dá

testemunho de seu penoso labor de encontrar novos caminhos que dêem sentido para a vida esvaziada de amor. O luto deve ser entendido, nesse sentido, como um dispositivo de subjetivação (MACHADO et al, 2017) que permite que o potencial criativo presente no humano encontre novas vias de satisfação da energia libidinal que permitam ao aparelho psíquico não perecer diante de uma catástrofe vinda de fora. Frente à vivência de dor e sofrimento, que por si só nada significam, é na experiência imbuída de significado que o enlutado pode reencontrar sua sobrevivência psíquica.

Os caminhos do trabalho de luto, nesse sentido, vão tanto para frente, no futuro, quanto para trás, no passado. Enquanto depositário de intensas e extensas satisfações libidinais, a pessoa perdida representava para o enlutado muito mais do que possibilidade de uma vivência no presente, visto que suas próprias relações passadas, agora tornadas memórias, bem como suas projeções de vida em relação à pessoa, situadas na idealização de um futuro, agora padecem de falta de possibilidade de realização. Dizendo de outra forma, parte do trabalho de resignificação da perda contém o tratamento de coisas que ainda não foram, mas talvez pudessem vir a se tornar, bem como de um potencial de uma vida bem vivida, de que agora nada poderemos vir a saber. Luto, portanto, é um processo de aceitação e subjetivação de perdas temporais, perdas narcísicas e perdas ideais, em suma, de perdas da saúde (MACHADO et al, 2016) presente no potencial de movimento do aparelho psíquico de ir e vir a partir de seus investimentos. Podemos dizer que, quanto mais caminhos se fecham com essa perda, mais pesado será o trabalho de luto tanto de manejo dos excedentes instintuais quanto de criações criativas que preencham o vazio.

Trabalho de luto, portanto, é um trabalho de criação de história. A inserção da angústia no campo de representações confere a esse trabalho tanto uma atualização da história de vida do enlutado, agora marcada por uma perda incontornável em seu passado, quanto uma historicização de seu sofrimento enquanto anexo à vivência da perda: no movimento de integração desse sofrimento como parte indispensável, e dessa forma constituinte, do enlutado, ele deve vir a se tornar apto a falar de si não apesar, mas a partir de sua perda (MACHADO et al, 2016). O afeto que marca esse trabalho de criação de histórias no luto é, acima de qualquer outro, a nostalgia. As memórias, que um dia foram relações de satisfação no presente, hoje se fazem ouvidas de outro lugar, agora enquanto presentes deixados por uma história de amor.

As dimensões históricas e narrativas do trabalho de luto encontram subsídio metapsicológico, em Freud, quando este fala sobre O futuro de uma ilusão (1927) com o uso dos conceitos de ficção e de ilusão. A ficção está no campo do “como se”, portanto, refere-se ao estatuto de verdades psíquicas e pouco tem de relação com um exame da realidade em serem

verdadeiras, remetendo aos caminhos instintuais que, ao serem satisfeitos, tem valor como se fossem verdadeiros. A ilusão se configura como um campo de atividade intelectual onde é possível a satisfação instintual, aos moldes de uma realização de desejo, que por vezes conferem às forças pulsionais o motor para o trabalho de alteração da realidade externa para melhor compactuar com crenças internas. Ao definirmos a ilusão como uma ideia e, portanto, como um espaço de realização de desejos, podemos entender uma natureza de ficção nas palavras em que o enlutado investe suas energias psíquicas que nos diz daquilo que, internamente, vigora como sendo realidades psíquicas. Investida de imensa energia, como no luto, a realidade psíquica se torna ansiosamente verdadeira na medida em que é pronunciada em cada nova palavra, tornando-se realidade ao ser falada em palavra, afeto um dia direcionado ao objeto hoje perdido e agora representante de um saber sobre o inconsciente. Como uma ponte que liga a realidade interna dos afetos com a realidade externa das percepções, as ficções do enlutado ganham vida ao darem fins criativos para a angústia desencadeada pela perda, dando conta, assim, de restabelecer sua economia instintual em equilíbrio, em conto, criação. Na tentativa de apaziguar as inquietações que tanto angustiam, surge na ficção narrativa que os enlutados contam como espécies de formações substitutivas, asseguradas no discurso, que satisfazem o excedente de energia pulsional mobilizada pelo corte da perda. O trabalho de luto, portanto, tem tons de sublimação que colorem o vazio deixado pelo objeto. Sem fantasiar, não se pode avançar novos caminhos da vida.

A experiência do luto, portanto, nos leva através das ilusões ficcionais, das narrativas de verdade que emergem do âmago da angústia a novos caminhos para além e aquém dos campos sensoriais de experiência com a realidade externa pois partem de pura pulsionalidade, a priori e a princípio sem sentido cognoscível, para chegarem em contos de história de vida. A realidade do luto se faz presente, temporalmente e verdadeiramente, através da ficção que revela e (des)vela a pulsionalidade em representações investidas de palavras. O cuidado que precisamos ter, no entanto, retoma a preocupação de Freud (1927) de pensar que ilusões, enquanto ensinantes de verdades da realidade psíquica, muito nos ensinam sobre os afetos das diferentes relações que construímos em nossas vidas, ainda que elas pouco sirvam para entendermos e lidarmos com a realidade externa. A questão que importa é que, para o enlutado, o estatuto de verdade conferido às suas histórias através do seu caráter de ficção é necessário para que ele ancore sua angústia em algum lugar e pouco importa que as suas verdades não estejam em sintonia com as verdades dos outros. Longe de situarmos aqui um problema psicopatológico do luto, encontramos indícios do quanto a interioridade, a vida instintual e a constelação de representações psíquicas do enlutado são convocados pela perda à se

reorganizarem de forma a dar novo sentido frente ao vazio deixado pelo objeto perdido. Essa reorganização do trabalho de luto é um processo interno, cujos reflexos exteriores vemos apenas sob a forma da retomada das diferentes facetas da vida cotidiana enquanto atividade social, de trabalho e de projeção de futuro.

Situamos, aqui, algo como um final de trabalho de luto. Esse processo de reorganização interna, contingente ao manejo da perda, é registrado para o psiquismo como um abandono, um deixar de ser que existia somente dentro das possibilidades de uma vida com a pessoa perdida. O manejo da angústia se trata de nada menos do que de pulsão de vida, *eros*, que erotiza sob novas formas o montante obstruído pela perda para reencontrar a própria vida do enlutado frente à morte de outro. Encontramos nesse movimento, que o psicanalista francês Jean Allouch (1995) chama de erótica do luto, a marca essencial do luto enquanto trabalho de rememoração e criação de histórias daqueles que o enlutado perdeu. Nessa nova pulsionalidade erotizada reencontramos o saber essencial que diz daquilo que foi perdido enquanto objeto de amor: se tratando de investimento energético, os laços com o ente perdido são nada menos que uma própria parte do enlutado, uma parte de si que é levada embora com o morto. Diante desse primeiro abandono, o enlutado apenas pode reagir como alguém correndo de braços abertos para abraçar e tentar recolocar sua parte perdida novamente em seu antigo lugar, buscando retomar alguma parte de sua suposta completude anterior. Aqui, o enlutado é passivo diante da angústia que o acomete. É o próprio trabalho de erotização da perda, de nomeação daquele pedaço de si que pertence tanto ao enlutado quanto ao morto, num caráter de transicionalidade, que permite que a memória e a história desse pedaço passe por uma transformação que deve, com tempo, alterar o próprio estatuto de laço de amor para laço de memória.

O enlutado, enquanto habitado por aquele que perdeu através do retorno de suas memórias pulsionais, está imerso numa erotização narcísica de interiorização do morto. Isso significa que, em primeiro plano e, num primeiro momento, essa erotização deve vir a produzir uma composição interna de tudo aquilo que foi perdido e também de todas as perdas adjacentes à essa como componentes centrais da reorganização psíquica. Somente aí se torna possível para o enlutado alterar a sua relação com o morto e abandoná-lo uma segunda vez, agora, com a carga simbólica de um sacrifício (ALLOUCH, 1995). Sacrifício, afinal, pois convoca o enlutado a abandonar novamente seu objeto de amor, dessa vez consciente de que a vida só é possível enquanto esse amor for deixado para trás, só se fazendo presente de outras formas que não são mais marcadas por uma corporeidade nem cotidianidade. Aqui encontramos uma escolha no registro da consciência que delineia o fim da erotização da angústia desencadeada na perda e a retomada da vida em toda a sua compostura exigida para o convívio social.

Reorientada para novos caminhos, a energia psíquica pode agora recuperar maior mobilidade dentro e fora do psiquismo do indivíduo, agora não mais enlutado, mas profundamente marcado pelo seu luto.

Luto, por fim, demarca um processo de transformação. Penoso não por natureza mas, sim, por contingência histórica, cultural e econômica, suas vicissitudes dizem da necessidade de atribuição de sentido para o sem sentido da morte bem como do triunfo da vida sobre a catástrofe que acomete todas as pessoas sob forma de angústia existencial, por condição humana, e circunstancial, por condição de perda. Seus atributos enquanto ritualístico, econômico, dinâmico, fictício e erótico nos dizem de mais nada se não da criatividade contida no aparelho psíquico para não perecer diante de um rompimento de si próprio através de um jogo de redirecionamentos, resignificações e recriações.

4 PATERNIDADE

Se nos orientarmos pela busca do conceito da paternidade na obra de Freud, acabariamos nos desapontando com a escassa menção do assunto em seus textos, mas se procurarmos ao invés pela pessoa que encarna esse papel, o pai, podemos então descobrir importantes menções e temas abordados ao longo de seus casos clínicos. Conforme veremos a seguir, dentro do recorte dos textos escolhidos para essa pesquisa, o pai aparece de forma onipresente na vida de todos os pacientes analisados, com decisivas influências nas suas vidas e estruturas subjetivas, e vários pontos são comuns aos casos e explorados em vários deles, ainda que outra coisa em comum a todos seja que isso não é feito de forma explícita e as teorizações são raras, quando não ausentes, e temos mais notícias da importância da figura do pai através de suas consequências no psiquismo do que de sua colocação enquanto tema de análise.

O primeiro desses textos, a Análise Fragmentária de uma Histeria (FREUD, 1905 [1901]), chamado habitualmente de “Caso Dora”, se situa não apenas entre os principais textos que expõe alguns dos casos clínicos explorados por Freud ao longo de sua obra, como também marca a produção e publicação de um dos primeiros textos verdadeiramente psicanalíticos de Freud, quando esse estava à frente do nascente e, a essa altura, já devidamente reconhecido movimento psicanalítico. Por esse motivo, o caso tem sua importância não apenas pela sua contribuição de teor clínico e teórico a respeito da histeria mas também pela introdução de certos conceitos na leitura e interpretação de casos, dando portanto uma base ou modelo para como os casos clínicos seguintes viriam a ser investigados, percebidos e analisados tanto na obra teórica freudiana como pela psicanálise ainda por vir, sendo que seus resquícios enquanto formato de texto e análise persistem até hoje.

Nesse sentido é importante notar que, mesmo não sendo nem o primeiro caso de Freud publicado por escrito, nem o primeiro sobre histeria e nem o primeiro genuinamente psicanalítico, elegemos o caso Dora como representante por excelência daquilo que a tradição psicanalítica veio, costumeiramente, a chamar de “grandes casos clínicos” da obra de Freud. Além disso, conforme veremos mais adiante, o conteúdo desse caso naquilo que concerne ao tema do pai, que será o nosso foco de observação, é de suma importância pois dará a sustentação para as construções e considerações teórico-clínicas que aparecerão nos grandes casos seguintes, funcionando portanto como uma espécie de base e introdução ao tema, tanto teórica quanto tecnicamente.

Dito isso, ao focarmos nossa atenção ao caso, vemos que ele nos oferece uma certa ambivalência quanto aos temas do pai e da paternidade: temos dois pais na história, o de Dora e o sr. K, mas pouco saberemos deles ao longo de toda a descrição minuciosa de Freud a respeito do desenvolvimento do caso. Isso porque, conforme mencionamos antes, não é desse assunto que Freud se propõe a discutir em seu texto e tampouco ele gasta muitas palavras com isso para além do estritamente necessário; mas, isso não é sem consequências: quer sejam bem descritos no texto ou não, os dois pais da história de Dora estão entre as figuras mais importantes da sua vida psíquica e estão entre os representantes das mais poderosas forças internas que atuam sobre a construção de sua subjetividade, seus sintomas e seu sofrimento.

Chegamos, assim, no primeiro ponto importante sobre o tema do pai dentro do caso Dora: a leitura do caso deixa para o leitor a impressão inequívoca de que a figura do pai tem o potencial para ser uma das grandes estrelas da constelação psíquica de Dora, atuando direta e indiretamente na estruturação de seus desejos e sintomas a partir da quantidade maciça que se faz presente na sua história. Logo no início da descrição do quadro clínico lemos, a respeito do círculo familiar da paciente, que “A pessoa dominante era o pai, tanto por sua inteligência e seus traços de caráter como pelas circunstâncias de sua vida, que forneceram o arcabouço para a infância e a história clínica da paciente” (FREUD, 1905 [1901], p. 188). Deixando o tipo de laço entre pai e filha ainda mais claro, Freud prossegue nas linhas seguintes: “A filha se ligava a ele [o pai] com afeição especial” (p.188) e “Também não havia dúvida, para mim, que tanto pelo talento e a precocidade intelectual [características comum a ambos] como pela predisposição à doença ela pertencia à família do pai” (p. 190). Não por acaso, veremos na própria obra de Freud e outros psicanalistas um retorno a esse caso para a exemplificação do conceito de identificação — nessa época e texto ainda um germen teórico para ele —, visto que a relação pai-filha contém elementos para se pensar na possibilidade de uma ligação interpsíquica que possa justificar a importância dessa presença maciça de um dos cuidadores da criança enquanto um pólo organizador de subjetividade, fornecendo modelos para as formas de amar, odiar e sublimar esses sentimentos enquanto importantes norteadores da subjetividade da criança que posteriormente servirão de mapa para a criação de sua personalidade.

Seguindo esse primeiro raciocínio a respeito da importância do pai de Dora conseguimos depreender uma consequência relacionada às formas como esta via seu pai enquanto uma pessoa de imensa importância: ele não era apenas importante, digamos, “genericamente”, mas sim importante em certos aspectos, como mandava a organização social vigente, ligados a pontos de autoridade, mando e outros símbolos que cabiam aos pais da época enquanto chefes de família e provedores morais e financeiros da casa. Nesse ponto Freud não

deixa passar despercebido para o leitor que foi a relação prévia que ele próprio tinha com o pai de Dora — que o conheceu anos antes quando buscava para si um médico neurologista, interação essa que gerou um mútuo respeito e contato prolongado entre ambos — o grande disparador para o início do tratamento: enquanto que “Toda sugestão de procurar um novo médico despertava sua resistência, apenas a autoridade do pai a fez vir até mim” (p. 193). O orgulho e devoção de Dora ao pai e suas respectivas ordens e desordens não são, portanto, nem excepcionais e nem circunstanciais à sua história de vida, mas pertencem de forma inequívoca ao imaginário e simbólico da época que serviam para garantir o pai enquanto pessoa de direitos e deveres para com sua família, para quem cabia funções de organização, fiscalização e cumprimento das regras sociais vigentes. A ligação de Dora com seu pai não é, portanto, meramente afetiva, mas também moral; sua presença forte em suas tramas psíquicas garante não apenas uma via para a circulação de afeto no laço entre pai e filha, mas também permite a manutenção das leis, convenções e morais através dessa proximidade.

Essa peculiar característica nos rende ainda mais um desdobramento teórico e, dessa vez, também de suma importância para clínica no que tange à técnica psicanalítica e a própria condução do tratamento. Enquanto figura de profunda importância no psiquismo infantil, mantendo-se na vida adulta como modelo de amor e de autoridade para o sujeito, o pai aparece de forma inequívoca durante o tratamento psicanalítico enquanto representante da transferência. Seguindo a importância teórica do caso Dora como proeminente no estudo do conceito de identificação, também o conceito de transferência se mostra como uma das principais descobertas da análise do caso e de grande importância para o corpo teórico psicanalítico. Para a nossa pesquisa, basta nos atermos ao fato de que a transferência, que Freud reconheceu em seu texto como uma das principais características do caso e também da técnica psicanalítica como um todo, pode aderir a um modelo paterno de expressão que remete diretamente à importância e presença do pai enquanto figura organizadora da subjetividade da criança, a ponto desta levar para a vida adulta uma impressão inconsciente dessa forma de relação que só se manifestará sob a égide do trabalho psicanalítico, onde dessa vez o depositário de seus afetos será o analista. Freud explica: “Estava claro, no início, que eu substituí o pai na sua imaginação, o que também era facilitado pela diferença de idade entre mim e ela. Também me comparava a ele conscientemente (...)” (p. 315).

Nesse ponto, começa a ficar claro para o leitor que as inferências psicanalíticas do caso a todo o momento se sobrepõem à singularidade das formações do inconsciente de Dora. Vemos no início que, apesar do potencial do pai enquanto agente cuidador da criança de poder vir a se tornar um grande participante do psiquismo infantil, ele não necessariamente sempre o será,

bem como a ligação pai-filha pode ter contornos de uma relação afetuosa e pautada em ideais morais e autoritários, mas nunca essa será uma regra para esse tipo de laço. Da mesma forma, a transferência num modelo paterno de Dora para Freud é expressa apenas a partir de sua pesada identificação com o pai, pessoa que, dadas as mais diversas e por vezes inexplicadas motivações e circunstâncias, veio a trair sua confiança ao utilizá-la como moeda de troca para o casal K, conforme vemos em detalhe ao longo da construção do caso. Essa desconfiança advinda da relação inconsciente com o pai é projetada em Freud e desemboca no inevitável final do tratamento quando Dora, incapaz de falar sobre isso e Freud, incapaz de percebê-la em seus movimentos transferenciais, abandona o tratamento como forma de realização do desejo de abandonar o pai para culpabilizá-lo por suas ações. Apesar de tardiamente, na escrita do posfácio do texto, Freud reconhece a gigante dimensão que a transferência teve na condução do tratamento: “como poderia a paciente se vingar melhor do que demonstrando em sua própria pessoa a impotência e incapacidade do médico?” (p. 317).

Seguindo sua obra de forma cronológica, encontramos que o próximo caso clínico explorado em uma publicação por Freud está também entre os seus grandes casos, dessa vez uma vinheta incomum a respeito de uma neurose fóbica infantil. A “Análise da Fobia de um Garoto de Cinco Anos” (FREUD, 1909a), conhecida como o caso do “pequeno Hans”, se diferencia da anterior por ser focada principalmente na montagem inicial e seu posterior desenvolvimento e dissolução de uma neurose fóbica e, ao invés da habitual rotina textual centralizada em relatos de sessões e suas posteriores interpretações psicanalíticas, o texto é construído de forma não convencional — seguindo ao invés os relatos do cotidiano da criança em questão conforme eles são narrados por ninguém menos que seu próprio pai, com quem Freud constrói uma parceria certamente não ortodoxa em uma espécie de tratamento à distância e terceirizado, tanto sem antecedentes em sua obra quanto sem repetição desse formato em textos posteriores. Dessa forma, é valioso para este estudo considerar este texto como seguindo as diretrizes estabelecidas no caso clínico anterior e portanto se configurando como um dos mais importantes no estudo do pai e da paternidade na obra freudiana, já que esse texto auxilia a trazer para o centro da discussão desta pesquisa o tema da paternidade.

Não obstante, apesar do tema parecer saltar aos leitores a partir da configuração da escrita e do próprio caso enquanto externo ao enquadramento habitual analítico, novamente encontramos como um dado valioso que o pai, mesmo sendo um dos pilares do caso em suas mais diversas facetas, não é um tema abordado em nenhum momento do texto. Seguindo os moldes estabelecidos anteriormente com o caso Dora, o pai do pequeno Hans aparece a todo o momento no caso e, no entanto, Freud não se mostra preocupado em tecer considerações nem

teóricas e nem clínicas sobre essa figura, deixando-o novamente como uma presença quase onipresente e no entanto não falada ou sequer reconhecida. A primeira grande característica que conseguimos inferir a partir desse texto é que ele confere ares de ambiguidade à figura do pai, que a todo momento se mostra presente na narrativa e também nas próprias intervenções e direcionamentos feitos ao pequeno Hans mas que, aos olhos de Freud, assim como foi com o caso Dora, não são talvez merecedores de atenção pormenorizada dessa figura e das ramificações de sua presença em tantos momentos e lugares da narrativa. Quando aparece, é de forma a comprovar um ou outro fato de sua teoria da sexualidade infantil e não enquanto figura de ser psicanaliticamente explorada e teorizada a respeito. Mesmo que talvez sem essa intenção, Freud acaba por naturalizar o papel e a presença do pai tanto na família quanto na vida psíquica do pequeno sujeito analisado, que a todo o tempo vive no corpo e no psiquismo consequências dessa figura de imensa importância.

É nesse sentido que o caso do pequeno Hans, novamente seguindo os moldes estabelecidos pelo caso Dora, é também um caso onde vemos o pai enquanto figura de extrema importância na vida psíquica do filho e com consequências sentidas desde as menores relações do cotidiano até a própria estruturação de sua neurose e seus sintomas, ora como figura de autoridade, para qual se direcionam processos identificatórios e de resistências, bem como figura de amor, referencial enquanto norteador de laços de cuidado, afeto, proteção e ligação com o mundo afora à família.

Digno de nota também é a própria forma como o caso foi escrito e como isso explicita certas relações entre o próprio pai de Hans e Freud, essenciais para inferirmos outra característica imprescindível no entendimento do papel do pai no psiquismo infantil. A estrutura do caso se dá em sua enorme parte enquanto uma troca de correspondências entre os dois homens, onde vemos o pai de Hans descrevendo em minúcias as peripécias psíquicas do filho e Freud fazendo sugestões e explicações ao primeiro, orientando o caminho para a explicitação e posterior dissolução da neurose infantil. Pontualmente, no meio deste trabalho, apenas uma vez o pequeno Hans e seu pai fazem uma visita ao consultório de Freud, a única em todo o decorrer da investigação. Já no início do texto lemos que “Apenas a união da *autoridade paterna* e da *autoridade médica* numa só pessoa, a combinação de carinho e de interesse científico, tornou possível, nesse caso, fazer do método uma utilização para a qual ele normalmente não se prestaria “ (FREUD, 1909a, p. 124, grifo meu), indicando claramente ao leitor que se trata de um tipo diferente de investigação. Ao final do texto, Freud é inequívoco em suas palavras: “(...) o próprio pai exercia o papel de médico” (p. 258). Não é de pouca importância esse desvio de rota do habitual relato de sessão e posterior análise pois nela está

contida uma das mais peculiares características do caso e que é de suma importância para esta pesquisa: enquanto figuras de autoridade sob a vida do pequeno Hans, seu pai e Freud aparecem revestidos de uma certa expectativa que os une sob o fio condutor da lei enquanto mediadora de suas próprias expressões subjetivas, tanto aquelas reunidas sob o signo das inibições decorrentes de sua fobia quanto outros traços de sua subjetividade abarcados em sua forte personalidade. Dizendo em outras palavras, tanto Hans quanto o próprio texto parecem pressupor uma espécie de continuidade entre a figura do pai e aquela do médico-professor, ora através de uma se confundindo com a outra, uma autorizando a outra ou mesmo se fazendo como se fossem a única e mesma representação simbólica da lei e suas marcações de permissividade ou restrição.

Nessas demonstrações de confiança e autoridade mútuas entre os homens estão as claras indicações que Freud faz ao pai de Hans a respeito de como esse deve lidar com um ou outro assunto: quando, por exemplo, na ocasião das primeiras emergências da fobia de cavalos do garoto, diz que “Combinei com o pai que ele diria ao menino que o problema com os cavalos não passa de uma tolice. A verdade, diria ele, é que Hans gosta muito da mãe e quer que ela o aceite na cama.” (p.150) e “(...) o pai deveria lhe privar desse objetivo” (p.150). Quando falando da conduta em relação à masturbação, Freud orienta que “Os pais lhe chamam a atenção para o fato de que o medo é consequência da masturbação, e o incitam a abandonar esse hábito. Eu lembro aos pais que devem enfatizar bastante (...)” (p. 253). Freud, dessa forma, dá voz às suas interpretações e intervenções através do pai do pequeno Hans, que leva às ordens a cabo e atua como avatar do médico-professor a quem confiou a autoridade do tratamento do filho. Curiosamente, também o pai delega certos de seus mandos a outras figuras de lei, como por exemplo, numa tentativa de coerção de uma das ideias malandras da criança, “dissera a Hans que ele [um soldado da guarda imperial] prende meninos malcriados” (p. 165) — proibição de cunho muito parecido também é feita pela sua mãe, que certa vez ao ver a criança mexendo no pênis declarou: “Se você fizer isso, chamarei o dr. A e ele cortará o seu faz-pipi” (p. 127). A dedução que o próprio Hans consegue fazer disso aparecerá mais adiante na história, pois para ele ficou claro que guardas/soldados e médicos de alguma forma compartilham a mesma autoridade que o pai em sua casa e que essas figuras despertam nele as mesmas resistências que seu inconsciente reserva ao pai. Não à toa, quando mais para frente na história Hans estará investigando em suas brincadeiras o seu querido Lumpf, “O pai sabe exatamente o que é, e aquilo que Hans quer esconder” (p. 184); ou seja, à figura maior da lei, seu pai, cabe até o poder da onipresença e da divinação. O assunto do pai, portanto, interage de perto com o imaginário

da criança a respeito de sua integridade psicossomática, sua percepção da lei e em como essa pode barrar os seus desejos mais obscuros.

Essa continuidade entre imagos paternas e seus vários representantes sociais, tema que seria largamente explorado em *O Totem e Tabu* (FREUD, 1913) e *a Psicologia das Massas e Análise do Eu* (FREUD, 1921), aparece soterrada sob outros temas no relato clínico da neurose infantil do pequeno Hans, quase como se esse tema, apesar de ser facilmente deduzível no relato no caso, não fosse de grande interesse naquele momento. Não deixa de ser curioso como, em certos momentos do texto, Freud tem a perspicácia de notar que o pai de Hans não nota sua própria influência e por vezes não se percebe nas falas do filho, invisibilizado por sua própria importância⁸, mas Freud ainda assim não consegue — ou opta por não se manifestar — deixar de notar sua própria importância no caso, já que ele é visto por Hans enquanto uma espécie de figura de pai postiça, pessoa em que Hans acredita por força da indicação do pai e confia que é capaz de ajudá-lo. Num cômico comentário a respeito disso, “Hans perguntou ao pai: Então o professor fala com Deus, para saber tudo antes?” (p. 166), claramente intuindo que, afinal, se os dois aparentam saber mais dele do que ele próprio, então devem ser algo até mais do que um médico-professor. Nessa continuidade pai-Freud está contida também a passagem da família ao social e de uma figura de lei à outra, marcação infalível do poder metonímico da imago parental de se transpor do público ao privado através de seus vários signos de autoridade, coerção e ordem, que não sem motivo atuam de forma a moldar grande parte da subjetividade em desenvolvimento na infância.

Não seria à toa, portanto, que nos poucos momentos em que Freud teoriza algo a respeito da parentalidade do pai de Hans ele se atém àquilo que foi descrito nas suas páginas dos *Três Ensaio de uma Teoria da Sexualidade* (1905), onde o lugar do pai aparece firmemente colocado enquanto figura de separação da díade mãe-bebê e posterior implicação da criança no mundo social para além da família. Em meio ao texto, Freud é surpreendentemente sucinto em relação à sua compreensão do caso: “Muito antes dele nascer eu já sabia que haveria um pequeno Hans que iria amar tanto a sua mãe que teria medo do pai por conta disso” (p. 166) e, ao fim, “Ele é realmente um pequeno Édipo, que gostaria de ter o pai ‘longe’, eliminado, a fim de ficar só com a bela mãe, de dormir com ela” (p. 245) e, conforme esperado, é essa a coluna de sua interpretação e o ponto que sua teoria a todo o momento retorna. Enquanto a paternidade, por si só, acaba não recebendo espaço para exploração teórica em nenhum dos dois textos, é o

⁸ Curiosamente, o pai de Hans é rápido e inequívoco ao pressupor que os vários pênis grandes que povoam as fantasias da investigação sexual de Hans são sempre representantes de sua figura. Freud, naturalmente, não vê nada digno de nota nisso.

caminho que Freud percorre em sua análise da neurose infantil que recebe toda a atenção até o final do texto. As poucas intervenções sobre o tema a todo o momento referem o leitor aos Três Ensaio, onde a riqueza do mundo interno da criança é observado sob a égide do conceito do complexo de Édipo e ao pai cabe apenas a colocação dos exatos papéis que caberiam a qualquer outro pai num contexto familiar considerado típico. Em outras palavras, através do texto o pai de Hans acaba por se tornar um “pai genérico”, um cuidador-pai qualquer que não tem suas singularidades implicadas na descrição da vida psíquica do filho, mas ao contrário, apenas suas características comuns à qualquer pessoa nessa posição são descritas e analisadas no texto. Chegamos, ao final da análise desse texto, na estranha conclusão de que a naturalização do lugar do pai e a não-fala desse lugar, presentes a todo o momento no decorrer do texto, acaba por retirar desses indivíduos suas particularidades e torná-los figuras genéricas, definidas apenas por suas funções socialmente impostas e algumas de suas ramificações psíquicas. Dizendo de outra forma: o pai parece estar sempre presente, essa presença causa uma série de consequências psíquicas na vida da família e na estruturação subjetiva da criança e no entanto quase nada se fala a respeito desse lugar, que parece muitas vezes sequer ser percebido.

Foquemos então o texto seguinte na cronologia de discussões teórico-clínicas de Freud: são as Observações sobre um caso de neurose obsessiva (1909b), famoso pelo nome de “O homem dos ratos”. O texto segue um formato mais tradicional de achados clínicos e se assemelha em tom e conteúdo ao caso Dora, não repetindo quase nada da estilística e intenção do pequeno Hans. Não obstante, encontramos nele argumentos para esta pesquisa muito semelhantes com ambos os textos anteriores e, assim como o caso do pequeno Hans acrescenta novidades teóricas e clínicas sobre a figura do pai se comparado ao caso anterior, de Dora, também o caso do homem dos ratos adiciona à obra freudiana suas próprias contribuições e, como veremos adiante, também mais questionamentos, ausências ou omissões.

Já não é mais surpresa para nós que, apesar de popularidade do caso como um dos maiores da obra de Freud, muito pouco dele sobrevive ao escrúpulo de uma pesquisa focada apenas nas questões de paternidade. De imediato percebemos a semelhança com os casos anteriores: apesar de suas imensas contribuições teóricas, Dora e Hans dificilmente se doam para a discussão do tema da paternidade ainda que seus casos mostrem de forma inequívoca o quão larga é a influência do pai nas diversas dinâmicas psíquicas desses pacientes. O homem dos ratos repete essa história: largamente marcado pela sua relação com o pai, essa figura tem presença fundamental na organização de seus sintomas obsessivos, vemos ela personificada superegoicamente tanto nas suas escolhas cotidianas como também nas principais decisões de vida, aparece cedo em sua memória para traumatizar o filho com suas imposições e demandas,

reaparece com força após a morte num luto não elaborado para atormentar as ideias obsessivas que definem o próprio caso clínico e por fim se soma junto à hipótese diagnóstica de Freud na neurose obsessiva. Em suma, tão massivamente quanto nos casos anteriores é a figura do pai do paciente e de forma idêntica Freud discorre entre pouco e nada sobre essa presença e suas ramificações psíquicas.

O caso é aberto ligando pai e filho de forma inequívoca: o laço que ambos têm um com o outro é o do amor e “O conteúdo principal de sua doença, diz ele, são temores de que aconteça algo a duas pessoas que muito ama, o pai e uma dama da qual é admirador” (FREUD, 1909b, p. 17). Essa dama, que a história clínica do paciente não parece privilegiar para grandes discussões, atua acima de tudo como catalisadora do conflito infantil com o pai e em muitos aspectos funciona como um campo de relações que atualiza o campo de batalha das dificuldades afetivas com o pai. Assim como ronda a vida nesse laço, também a morte faz uma aparição em outro lugar no psiquismo do homem dos ratos, dessa vez as ideias obsessivas que o impelem a fazer pequenos rituais para combater a ideia de que, se não o fizer, seu pai morrerá. Numa das explicações do próprio paciente, este afirma que “Pensamentos sobre a morte de meu pai me ocuparam bastante cedo e por muito tempo, causando-me grande tristeza” (p. 21). Esse é o ponto onde o leitor fica sabendo que, na realidade, o pai do paciente já está falecido há alguns anos e suas ideias obsessivas parecem, como o próprio Freud logo dirá, apontar para um luto não elaborado desse pai que é então mantido vivo sob a imagem de uma ameaça constante à sua integridade.

No ponto seguinte da história, explorando a infância do paciente, encontramos um curioso ponto de semelhança entre o homem dos ratos e o pequeno Hans: a sensação inequívoca de que “os pais saberiam dos seus pensamentos, porque ele os enuncia sem que os escute” (p.23). Não obstante, vemos com Freud que a explicação para esse fenômeno em ambos os casos reside naquilo que ele chama de “percepção endopsíquica do reprimido” (p. 24), que seria uma espécie de confirmação por fonte externa de algo que já existe no psiquismo como conteúdo inconsciente. No caso, o homem dos ratos conta de uma tenra infância onde seus maiores impulsos sexuais de exploração, sua maioria por vias escópicas e brincadeiras, começam a ser barrados pelo pai na tentativa de inibir aquelas características que já são esperadas que uma criança aprenda a controlar, sejam essas funções e partes corporais, certos tipos de comportamento inadequados ou simplesmente que são não vistos como interessantes ao olhar dos pais e da cultura em largo. Nesse quesito Freud parece novamente compactuar com a sua própria teoria edípica, remetendo-nos nas entrelinhas ao seus Três ensaios, onde o pai surge como figura da lei que barra a pulsão desinibida da criança formando sua subjetividade

através do interdito da sua exploração sexual e de comportamentos que não interessam ao convívio social. Quando vemos esse trabalho sob a ótica da criança e não da função paterna encontramos que, para ela, o efeito da interdição paterna não é outro senão atribuir ao pai a imagem da autoridade para qual nenhum ato desonesto poderia ser encoberto pelo seu sujeito, submetendo-se na íntegra para o pai.

Esse achado psíquico do homem dos ratos em sua infância marca o início de uma longa vida de dificuldades na relação com seu pai e nos remete também ao assunto da morte real de seu pai e das consequências em sua vida. Contando à Freud conteúdos surpreendentemente atuais sobre seu luto, vemos que ele passou por dificuldades para visitar o pai em seu leito de morte e “Recriminou-se por não estar presente na morte” (p. 34) até que isso lhe causasse uma significativa parcela de culpa, bem como continuou seu sofrimento a cada novo momento em que pensava no pai e logo em seguida vinha a constatação de que este já havia falecido, como se essa informação a todo o momento fosse esquecida. Também atual é a expressão de sofrimento de seu pai, que no leito procurou pelo filho, timidamente perguntando por ele às enfermeiras, mas também sem gastar nisso muita energia — coisa que ele próprio ressentia e sente que as irmãs e a mãe também sentem de forma igual mesmo sem falarem disso.

O estado de luto nada ou pouco elaborado seguirá então na vida do homem dos ratos como organizador central de sua subjetividade, abrandando-se no momento da confusa história do pagamento de uma dívida com um soldado e a singular tentativa imensamente sofrida de restaurar esse problema, conforme a exposição do caso mostra. Nesse momento a imagem do pai sofre uma transformação de estatuto de objeto perdido para significante da culpa que sentia por suas dificuldades não elaboradas da infância e vida adulta com o pai, “de modo que ele viu a si mesmo como um criminoso” (p.35) ao se sentir responsável pela morte do pai, por tê-la desejado tantas vezes ao longo da vida. Esse fato atesta tanto para a longevidade da figura do pai, que sobrevive sua própria morte e além no psiquismo do filho que não consegue elaborar sua perda, como diz também do potencial de alcance dessa figura de transitar entre os mais diversos estados, significantes, dinâmicas e lugares, aparentemente sempre com imenso poder de ocupação psíquica.

Se pode parecer estranho que esse tipo de alcance da figura do pai apareça de forma escancarada à consciência do sujeito é porque, seguimos com Freud, o diagnóstico dessa neurose obsessiva se dá pela cisão entre afeto e palavra, critério inequívoco para o autor. As palavras conscientes dirigidas ao pai são feitas em boa luz, afinal, “Havia sido o melhor amigo do pai, como este havia sido o dele; tirando umas poucas áreas em que os dois costumavam divergir, a intimidade entre eles foi maior do que a que tem hoje com seu melhor amigo” (p.

42). Nesse sentido a hipótese de Freud vem de forma a amarrar o problema do pai com o problema da dama que admira e ainda a situação de infância do paciente, concluindo que “A fonte da hostilidade ao pai tira sua indestrutibilidade é evidentemente da natureza de apetites *sensuais*, e nisso ele percebeu o pai como um *estorvo* de algum modo” (p.42). Pai, memória do pai e figura internalizada do pai coexistem então condensados na construção do psiquismo do homem dos ratos — “e dou-lhe razão, na medida em que reconheço no luto pelo pai a principal fonte da intensidade da doença. O luto como que achou na doença uma expressão patológica.” (p. 46). O pai, então, forma laços de amor na consciência e na convivência, mas no inconsciente prevalece a hostilidade e o ódio, uma espécie de pai-doença que marca a estruturação dos sintomas obsessivos. Mais pra frente, Freud retoma essa ideia juntando amor e ódio ainda mais, dizendo que “A dúvida da obsessão de compreender é dúvida quanto ao seu amor” (p. 52).

A dúvida em relação à dama pretendida gira em torno de um problema familiar atualizado a cada vez que o homem dos ratos descobre em sua vida uma nova pretendente. Em seu entendimento, suas escolhas nunca seriam o suficiente para o pai, que esperava do filho que seguisse seus passos e buscasse uma mulher rica, bela e nobre para desposar, enquanto que as mulheres de sua vida nunca atingiram esse patamar de idealização. O problema, então, viria com esse conflito tomando partes cada vez maiores da vida do paciente, inibindo-o para o trabalho, os estudos e de maneira geral tomando toda a sua atenção aos rituais obsessivos que remetiam a esse conflito. Mais uma vez Freud é preciso na interpretação, ressaltando que “a fuga para a doença lhe foi possibilitada pela identificação com o pai. Esta permitiu a regressão dos seus afetos aos vestígios da infância” (p. 60) e encerrando sua hipóteses sem ter dúvidas de que “O conflito da doença era, no essencial, uma luta entre a persistente vontade do pai e a sua própria inclinação amorosa” (p. 62).

Em vida ou em morte, a fixação com o problema do pai persistiu na história do homem dos ratos. A regressão no trabalho analítico serviu para reencontrar num acontecimento da infância o preciso episódio onde o pai aparece como severo interruptor de alguma de suas atividades sexuais, para sempre marcando-o como estragador de prazeres. Independentemente da precisão dos detalhes, o que ficou para o pequeno sujeito é a marca do poder autoritário do pai e de sua influência psíquica, fatores que nunca parariam de atuar no seu psiquismo sob uma forma ou outra. Dada a identificação larga entre os dois, não é de se surpreender que esse pai acabaria por marcar a vida do filho, traumatizando-o não por alguma especificidade ou circunstância mas por sua pura presença.

Nesse sentido vemos que a titular história dos ratos, que dá nome ao caso, vem como simples catalisador e evento final numa longa cadeia de transformações da figura mental do

pai, a todo o momento atuante. Freud nos diz que “A história do suplício dos ratos incitou, no paciente, todos os impulsos de crueldade egoísta e sexual prematuramente suprimidos” (p. 77), “como se o destino lhe lançasse, na história do capitão, uma ‘palavra-estímulo’ de complexo, e ele não deixou de reagir a ela com a ideia obsessiva” (p. 78).

Em última análise, o caso do homem dos ratos é uma história que marca e é marcada pela superinfluência da figura do pai no psiquismo da criança, quando não devidamente distribuída entre diferentes redes simbólicas que poderiam acolher as ambivalência da infância. Talvez ainda mais do que os casos anteriores, mostra a clara influência do pai na subjetivação da criança e lança a paternidade enquanto algo certamente digno de um estudo pormenorizado — coisa que não acontece nesse texto, mas nos lança luz no fato de que mesmo Freud considerava a paternidade como um grande tema. Quando, falando dos temas que se tornam motivos de conflito para o ser humano e aparecem de forma exacerbada na neurose obsessiva, Freud cita, precisamente no início da lista, a paternidade (p. 94), seguida pela duração da vida, a vida para além do túmulo e a memória.

Ao entrarmos no texto seguinte, considerado o quinto e último dos grandes casos clínicos da obra freudiana, vemos mais uma vez repetições de elementos já percebidos anteriormente na sua obra clínica, a saber, novamente entramos em contato com um caso de um pai massivamente influente na vida do paciente e no entanto que se configura como um ponto nulo no que tange teorizações ou mesmo simples conceituações. A História de uma neurose infantil (FREUD, 1918 [1914]), conhecida habitualmente como o caso do homem dos lobos, possui formato e estética semelhante dos casos anteriores (com a exceção do caso do pequeno Hans), e expõe parte da vida adulta do paciente, no que diz respeito aos eventos que eclodiram para além de seu controle e o levaram a buscar uma análise, mas foca principalmente na exploração de sua vida psíquica e sexual infantil. A novidade desta vez é que o texto, publicado na virada daquilo que é chamado de “segunda tópica”, possui sessões teóricas alternadas do texto descritivo e interpretativo com teorizações que incluem os conceitos que Freud havia melhor delimitado nessa época, principalmente a partir de sua empreitada alguns anos antes na metapsicologia, e inclui conceitos valiosos para a clínica como a identificação, a castração e o complexo de Édipo.

O caso do homem dos lobos assim foi nomeado em referência a um sonho que o paciente teve em tenra idade e que acabou se desdobrando como ponto de partida para a estruturação de sua neurose infantil. Parte da excelência da análise do caso está naquilo que Freud (1918 [1914]) nomeou como “cena primária”, e ainda que o conceito já tenha aparecido anteriormente em sua obra, é aqui que ele floresce com mais propriedade. Desde o seu início temos, tanto no

conteúdo do sonho quanto no seu desdobramento enquanto representante da cena primária do paciente, aparições de seu pai cheias de significado e relevância para a sua vida infantil. A primeira menção ao pai aparece nas palavras do próprio filho, que o descrevem como tendo severos ataques de depressão que, segundo ele, marcariam grande parte de suas impressões a respeito deste, sendo que apenas na vida adulta ele viria a “compreender o estado do pai” (p. 21). Posteriormente, “No final da infância passou haver estranhamento entre ele e o pai” (p. 26) e “Os anos mais maduros do paciente foram marcados por uma relação bem insatisfatória com o pai” (p. 26), ainda que, como aparentemente não poderia faltar, a ambivalência na relação dos dois ficaria aparente ao ouvirmos que “o pai fora o seu modelo admirado, que, ao lhe perguntarem o que pretendia ser, ele costumava responder: ‘um homem como meu pai’” (p. 39). Conforme veremos, a interpretação de Freud do caso seguirá de forma a fazer da ambivalência infantil para com o pai um dos pilares do desenvolvimento psico-sexual da criança, estabelecendo modelos de identificação que ora atuariam em pró de uma e ora de outra corrente pulsional.

O sonho e a cena primária do paciente, ainda que se remetendo um a outra enquanto formas de subjetivação das vivências pulsionais inerentes à infância, dão pistas de uma importante censura: o pai está presente no sonho, mas apenas saberemos disso ao construirmos a cena primária; isso porque a sua figura é reprimida enquanto tal e só temos indícios dela a partir de suas consequências no psiquismo. A grande pista que encontramos aqui é que a censura da criança estava trabalhando para esconder o pai do conteúdo manifesto do sonho, pois para a criança, “O medo do pai fora o mais forte motivo de seus adoecimentos” (p. 45) e esse medo seguiria adiante “de modo que esse primeiro sonho angustiante teria trazido à luz aquele medo do pai que a partir de então dominaria sua vida” (p. 48). Na cena do sonho que dá nome ao caso e, sem dúvida também ao enquadre de sua própria subjetividade, o pai aparece como figura central por detrás da censura do principal elemento angustiante: o lobo. Seria, então, a representação do pai no psiquismo da criança, e junto a ele os desdobramentos que se seguem, como a vida sexual dos pais e o papel de cada cuidador nela, que dariam a base para o recalque primário que nortearia os caminhos pelo qual a pulsão da criança poderia ou não atravessar, que por sua vez iriam colorir os seus sintomas e a sua estruturação psíquica.

A análise de Freud segue então pelo caminho de dar sentido ao sonho infantil do paciente e nisso construir junto a ele seus possíveis significados. O que os dois acharam nesse percurso foi que o sonho remetia ao encontro súbito da criança com um coito dos pais — episódio esse que, independente de seu estatus enquanto real ou imaginado, serviria como base para a interpretação do que se seguiria em sua vida psíquica. É nesse ponto que Freud encontra

subsídio para afirmar que o sonho, enquanto realizador de desejos inconscientes por excelência, dará ensejo para que a criança se identifique com o pai e disso possa extrair alguma satisfação em seu lugar. Como sabemos que a relação da criança com o pai já estava posta como ambivalente nessa idade, unindo o amor enquanto modelo e seu lado negativo presente no medo por essa mesma figura, “os desejos formadores do sonho” (p. 50) montaram uma cena em que a criança tanto se via no lugar do pai tendo prazer da mesma forma que ele como também se veria no lugar da mãe, a qual também lhe poderia conferir satisfação enquanto objeto do pai. A dicotomia entre passividade da mãe e a atividade do pai marcariam então as formas de satisfação que a criança encontraria por toda sua vida sexual posterior, tendo portanto caráter estruturante no que diz respeito às formas de satisfação.

Se as consequências do pai no psiquismo da criança parecem mais acentuadas e até mais definitivas no homem dos lobos do que vemos nos casos anteriores, não irá surpreender que o caso também dará ensejo para ainda mais ramificações dessa figura em outros setores da vida do paciente. Novamente vemos que, mediante recalque da figura paterna, posteriormente o deslocamento desta aparece em outras figuras de autoridade, como também o pequeno Hans tão agudamente percebeu em sua história. Explorando um sonho tardio do paciente, Freud (1918 [1914]) afirma que ele “reconheceu o professor como substituto do pai” e “No período tardio de sua infância, cada professor desempenhou o mesmo papel de pai, e foi dotado da mesma influência paterna, para o bem e para o mal” (p. 55); bastou apenas que o sobrenome do docente fosse *Wolf* para que a metonímia da palavra o conduzisse até o mesmo ponto de fixação infantil onde estava o lobo-pai.

Assim como a ideia do pai-professor recebe novos elementos com a história do paciente deste caso, também o pai-deus reaparece de forma incisiva na sua infância e dessa vez com grandes consequências para a posteridade adulta do homem dos lobos. Enquanto a primeira aparição dessa associação se reserva ao caso do pequeno Hans, onde lá a criança apenas intuiu essa continuidade pelo fio condutor da sua noção de autoridade, aqui a relação da criança com a figura de deus (igualmente restrita à sua imagem conforme o ideário judaico-cristão) se dá de forma muito mais complexa e envolve elementos de identificação e mesmo de satisfação pulsional vicária naquilo que o homem dos lobos ouviu durante o seu aprendizado religioso. Explicando: no momento em que seus pais, agindo de boa-fé para controlar o insurgente mau caráter do filho, instauraram para ele uma rigorosa educação de caráter bíblico, a história sagrada acabou tendo por efeito sugerir à criança um cenário com atores e situações que, ainda que dificilmente encontrassem algum efeito educativo, terminaram por atualizar os insipientes conflitos edípicos pelo qual passava o pequeno homem dos lobos. Quando deparado com o

todo-poderoso deus, atormentador dos homens e responsável pelo seu sofrimento caso não seguissem os seus ensinamentos, Freud (1918 [1914]) reconta que o paciente “Dirigiu contra Deus Pai sua insatisfação crítica” (p. 85) e “soube discernir com implacável rigor os pontos fracos da fábula santa” (p. 85). A explicação para essa conduta não escapou à análise do caso, e Freud segue afirmando que “O conhecimento da História Sagrada lhe dava agora a possibilidade de sublimar a postura (...) frente ao pai” (p. 87) e que “O garoto de certo modo intuiu a ambivalência afetiva para com o pai, subjacente a todas as religiões, e atacou sua religião devido ao afrouxamento desse vínculo com o pai” (p. 89); “Ele se opôs a Deus para poder se apegar ao pai, nisso defendendo na verdade o velho pai contra o novo” (p. 89). Em outras palavras, foi no difícil desligamento da criança dos seus laços afetivos com o pai para no lugar instalarem-se os ensinamentos morais da educação que a criança, segundo Freud, efetivamente se pôs a sublimar grandes partes de sua pulsionalidade e para isso a ambivalência presente na história do filho de deus se prestou como elemento análogo perfeito para que a sua própria ambivalência com o pai encontrasse novo significado em seu psiquismo.

Por fim, a análise do caso do homem dos lobos nos traz mais um elemento para se pensar o caráter edificante do pai no psiquismo, dessa vez uma ideia original deste caso e ausente nos anteriores. Naquilo que a teoria costumeiramente se refere como “escolha de objeto sexual”, algo mais ou menos próximo daquilo que atualmente é entendido por orientação sexual, o jogo pulsional infantil tem papel importante enquanto formador dos modelos identificatórios ativos e passivos que mais para frente na vida sexual, após o período de latência, irão formar as tendências da vida erótica. Nisso o caso do homem dos lobos se prestou como exemplo do quão longe é o alcance do medo do pai, eventualmente transformado em medo de castração, e do quanto a criança deve se mostrar disposta a abrir mão de certas tendências pulsionais para conservar sua integridade psicossomática — e “O motor dessa repressão parece ser a masculinidade narcísica do genital, que entra num conflito, há muito preparado, com a passividade da meta sexual homossexual. A repressão é então consequência da masculinidade” (FREUD, 1918 [1914], p. 145). Freud, que acreditava na masculinidade enquanto meta sexual ativa e naturalmente indissociável do genital fálico, nesse ponto forjou sua teoria de forma a incluir que os conflitos inerentes à tendência bissexual humana estariam, durante a fase edípica da criança, lutando pelo maior alcance de suas satisfações e nesse cenário estariam presentes, invariavelmente, os pais-cuidadores e suas respectivas figuras metonímicas enquanto modelos de identificação passiva ou ativa. Nesse sentido, a fase edípica da criança, onde ao fim se chega numa sublimação de parte da pulsão através da educação junto à sua internalização sob forma do supereu, guarda um pesado sofrimento imbuído na escolha da criança em renunciar parte de

suas satisfações em nome de seu narcisismo. Para esse processo, Freud não mede suas palavras ao dizer que “Com a puberdade apareceu nele [homem dos lobos] a corrente a ser chamada de normal: fortemente sensual, masculina, com a meta sexual da organização genital” (p. 155) e que “Com uma violenta irrupção em direção à mulher, ele atingiu afinal a plena masculinidade” (p. 155). Em outras palavras, a passagem pelo complexo de Édipo, orientada entre outras coisas pela figura do pai, possui caráter normatizador para a criança enquanto conflito que inaugura o acesso às identificações desta com o gênero, o sexo e a sexualidade, e é sob a forma de um “protesto masculino” (p. 146), onde no menino a meta sexual esperada deve orientar-se para o gênero oposto e o sexo adentrar a genitalidade, que a sua recusa em abrir mão de seu precioso faz-pipi (como nos mostrou o pequeno Hans) lhe abre as portas para o mundo adulto. O homem dos lobos, então, “se comportava normalmente, isto é, como todo neurótico possuído de um complexo de Édipo positivo” (p. 117).

O último texto eleito para esta pesquisa é também o último dentre os casos clínicos publicados na obra de Freud, sendo este novamente tradicional em escrita e objetivos, ainda que bastante compacto comparado aos anteriores. Diferente destes, também, é que a trajetória do texto é bastante breve e não conta em detalhes a vida infantil da paciente, nem os seus sintomas, privilegiando ao invés uma discussão mais aprofundada acerca daquilo que o texto anterior nomeia de “escolha de objeto sexual”. Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina (FREUD, 1920) conta de um atendimento breve, interrompido pelo próprio Freud, de uma jovem, não nomeada, que é enviada ao consultório a pedido dos pais que, conforme veremos, novamente são de especial importância para a vida psíquica da paciente.

A primeira menção a respeito dos pais da jovem, em especial o pai, é que foram estes quem a enviaram para o consultório na busca de uma cura para a homossexualidade da filha, assunto que há algum tempo causava grande constrangimento e amargor para a família. A dúvida sobre a sexualidade da filha, da qual os pais se julgavam protetores, “despertava suspeita e rudeza no pai” (p. 116) e eram recebidas por ela com “Demasiada franqueza de um lado e completa dissimulação do outro” (p. 116), referindo-se a como esta encarava seus amores proibidos às mulheres mais velhas, em especial uma dama da alta sociedade por quem se apaixona, ao mesmo tempo a como suas atitudes para com o pai nesse assunto eram de franco desrespeito e desacato à sua autoridade. Instaurada a nossa já conhecida ambivalência afetiva em relação ao pai, Freud o descreve como “um homem sério, respeitável, no fundo bastante afetuoso, algo distanciado dos filhos pelo rigor que adotara” (p. 117). O suposto respeito do pai pela filha e, principalmente do pai para a esposa, com a qual a filha mantinha uma amistosa

relação, foram os motivos para que ele provisoriamente abaixasse suas reprimendas e a encaminhasse para o tratamento analítico — fato esse somado a um acontecimento prévio onde a filha teria atentado contra a própria vida se jogando nos trilhos do trem, após uma reprimenda particularmente forte do pai, e da própria dama desejada, que até então apenas aceitava timidamente suas investidas amorosas.

A análise do caso segue então pela via rápida de resumir os pontos mais relevantes da história de vida da paciente para logo em seguida apresentar uma análise pormenorizada de dois tópicos: a escolha de objeto sexual da paciente e a sua tentativa de suicídio. Sobre essa última, Freud (1920) entra novamente no território da vida sexual infantil da jovem, assim como no caso anterior, para encontrar nos precipitados da fase edípica da paciente os afetos incipientes que estariam presentes na hora da decisão de jogar-se nos trilhos do trem. Teria sido um amargor e consequente decepção com os pais, durante a reativação do complexo de Édipo durante a puberdade, em que a jovem encontraria no nascimento de um novo irmão pretexto para invejar a posição da mãe enquanto portadora de seu próprio suposto desejo inconsciente de ter um filho com o pai que, “Revoltada e amargurada, voltou às costas ao pai, aos homens em geral” (p. 129). Segundo a interpretação do caso, parte do motivo para que, anos adiante, a paciente encontrasse satisfação nas suas desobediências, teria sido que ela própria percebeu que o pai se enfurecia com os vestígios que ela deixava de suas escapadas românticas, e nisso se formava nela um sentimento de estar se vingando do pai ao desapontá-lo. “Permaneceu então homossexual, em desafio ao pai” (p. 132), e na ocasião de uma nova e mais afiada recusa de sua sexualidade, utilizou-se da própria vida como que para mostrar um último ato de desafio e vingança ao pai.

Seguindo os moldes estabelecidos anteriormente no caso do homem dos lobos, Freud (1920) explora novamente a ideia de que são as impressões infantis, sentidas porém não compreendidas pela criança, que servirão como modelos identificatórios que no retorno da pesquisa sexual da puberdade são reativados pelas circunstâncias da vida e estabelecem as possibilidades de satisfação sexual conforme os arcaicos afetos inconsciente de outrora. A novidade explorada no caso da jovem do texto é que, diferente dos casos anteriores ditos normais, aqui surge em mais detalhes a nomeação de um complexo de Édipo invertido, do qual se encontrariam aqueles cujo objeto de desejo sexual encontra-se, como o nome indica, ao avesso. Dessa forma, estariam indissociados a escolha sexual da jovem com a sua tentativa de suicídio, onde, “Como autopunição, o ato da garota nos evidencia que ela desenvolvera, no inconsciente, fortes desejos de morte em relação a um ou outro genitor. “Talvez por vingança, contra o pai que impedia seu amor;” (p. 136) e nisso projetou em si um atentado vingativo.

O caso dessa jovem ainda nos oferece mais um elemento para pensarmos a importância do pai no psiquismo, dessa vez, fechando um círculo ao retornarmos ao ponto estabelecido pelo primeiro dos casos analisados, o de Dora, sob nada menos que a transferência. Conforme vimos lá sobre a possibilidade dos afetos infantis paternos serem transferidos para a figura do analista, e ainda segundo os casos seguintes sobre a continuidade da figura paterna para outras semelhantes como a do professor e do médico, não é surpresa que Freud acabou sendo novamente utilizado como tela projetiva através de onde os afetos da jovem paciente foram despertados pela transferência. No súbito desfecho do caso, mencionado ao início, “A relação com o pai teve a mesma importância decisiva no transcorrer e desenlace da terapia” (FREUD, 1920, p. 137), onde “escondia-se a postura de desafio e vingança para com o pai” (p. 137) e por isso “sua intenção era enganar-me, como enganava o pai” (p. 140). Interpretando essa transferência como uma forma de resistência, Freud termina por encerrar o caso, acreditando que sua paciente estaria desinteressada na continuidade de sua análise ao ludibriá-lo com produções inconscientes enganosas.

Ao final dessa trajetória, podemos resumir que a pesquisa conduzida pela busca de menções e teorizações sobre a paternidade não nos retornou nada que definisse o que esta é ou que influência têm na vida dos pais e dos filhos; no entanto, em relação à figura que encarna esse papel, o pai, encontramos diversos tópicos que apontariam para a sua imprescindível importância na estruturação do psiquismo, indo desde a sua presença maciça na vida infantil dos pacientes, passando pelas determinações de suas escolhas de objeto sexual, de configurações de sintomas e até chegarmos na sua projeção enquanto figura da transferência.

5 CASOS CLÍNICOS

5.1 GERMANO

Germano foi conhecido por mim durante uma reunião do grupo ASDL, em meados de julho, onde esteve presente com a esposa e a filha para falar da situação em que se encontrava a família após a morte do filho primogênito. Apesar da morte ter acontecido há cerca de três anos, o discurso da família buscou situar o grupo de que apenas naquele momento eles se sentiam preparados para encararem o mundo de forma mais aberta e buscarem alguma ajuda para se restabelecerem nos compromissos da vida de trabalho.

Ao final desse encontro, abordei Germano para explicar os objetivos de minha pesquisa e perguntei do seu interesse em participar. Respondeu que gostaria, não haveria problema algum, e aproveitou para perguntar das diferenças entre a participação através de entrevista e entre atendimento. Aprontou-se em dizer, no entanto, que sua curiosidade é porque sua filha é também formada em psicologia, portanto tem interesse em saber mais sobre a área. Disse que gostaria muito de contribuir com a pesquisa e com os psicólogos do programa e terminamos nosso primeiro contato com a previsão de iniciarmos o trabalho assim que o projeto de pesquisa estivesse aprovado pelo CEP/SD.

Em outubro, após a aprovação para o início da pesquisa, agendamos a primeira entrevista. Germano estava prontamente no lugar e horário marcados. Antes de chegarmos à sala, estava me contando de sua participação no grupo naquela semana, dos compromissos no horário que por vezes o impediriam de ir e de como tem passado nos últimos meses. Após eu lhe explicar o funcionamento das entrevistas, pensou um pouco e logo se prontificou a falar do filho falecido.

Segundo contado pelo pai, o primogênito era historiador, formado na UFPR, e teve uma breve carreira política enquanto candidato a vereador, em tempos depois da conclusão do curso. A universidade foi onde aprendeu a se situar politicamente, tendo sido em seus anos de graduação representante de classe, bolsista da iniciação científica, membro do centro acadêmico do curso e, logo em seguida, já fora, se tornou membro ativo de um partido político. Além de sua identificação enquanto pessoa da vida política, outra importante marcação de sua personalidade e morais, se tratando de sua vida privada, foi marcada por uma longa batalha

contra o câncer: descoberto aos dezessete anos, inicialmente em um dos testículos, passou cerca de dez anos entre tratamentos de formações ora no fígado, ora no pulmão e por fim nos ossos.

Depois de descrever as inclinações políticas do filho, Germano contrastou a si mesmo como um homem moderado, orientado principalmente pelas visões de mundo do pai: um “homem severo”, de extrema direita e conservador com quem trocou poucas palavras na vida adulta. Décadas atrás, em uma vinda de Germano para Curitiba à trabalho que o levou à mudar de cidade, os dois se desvincularam de forma a não interagirem para além do necessário, normalmente à pedidos da mãe. Enquanto que com o pai Germano esbarrava numa indisposição para a conversa, ortodoxia que pouco corroborava com sua própria visão de mundo, sempre tímida porém curiosa, foi na vida adulta com o filho que diz ter seu mundo grandemente aumentado. Descrevendo o filho como tendo uma mente aberta e expansiva, diz que ele “se aproximava e logo se inseria em movimentos sociais da esquerda universitária, passeatas com o movimento dos sem terra, marcha das vadias, parada da diversidade, marcha da maconha e outras tantas causas” raciais, de gênero e de classe. Sem pausa para dúvida, diz que foi o filho quem o abriu para questões políticas do mundo social, com quem trocava opiniões nesses assuntos e que reconhecia como sendo uma pessoa de referência e bem reconhecida entre os colegas e pares.

Nisso o filho sempre foi muito próximo da irmã. Esta, que hoje é psicóloga, está casada e mora com o marido em uma casa distante da família. Ambos se mudaram logo depois da morte do irmão, coisa que Germano ressentia como uma pressa injustificada por parte dela. A história com a filha sempre foi a de uma relação conflituosa: tempestuosa e de temperamento incisivo, segundo o pai, brigavam rotineiramente e apenas após a mudança de casa que passaram a se relacionar mais amistosamente. O conflito esteve refletido na forma como avisou a filha da morte do irmão; deixando-a avisada através do marido, que escolheu para dar as más notícias pois pensava que “seria ele quem precisaria segurar os pontos da casa” enquanto a filha, ele imaginava, se adaptava com a situação.

Germano contou que, nessa época, já ao final dos tratamentos contra câncer do filho, que não se mostravam eficazes, e principalmente após sua morte, sua vida foi tomada por um marasmo. Tornou-se entorpecido para o trabalho e as relações familiares, dos quais se ocupava apenas para não pensar na morte do filho. Seriam três longos anos até conseguir retomar algo de sua energia para a vida, mas diz ainda hoje ser tomado por uma tristeza súbita nos momentos em que percebe que o filho não está mais por perto.

A morte do filho ocorreu em decorrência de uma parada generalizada de seus órgãos. No momento em que houve a parada, estava apenas com o pai no hospital onde estava

internado. Durante a madrugada, Germano acompanhou a equipe do hospital enquanto tentavam lidar com a crise até que nenhuma alternativa fosse possível para apenas então anunciarem a morte. Terminando a noite cansado e solitário, apenas pela manhã cedo avisou o resto da família da morte do filho, diz ele na tentativa de evitar sinalizar qualquer problema enquanto tentava “lidar com isso sozinho para não incomodar os outros”.

Os acontecimentos que se seguiram foram o cansaço e desânimo com a impossibilidade de retomar as mais diversas atividades da sua vida até então e o entorpecimento com que fazia essas poucas atividades restantes. Germano reconhece que, nessa época, talvez a esposa tenha lidado melhor com a situação como um todo. Enquanto o casal estava em desordem, a filha, que já não morava na casa desde a morte do irmão, parecia estar melhor, mas isso Germano ressentido por ela ter “deixado pai e mãe sozinhos para lidarem com a situação no seu pior momento, quando estavam no fundo do poço”. Marido e esposa trabalham juntos num comércio familiar, construída no andar de baixo da casa onde moram, e em função disso pareciam não ter mais intimidade para conversarem sobre assuntos que não fossem do trabalho. A filha, que mora longe, pouco se dispõe a falar com os pais, segundo este, porque “já cansou de nos ouvir falar só das mesmas coisas”.

Com a esposa, além do problema da falta de abertura e intimidade para a conversa, chegou a se desentender numa época posterior a morte do filho por razões relativa à possibilidade de adoção: havia começado a pensar em adotar uma criança para que “pudesse cuidar desde cedo com mais carinho e afetividade”. Acabou desistindo do projeto ao perceber que, não só estava sozinho nessa ideia, como também estava muito velho para cuidar de uma criança muito nova e que, caso optasse por adotar um adolescente, não teria o “vigor necessário para aturar uma possível fase de rebeldia e descontentação típicas da idade”. Quando me falou disso, Germano diz ter reconhecido tardiamente que estava tentando, afinal, preencher o vazio que o filho deixou na família, ao mesmo tempo em que reparava um tanto da culpa que sentia por não ter cuidado do filho bem como gostaria, sendo a ideia da adoção uma segunda tentativa no jogo da paternidade.

Quando fala da criação dos filhos, tópico que se seguiu ao falar do sentimento de culpa, a primeira coisa que conta é ter se atentado bastante para lhes proporcionar a mesma liberdade que teve quando era criança. Desde cedo eles ajudavam em certas atividades da casa, mas também eram capazes de saírem sozinhos. Germano acredita que a liberdade foi muito importante em sua infância, quando vivia sob o teto do pai, extremamente rígido, e que precisava passar algo disso para os seus filhos. Essa liberdade, prossegue, propicia que as pessoas “aprendam a se virar sozinhas e assim consigam criar caráter e atitude”, atributos

essenciais para toda pessoa. Apesar disso, tendo sido primariamente o provedor financeiro e protetor de sua família enquanto a esposa tinha um papel de cuidadora e afetuosa, ele ressentido que acabou se tornando menos próximo afetivamente dos filhos do que ela.

Quando começa a falar da educação na vida adulta do filho, diz ter tentado ser, apesar de distante afetivamente, próximo como uma espécie de protetor e conselheiro, com quem ele sempre poderia contar. Enquanto acha que a filha sempre foi mais ativa e autônoma, pensa que “o filho nasceu para as humanidades”, “mais chorão”, por vezes “como manteiga derretida”. Os filhos pareciam se completar em suas personalidades e sentia serem mais próximos entre si do que estes eram de qualquer um dos pais.

No dia de nosso terceiro encontro, Germano iniciou falando dos momentos finais próximos ao filho, já hospitalizado em estado grave. Suas palavras finais foram “eu amo vocês”. Apesar de entender que o filho provavelmente se referia à toda a família, sentiu que, dentre todos, foi quem teve a menor aproximação afetiva com o filho e por isso seria o menos merecedor desse amor. Culpa-se por essa distância e acredita ser a maior falha e falta na criação de seus filhos, remetendo-se de imediato, aqui, a seu pai, com quem diz ter tido uma relação conflituosa e, acima de tudo, distante.

Seu pai, assim como o filho, veio a falecer de câncer. Enquanto esteve hospitalizado em sua cidade natal, em idade avançada, foi cuidado principalmente pela esposa, mãe de Germano. Os contatos com o pai no hospital eram breves e contidos, ainda que ele tenha se encarregado de trocar e banhar o pai enquanto este estava com a própria locomoção comprometida. Disse que esses foram os maiores, se não os únicos, momentos de troca de contato corporal com o pai. Não falaram sobre isso e nem nada referente à eles próprios. As últimas palavras foram dirigidas à sua mãe e irmã e o único assunto falado foi que estava entendendo que estava chegando o momento de sua morte.

A postura rígida do pai, ele imagina, remete aos padrões de criação familiar alemães, de onde seu pai é descendente de segunda geração de imigrantes no Brasil. Conta, impressionado e curioso, da figura do pai de seu cunhado, de descendência italiana, que mantém incrível proximidade com os filhos, abraçando-os e beijando-os abertamente. Os encontros com a família da filha são festivos, barulhentos e acima de tudo amáveis, com afeto e agressividade circulando desimpedidos. Germano se sente imensamente culpado por não ter tido a iniciativa de cuidar dessa forma da criação dos próprios filhos, identificando nisso parte da vontade de criar direito uma nova criança, adotada. Ainda que perceba na filha um apego forte, por vezes mesmo corporal, não consegue correspondê-la da mesma forma, sente-se inibido.

Essas relações da vida adulta dos filhos o remetem novamente para o assunto de sua forma de cuidado com os filhos, financeira e moralmente, que entende serem da ordem de obrigações e de deveres e com os quais precisava saber lidar sem poder evitar. O lado afetivo e carinhoso “ficou fora de plano, a mãe quem cuidava dessa parte”. Germano situa essa falta como seu principal erro como pai — frente às últimas palavras do filho, em seu leito de morte, ficou em silêncio. Hoje arrepende-se da rigidez desse posicionamento e gostaria de ter dito ao filho aquilo que o amava.

Não à toa, no encontro seguinte, novamente a culpa surge como o primeiro assunto da conversa: culpa por não ter criado os filhos como gostaria, culpa da falta de carinho para com os filhos, culpa por não ter falado abertamente com os filhos de questões afetivas. Apesar de, na vida adulta dos filhos, conseguir manter boas conversas com eles sobre os assuntos que lhe interessavam, principalmente aqueles políticos e sociais dos quais pouco sabia, não falavam sobre questões da vida pessoal.

Esses desentendimentos no cotidiano, que remetiam a nada se não sua própria forma de criação, Germano sentia como se fossem um conflito entre o mundo antigo de seu pai, austero, estóico e conservador, valores com os quais foi criado, e o novo mundo de seus filhos, socialmente consciente e engajados, a forma como criou os filhos. A liberdade que deu a eles na infância e adolescência, que seria uma característica positiva dessa criação às antigas, permitiu a estes serem questionadores dentro de casa e também os tornou mais maduros, pessoas que como ele próprio saberiam dar valor ao trabalho e a liberdade. Enquanto que nesse aspecto Germano vê um grande ponto positivo para a forma como foi criado, para ele é claro que o problema da família estava em outro lugar: na recusa de falarem sobre si, o que faziam ou sentiam, coisa que comprometia uma troca afetiva mais amistosa entre todos.

Nesse sentido, um dos problemas gerados pela falta de troca de conversa entre pais e filhos foi a discussão de seus pensamentos em relação a formarem suas famílias. Apenas em um momento falou sobre isso com seu filho: logo após o diagnóstico de câncer nos testículos, pensou junto a ele em manter congelada uma amostra de esperma saudável para caso desejasse mais tarde ter filhos. Germano reconhece que essa empreitada foi muito mais dele próprio do que de seu filho, que pouco parecia se interessar no assunto. Por quase uma década pagou caro para manter o esperma de seu filho congelado para caso um dia este estivesse saudável e apto a construir sua própria família. Com o falecimento do filho, optou por descartar essa reserva, justificando o motivo financeiro, mas não sem antes cogitar alguma possibilidade de continuidade da vida do filho através de uma inseminação artificial. Sofrendo oposição forte de sua esposa, abandonou a ideia.

No encontro seguinte, Germano traz as boas notícias de que esteve assistindo na televisão uma reportagem sobre afetividade na criação de crianças e se sentiu contemplado enquanto um pai que gostaria de ter cuidado de forma diferente seus próprios filhos. Apesar de manter sua justificativa para a forma como educou os filhos pautada em sua própria criação e na cultura de origem de sua família paterna, admite que hoje pensa certas questões diferente e já não repetiria certas atitudes em relação ao cuidado afetivo.

Diz que entende se tratar de uma questão de autoridade: abrir caminho para “muita afetividade com os filhos de alguma maneira pode colocar em cheque sua autoridade” com eles, diminuindo seu respeito em frente à eles. Com a morte do filho, no entanto, diz ter se tornado uma pessoa diferente, mais afetiva, e nisso essas coisas ficaram para trás. Hoje consegue demonstrar mais abertura para certos assuntos, contrariando inclusive a expectativa de conhecidos, que sempre o tiveram como seco e rígido. Mesmo sem saber o motivo exatamente, acha que essa mudança se relaciona com a falta de carinho e afetividade para com o filho, como se hoje isso fosse compensado em novas atitudes. Diz poder ter refletido melhor sobre isso e decidido que é possível abandonar parte do esforço que sempre fez para se manter distante afetivamente. A culpa que sente hoje se relaciona com isso, conclui.

Mesmo que quase não conseguindo se localizar nem falar muito bem disso, Germano conta que a preocupação extrema com a descendência e a continuação do nome da família também foi outro ponto em que mudou sua opinião após um período inicial após a morte do filho, quando esteve paranóico com a ideia. Anos antes do câncer, assustou-se com um problema semelhante de continuidade posto pela sua esposa que, questionando-se do futuro do filho, pensou em levá-lo para um caminho religioso e tornar-se padre, efetivamente impedindo casamento e filhos. Foi firmemente oposto. O mais próximo que esteve em presenciar algo sobre o futuro de pai do próprio filho foi o desenrolar de um namoro significativo durante a adolescência, mas que foi rompido por motivos inconclusivos. Para não perturbar ainda mais o filho com o assunto, decidiu não falar para não pressioná-lo a fazer algo de que não quisesse. A filha se incomoda profundamente com essa repetição sua e não participa mais do assunto, dizendo que ela, para a preocupação de Germano, não tem interesse em ter filhos. Hoje, ao menos, ele próprio está “só um pouco mais sossegado quanto a isso”, tendo deixado as escolhas da filha para responsabilidade dela.

Ao final desse encontro, o quinto, o assunto parecia ter naturalmente se esgotado. Cada vez mais os tópicos pareciam se encerrar sem novos detalhes e as associações referentes estritamente ao falecimento do filho e enlutamento do pai se esgotaram. Curiosamente, Germano investigou comigo a possibilidade de iniciar um atendimento psicológico, achando

inclusive que seria o prosseguimento planejado das entrevistas. Algo parecia ter ficado para ser dito e isso estaria além dos assuntos relacionados ao seu luto. Explicando as restrições do enquadre da pesquisa, fiz para ele um convite de seguir comigo para o início de um tratamento, futuramente e dessa vez no âmbito particular, mas não tive sua resposta.

5.2 ÉSQUILO

Ésquilo é um participante do grupo ASDL há cerca de quatro anos, quando o passou a frequentar com sua esposa que, na época, nada falava. Até hoje, é o único homem que se tornou um participante regular do grupo, sempre acompanhado da esposa nos encontros, que, por sua vez, veio a se encarregar de tarefas de organização do grupo ao passo em que ela e o marido começaram a interagir mais com os outros integrantes regulares conforme passavam ali os anos. Meu convite para participar da pesquisa em nada o surpreendeu, pelo contrário: além de já ter participado em uma pesquisa semelhante, feita por outra pesquisadora do LPF, considerou o convite uma honra. Para “esses profissionais psicólogos”, como costuma dizer, sente vontade de relatar sua história quantas vezes seja preciso para que “as pessoas lá fora” saibam das dificuldades que sua família passou e assim, quem sabe, consigam diminuir o tabu em torno do luto.

Quando nos encontramos para a primeira entrevista, seu ponto de partida foi a descrição da morte do filho: nadador amador, estudante de engenharia, faleceu aos 25 anos em decorrência de longas complicações após uma encefalite. Ésquilo conta que, quando criança, o filho aprendeu a nadar para ajudar a combater uma bronquite infantil, a indicação médica sendo de que sua musculatura e capacidade física desenvolvidas poderiam ajudar no combate à bronquite, problema que estava então se tornando crônico. Não surpreende a analogia que fez ao dizer que, assim como seu filho precisou aprender a nadar para vencer a bronquite, também ele, anos mais tarde, precisou aprender uma série de coisas na área médica para melhor cuidar do filho durante seu longo período de enfermidade.

Retornando na cronologia para o início da doença do filho, o início da história de seu adoecimento é a viagem que fez com ele e a esposa para a Argentina. O filho, que esteve apático nos últimos dias da viagem — programada para durar dez dias —, sem sinal algum caiu em convulsão ao sair do elevador do prédio onde estavam e foi logo em seguida hospitalizado. Os médicos do lugar comunicaram que seu estado era muito grave e que ele seria colocado em coma induzido para o tratamento. Após essa notícia, dali em diante a comunicação com o

hospital e a equipe médica se tornou cada vez mais difícil e Ésquilo conta que foi nesse momento que sentiu pela primeira vez na pele a situação de estar em outro país, longe de tudo que era conhecido seu e sem saber falar a língua local — como um “despatriado”.

Para além da parte programada da viagem, o processo todo fora do país levou cerca de 40 dias e ocasionou gastos elevados com o hospital, a locação provisória de uma casa na região e a vinda de um médico brasileiro até o país. Ésquilo viveu com a esposa na Argentina em função do filho por todo esse tempo, visitando-o todos os dias e pesquisando sobre sua doença enquanto também tentava aprender melhor a língua para se comunicar com a equipe médica do hospital, que pouco se esforçava para ajudá-lo.

Após o primeiro mês, sem que nenhuma mudança significativa tivesse acontecido, exceto pela lenta adaptação do casal no país, a situação do filho complicou e os médicos do hospital começaram a dá-lo como terminado ao fim de cada dia. Diante dessa situação desesperançosa e do desinteresse por parte do próprio hospital para o cuidado de seu filho, Ésquilo decidiu que, mesmo que fosse para morrer, gostaria que ele estivesse no Brasil. Foi aí que começou a mobilizar esforços para isso, comunicando-se com um irmão do cunhado, neurologista, para ir até onde estavam para retirar o filho do hospital — viagem essa bastante dispendiosa, a qual apenas conseguiu fazer funcionar acionando outro parente próximo, também no Brasil, para que pudesse ter acesso ao seu próprio dinheiro.

Percebendo o fim do tempo nessa entrevista, Ésquilo se apressou para terminar o ponto em que estava para logo me dizer que está contando das dificuldades de sua história para eu e outros saberem daquilo que passou, insistindo ainda que, caso eu não pedisse por nenhum assunto específico, me contaria sua história cronologicamente, mesmo que isso custasse bastante tempo.

Quando retomou sua história, no encontro seguinte, decidiu voltar um pouco no tempo para contar mais detalhes. Antes da saída do filho do hospital, onde estavam estabelecidos até então, houve um momento decisivo em que conseguiu levar seu filho para um hospital público, já que o anterior, no início pago pelo seguro de viagem, era particular. Isso conseguiu ao acabar encontrando, entre a equipe médica que cuidava do filho, alguém que não apenas reconhecia o seu sobrenome japonês como havia estado no próprio Japão como estudante bolsista do país, situação compartilhada tanto por ele próprio como também pelo filho. Com a aproximação deste médico, conseguiu a transferência do filho para um hospital de igual qualidade, porém público. Isso ajudaria muito financeiramente já que, estando despatriotizado, não tinha acesso fácil nem conveniente ao seu dinheiro. Seu cunhado era quem tinha, no Brasil, acesso a todo o

dinheiro necessário para lidar com toda a situação financeira. Ambos são descendentes nipônicos, assim como o próprio Ésquilo.

Nesse meio tempo esteve, também, buscando qualquer tipo de auxílio que o consulado brasileiro, e logo depois a própria embaixada, pudessem oferecer. Ficou decepcionado e furioso quando ambos lhe negaram qualquer tipo de ajuda, dizendo que a sua situação estava fora de suas alçadas. O sentimento de Ésquilo é que, não “podendo contar nem com a ajuda de quem supostamente está ali para nos ajudar”, precisaria resolver os problemas que apareciam sozinho, se desgastando imensamente para isso.

Dias depois, já negociada a vinda do médico brasileiro a caminho, tramou com este uma escapatória do filho para o Brasil. Preocupado com os padres e médicos do lugar, que já o estavam dando como óbito certo, chegando até a receber três vezes uma missa para o descanso celestial do filho, decidiu que havia chegado o momento para levá-lo de volta ao próprio país. Tramou, assim, um plano de saída da Argentina em uma UTI aérea com apenas sua esposa, filho e o médico irmão de seu cunhado. Tirando seu filho do hospital em condições estranhas à própria equipe, que nada ficou sabendo disso, foram direto para o aeroporto e embarcaram sem previsão de retorno.

Cansado de ouvir de amigos e conhecidos que sua história renderia um bom filme, com ele sendo seu herói, Ésquilo é enfático em dizer que “não quer tirar nenhum prazer dessa experiência” e quer apenas ser reconhecido pelas dificuldades que teve de enfrentar sozinho em outro país, falando outra língua.

Chegando da Argentina em Curitiba, instalou o filho num hospital da cidade. Apesar de dois filhos morarem aqui, ele próprio e a esposa, na época, residiam em Londrina. Para acompanharem de perto a internação do filho, decidiram mudar-se.

Terminada a barreira linguística, a relação com a hospitalização do filho melhorou muito e logo ele estava novamente em tratamento. Acabou tendo o infortúnio de encontrar-se com um médico da nova equipe que lamuriava que seu filho não terminaria aquele dia, de forma semelhante ao que lhe diziam no outro país, para muito da inquietação sua e de sua esposa. O estado de seu filho era, ao final de trinta dias de internação num país e mais trinta no outro, terrível: seu corpo havia definhado em decorrência do coma induzido e toda sua musculatura estava atrofiada. Por indicação do médico, tentaram um lento processo de retirada do coma, onde seu filho lentamente recobrou a consciência e as funções motoras. Sua recuperação ainda correria por mais metade de um ano.

Preocupado com a prolongada trajetória do percurso da doença do filho, Ésquilo decidiu, num encontro mais adiante, que iniciaria falando do período após sua morte. Conta que, “após

o fato”, enclausurou-se em sua casa e não quis saber do mundo nem de ninguém. Na medida do possível, interrompeu todas as suas atividades e trabalhos; os filhos, que moravam um nos Estados Unidos e outra em São Paulo, se tornaram distantes; sua esposa apenas chorava e ambos já não se conversavam mais. Nunca mais revisitou sua antiga casa em Londrina, onde morava até então, passando seus cuidados a um parente próximo e padrinho do filho perdido. Na mudança para Curitiba, trouxe apenas os documentos.

Ésquilo preencheu seu tempo se ocupando de intensos estudos sobre a morte, luto, religião e filosofia. Pesquisava na internet sobre o que queria saber e comprava intermináveis livros sobre esses assuntos. Diz ter se tornado especialista nesses temas, ainda que não dialogasse com ninguém; sente que não reteu muita informação porque sua busca era, acima de tudo, para aplacar a angústia e talvez não necessariamente para aprender. Hoje, sua casa continua sendo testemunha desse momento, tendo acumulado pilhas de livros e revistas sobre os temas que lia.

Quando descreve o momento em que estava naquela época, diz sentir-se isolado de todas as pessoas por ter se tornado de alguma forma diferente após a perda. Os profissionais que buscou para amenizar suas dores, psicólogo e psiquiatra, para ele pareciam não saber reconhecer o seu sofrimento pela perda e por isso optou por não iniciar o tratamento medicamentoso e nem terapêutico. Em meio a isso, um sintoma físico persistia: o maxilar e a mandíbula estavam travados. Os procedimentos de tratamento lhe pareciam muito dolorosos e novamente optou por não dar início. Hoje é mais claro para ele que estava se recolhendo de todos pois desprezava a etiqueta social reservada para os enlutados, achava-a falsa, quase desprezível.

Foi em meio a essa época que, em suas pesquisas pela internet, Ésquilo encontrou o grupo ASDL, mas ainda esperou muitos meses para visitá-lo. Nisso, já havia se passado quase dois anos da morte do filho. Foi apenas com o testemunho contínuo que conseguia dar ali todas as semanas que encontrou no grupo a disposição para poder lentamente retomar suas atividades.

Fazendo um parêntesis nesse momento, Ésquilo retomou o assunto do diagnóstico do filho. Iniciado o contato possível através da língua portuguesa, apenas quando conseguiu retornar ao Brasil, atentou-se integralmente para o tratamento do filho. Saído do coma induzido, ele recuperou consciência e partes da capacidade motora, ainda que com graves perdas na linguagem. Salienta, no entanto, que sua abstração matemática “melhorou, e melhorou muito, nem mais eu conseguia manter o ritmo com ele”. Disso se deve o fato, prosseguiu, de grande parte do lado esquerdo do seu cérebro estar gravemente comprometido, tendo sido retirado em sucessivas cirurgias e nisso ocasionando uma massiva melhora no funcionamento do lado

direito, responsável entre outras coisas por abstrações. Nessa época, a causa de seu estado havia sido finalmente descoberta: uma encefalite no hipocampo causada pelo alojamento, através da corrente sanguínea, de um vírus incomum da herpes. Apesar de atualmente dizer da doença com facilidade e falar dela como um dos determinantes na morte do filho, conta que por muitos meses sofreu pela indeterminação do diagnóstico, sendo que para ele a própria falta de nome para o que estava acontecendo o perturbava — “como, afinal, nós poderíamos estudar a doença para combatê-la se nem sabíamos do que se tratava?”.

No contato com os diferentes médicos que cuidavam de seu filho, Ésquilo se esforçou para colher todo o tipo de informação que pudesse lhe ajudar a compreender a situação em que ele se encontrava: tornou-se médico por esforço e estudos, como ele mesmo diz; sabia do currículo, atuação e publicações desses profissionais para melhor dialogar com eles. O orgulho que sentia ao poder dizer aos médicos, aos falarem sobre a situação e tratamento do filho, que “veja bem doutor, eu na verdade já até comprei o seu livro e...” se tornou parte da forma como entendia melhor estar ajudando o próprio filho, ou seja, orientando-se nos estudos para assim tomar as melhores decisões.

Apesar de seu imenso esforço para esse fim, diz que seu filho sofreu por uma sucessão de azares para muito além de seu controle: a região onde o vírus se alojou, no encéfalo, não possui inervação, o que impediu que qualquer tipo de dor se manifestasse, o que em muito teria ajudado a prevenir a sua primeira crise. Não só isso, mas o vírus parece ter vindo de fora e apenas se manifestado em função de uma possível queda no sistema imunológico causado pela própria viagem.

Uma única falha médica foi pontuada: para não preocupar ainda mais a família, os médicos optaram por não lhe contar que os ataques epiléticos, que ficaram como sequela do alojamento do vírus, causavam pequenas disritmias no batimento do coração a cada vez que aconteciam. O filho de Ésquilo veio a falecer de morte súbita decorrente de uma parada cardíaca após um ataque epilético durante o sono. Engenheiro igual ao pai, de mesmo nome que o médico que o atendeu no outro país — cujo nome foi trocado com o meu mais de uma vez — deixou para os pais um certo amargor por ter falecido após tanto tempo de cuidado intenso, ainda que, pelo mesmo motivo, os pais são gratos por esse tempo adicional que puderam ter com o filho em vida.

Encerradas as entrevistas no ano de 2017, senti que Ésquilo ainda teria muito mais a dizer sobre sua história e propus que encerráremos o trabalho em função do calendário mas que o retornássemos no ano seguinte. Quando o encontrei no próprio grupo ASDL, meses depois,

o vi exaltado com a minha presença, referindo-se a mim perante o grupo como “o psicólogo do grupo”, “aquele que está mais do que autorizado para falar sobre luto”, “quem pode dizer sobre as teorias e técnicas por trás do assunto”. Conforme viria a saber algum tempo depois, minha presença no grupo naquele dia o inspirou a ponto de que ele já estava com algo para me dizer quando voltássemos ao nosso trabalho.

As entrevistas foram retomadas como se não tivesse sido interrompidas no ano anterior e sequer precisei direcionar onde estávamos ou como funcionaria. O ponto de partida escolhido dessa vez foi novo: Ésquilo queria me contar sobre a profissão do filho perdido e as ramificações desta para a vida de ambos. Inusitado, também, foi o personagem com quem a história se iniciou: o próprio pai de Ésquilo, até então ausente na narrativa.

Enquanto descendente imediato das imigrações japonesas para o sul do país, durante a primeira metade do século XX, o pai de Ésquilo viveu sua vida no campo, sempre próximo às colônias nipônicas. Sua visão de trabalho e estudo não difere daquela de muitos outros cidadãos do campo para a época e foi traduzida numa frase marcante para a infância de Ésquilo: “você pode ir trabalhar e estudar com o que quiser, mas escolha rápido e vá logo para o mundo afora, porque se não, tenho muito trabalho pra você me acompanhar aqui na fazenda”. Tardiamente, Ésquilo reconta que talvez tenha sido a melhor escolha a de estudar, já que, afinal, “o peso da caneta é muito menor do que o da enxada”. Essa aparente preguiça na sua decisão de sair do interior para ir estudar na cidade grande aparece invertida quando chega no assunto seguinte, que é a aptidão do filho para os estudos.

Ésquilo procurou estar, num momento inicial da vida profissional, nos lugares onde estavam as oportunidades e isso acabou o levando até uma grande empresa de energia e telecomunicações onde seguiu trabalhando por toda sua vida, nisso angariando respeito dos colegas e influências para muito além do mundo corporativo, atingindo as faculdades de engenharia elétrica que, no auge de sua carreira, ao longo das décadas de oitenta e noventa, ainda estavam sendo construídas junto às universidades com a sua ajuda. Seu aparente sucesso e influência, que ele ainda hoje relembra com bastante modéstia, de alguma forma o surpreendeu quando certo dia o filho diz que gostaria de cursar a mesma faculdade que o pai e trabalhar na mesma empresa que ele e, não só isso, mas que sua escolha estava embasada na vivência do pai como um excelente chefe e provedor de uma família tão grande só com sua profissão. Pego de surpresa, a resposta de Ésquilo foi auxiliar o filho de perto na sua escolha de faculdade, o que foi decidido logo em seguida da época de vestibulares, quando seu filho foi aprovado em todas as cinco faculdades onde prestou. Acabou se mudando de Londrina para Santa Catarina para ir estudar e morar com o irmão mais velho, que por coincidência, também

cursava engenharia elétrica, como o pai e irmão. No entanto, enquanto este já estava lá há dois anos e levaria outros cinco para concluir o curso, o irmão mais novo terminou num tempo acelerado de quatro anos e meio e já estava trabalhando na área no último ano, coisa que o pai não tem dúvida em atribuir a favor do talento e aptidões inatos que via desde sempre no filho.

O tempo da entrevista se encerrou nesse momento e, ao discutirmos as finalizações e deixarmos marcado o próximo encontro, Ésquilo me lembra que, exatamente como no ano anterior, está preocupado com a sua verborragia e pede que eu o direcione nos assuntos conforme eu achar que vá ser mais produtivo para a minha pesquisa. Aproveitando, também quis explicar que escolheu falar do assunto da profissão do filho porque havia se dado conta de que uma das coisas mais importantes que percebeu durante o luto do seu filho foi da impossibilidade de seguir acompanhando os sucessos e conquistas profissionais de sua vida, interrompidas com sua morte.

No encontro seguinte, Ésquilo novamente iniciou com a preocupação de que utilizemos bem o nosso tempo e que eu o direcione para onde achar que é necessário para a minha pesquisa. Dito isso, seguiu falando em mais detalhes do que no ano anterior a respeito da cronologia de seu luto e da forma como sua vida esteve nos anos seguintes à perda do filho.

Em suas próprias palavras, antes de toda a sua experiência com o adoecimento do filho, Ésquilo se dizia um leigo — sobre a finitude, a vida, o corpo e todas as coisas que tocassem na temática da morte. Os estudos pesados que empreendeu durante os meses finais da vida do filho, quando este estava a maior parte do tempo medicado e hospitalizado, hoje ele se lembra terem sido a única fonte de dispersão dentro do enclausuramento em que estava vivendo em sua casa. Na ocorrência de sua morte, esses temas meramente mudaram da medicina do corpo e da patologia para a filosofia e psicologia da morte pois, para ele, a função de continuar estudando era uma das únicas alternativas para escoar os sentimentos despertados em seu luto. A busca por conhecimento, pelo menos agora Ésquilo consegue dizer, era uma forma de tentar traduzir a sua experiência de luto de alguma forma para ele cognoscível, já que, como gosta sempre de contar, sempre foi um estudioso e para isso ele tem as ferramentas de que precisa sempre afiadas. Essa medida de transformar sua angústia através dos estudos foi, também, uma de suas poucas atividades durante o tempo em que esteve enclausurado em seu próprio luto e por muito tempo consistiu em sua principal atividade diária.

Relembrando esse período de aproximadamente dois anos, Ésquilo conta que sua rotina se tornou a expressão constante da angústia que ele e sua esposa viviam com a morte do filho e que não encontrava escapatória alguma na vida fora da casa. Suas relações empobreceram com os filhos, que até hoje evitam falar do irmão falecido, mas também com familiares

próximos e distantes, amigos e conhecidos que não tinham mais a iniciativa de interagir com os pais enlutados. Em determinado momento, prossegue, decide que já que os outros não tinham mais paciência para ele, também ele não faria mais esforços para ser entendido. Os episódios com os profissionais psiquiátrico e psicológico que Ésquilo havia contado no ano anterior foram repetidas aqui em toda sua indignação de ter passado por essas pessoas que não o entenderam; mas dessa vez, com a novidade do seguinte acréscimo: a dor e indignação vinham por ele não estar se sentindo ouvido e menos ainda compreendido por esses profissionais, e nisso, o reconhecimento que ele precisava ter de seu sofrimento não acontecia e ele ia embora, inatingido e igual.

Outro episódio repetido com novos detalhes foi sua passagem pelo transtorno da mandíbula presa. Ésquilo organiza que seu tempo de luto foi marcado, primeiro, pelo seu enclausuramento em sua casa, pela inabilidade de falar de sua dor para outras pessoas e também pelos descuidos com o corpo e a higiene que, segundo seu entendimento, contribuíram largamente para o estresse que resultou no seu adoecimento. A novidade dessa vez foi que Ésquilo se lembrou que a mandíbula presa, transtorno físico que preenchia suas articulações de dor e o impediam de falar, na verdade tem um antecedente: o sintoma foi idêntico ao que desenvolveu dez anos antes, na ocasião da morte do pai. Em suas palavras, “só algo tão forte como a morte do meu filho pôde trazer à tona o que eu havia sentido naquela outra ocasião, como uma espécie de retorno de uma memória traumática”. A recordação-explicação oferecida encerra a cronologia do primeiro tempo de sua passagem pelo luto, pois foi durante o tratamento de sua mandíbula que Ésquilo lentamente iniciou seu processo de rompimento de seu casulo em direção ao mundo afora.

Eventualmente seus estudos o levaram a descobrir a existência da Universidade Aberta da Maturidade (UAM) da UFPR e passou então a tentar convencer sua esposa a participar com ele. Apesar do não recebido no primeiro ano, no seguinte ela decidiu acompanhá-lo e nisso já haviam se passado quase dois anos desde a morte do filho. Foi durante a participação na UAM que Ésquilo e sua esposa conheceram alguns dos participantes do grupo ASDL, que rapidamente o convenceram a participar também de seu pequeno grupo de pessoas enlutadas. Apesar de já ter conhecido o grupo anteriormente, nunca se sentiu confortável para participar até receber o convite dos próprios participantes. Foi lá que seu luto finalmente começou a dar espaço para as palavras e, desde que descobriu o quão bom estava sendo para ele falar e compartilhar sua experiência com pessoas semelhantes, participa ativa e regularmente do grupo desde então, cerca de quatro anos.

Antes de encerrarmos nosso encontro, conforme estava se formando nessa práxis, Ésquilo voltou a elogiar o meu trabalho e pesquisa, exaltando os alunos que participam do grupo ASDL e confirmando que “se fossem profissionais assim” que o tivessem atendido lá atrás, quando mais precisava, talvez toda sua trajetória teria sido outra. O problema, conta ele, era a falta de respeito que vinha com a falta de reconhecimento do seu sofrimento, que o isolava ainda mais para se abrir com outras pessoas. Encerramos pelo dia e marcamos o próximo encontro.

A semana seguinte acabou sendo marcada de forma inesperada por um acontecimento que novamente mudou o rumo da conversa: dessa vez, foi a morte do cachorro da família, Tóbi, que comoveu Ésquilo a falar. Mesmo ele admite: “Dessa vez tivemos que alterar o assunto que iríamos discutir no grupo para falar dessa nova perda...”. A história, então, nos leva para cerca de onze anos atrás, quando o cachorrinho de 45 dias apareceu na casa da família trazido pela filha, que o comprava com seu primeiro salário.

Ésquilo contou que cresceu ouvindo do pai o seguinte aviso: “Vocês podem ter o bicho que quiserem em casa, desde que cuidem dele direito”. Essas palavras ecoaram em sua cabeça durante quase toda a vida já que, mesmo mudando do interior para a cidade, morando em vários lugares pelo caminho, sempre residiu em casa e por isso teve espaço para cuidar de animais de estimação. Isso só se modificou ao casar, pois apesar de sua esposa também compartilhar o carinho por animais, os dois foram morar em apartamento e por isso acharam que não seria adequado ter em casa um animal pois ele ficaria muito apertado e sofreria com isso. Esses planos se mantiveram no lugar por muitos anos, interrompidos de forma inesperada quando um dia a filha decide espontaneamente trazer para casa um cachorrinho que diz ter se apaixonado à primeira vista. Impressionado com o ato, Ésquilo optou por deixar o animal na casa e nisso começou a reforçar o mesmo conselho que durante toda a vida ouviu do pai, deixando então o cachorrinho aos cuidados dos filhos, que prontamente obedeceram.

Aconteceu que a chegada de Tóbi na casa da família veio num momento complicado: onze anos atrás, em 2007, o filho de Ésquilo estava no primeiro de cinco longos anos em que viveria fechado em sua casa apenas sendo cuidado pelos pais e médicos que o auxiliavam a recuperar algo de sua saúde após a doença. Para a surpresa de todos, o cachorrinho logo se adaptou a casa que estava sempre cheia de visitantes e foi rápido em desenvolver com o filho mais novo uma tenra amizade. Ésquilo conta hoje, com a voz cheia de saudade, que perdeu a conta das vezes em que o filho, caído no chão após um de seus recorrentes ataques epiléticos, era “socorrido” pelo cachorro que não deixava ninguém se aproximar do companheiro — exceto sua mãe, fato que ele prontamente justifica dizendo que “Como minha esposa cuidava

muito de perto dele, ele [Tóbi] deveria entender que não era problema pra ela se aproximar, mas ninguém mais, e nisso eu estava incluído, podia se aproximar sem ele rosnar”. O cachorro pequenino, que não latia e achava que todos os visitantes eram amigos da casa logo se tornou parte indispensável da família e marcou o momento em que a vida era focada nos cuidados com o filho.

Assim foi por mais cinco anos até o filho falecer, sua irmã se mudar de cidade e os pais passarem a viver sozinhos com o cachorro. Ésquilo conta que este havia há muito tempo desenvolvido um hábito para conferir se o companheiro estava seguro: todos os dias, a primeira coisa que fazia era ir ao quarto ver se esse estava acordado e bem. Tanto ele quanto a esposa não tinham dúvida de que aquele animal havia caído nessa casa e nesse momento para ser o protetor do filho enquanto estivesse doente. Após sua morte, este hábito persistiu e acabou ficando como símbolo do sentimento de perda que o cachorro sentia pelo companheiro, toda sua vida após essa perda marcada pelo seu hábito.

Conforme os anos passaram, Tóbi envelheceu e desenvolveu seus próprios problemas de saúde que demandavam a atenção dos membros da família. Aqui entrou em cena uma nova vez, aos moldes do luto anterior de Ésquilo, seu processo de busca e pesquisa para entender o funcionamento do adoecer do cachorro e nisso ele conta das semelhanças com o que havia feito anos atrás: a busca incessante por profissionais qualificados e reconhecidos da área de medicina veterinária, o estudo dos processos patológicos pelos quais o cachorro passava, até a própria adaptação do seu cotidiano para estar a todo momento em função do pequeno ser adoecido. O resultado ao final foi inevitável: Tóbi veio a falecer após conviver por meses com complicações diversas decorrentes de um câncer que eventualmente se tornou uma série de problemas do coração. O diagnóstico inicial e todos os seguintes, as medicações, os cuidados, as explicações e as palavras técnicas eram repetidas por Ésquilo em impressionante detalhe e profundidade e dizem do tempo que teve que conviver de perto com a inevitável perda do cachorro da família e seu também inevitável processo de luto que se seguiria. A diferença dessa vez, ele conta, é que estava preparado para não seguir adiante as operações médicas que surgissem nos momentos finais de sua vida, caso fossem muito caras ou complicadas, para não o colocar sob ainda mais sofrimento do que o que já esteve por todo esse tempo. Apesar do resultado ser inevitável, ele conta, “o sofrimento talvez possa ser diminuído”.

Contada essa história, o tempo já havia se encerrado e Ésquilo foi para o encontro do grupo, onde seguiu o seu plano de “contar a história do cachorrinho muito especial que acompanhou ele e sua família em momentos muitos difíceis e também nos trouxe muita felicidade durante eles”.

O encontro seguinte foi marcado pela decisão de acelerarmos o processo para conversarmos especificamente sobre um tema, o qual Ésquilo há tempos havia anunciado que gostaria de me contar: as diferenças que sentiu entre o seu luto, paterno, e o luto materno, de sua esposa. As diferenças, conta ele, foram aprendidas nos anos em que exaustivamente ouviu os relatos de pais e mães no grupo ASDL, onde acredita ter reunido informações o suficiente para poder atingir tal compreensão do problema.

Sua explanação se iniciou de forma clara e científica e o ponto de partida foi a diferença biológica entre os sexos. Segundo ele, é fundamental o fato de o cuidador da criança que efetivamente a gera enquanto ser humano é a mãe, e apenas essa, graças ao seu aparato natural que permite carregar a criança dentro de si pelo tempo da gestação. Nesse sentido a criança seria, naturalmente, facilmente identificada como parte da mãe inclusive enquanto parte de seu corpo, que o gera, nutre e protege. Apesar de não negar nesse processo a influência decisiva do papel do homem, acredita que a influência do pai nesse momento da vida da criança é infinitésima se comparada com o papel da mãe. Disso Ésquilo deriva a consequência de que, para a mãe, é natural e esperado que se sinta emocionalmente abatida com a perda de um filho devido a sua competência natural para gerá-lo, sendo portanto uma perda referida a esse passado enquanto gestadora. Para o pai, no entanto, esse processo seria diferente, se não até o inverso — a perda do pai deve se dar num referencial para o futuro, pois cabe ao pai o papel de educar a criança e inseri-la no mundo, onde ela carregaria então a descendência da família com a sua vida.

Aqui Ésquilo retomou a história de como seu filho chegou a ser contratado pela empresa em que ele próprio havia trabalhado, anos antes, mas agora com novas lembranças do ocorrido. Situando-me temporalmente na época do final do período de trabalho do filho ainda na cidade onde morava, conta que, ao saber de sua notícia sobre o concurso público aberto para essa empresa, posteriormente de sua aprovação no mesmo, Ésquilo buscou estar presente com o filho no dia de sua contratação. Chegando na antiga empresa por onde trabalhou por mais de duas décadas, decidiu-se por procurar seus antigos colegas de trabalho e nisso encontrou alguém cuja função estava, por coincidência, precisando de novos funcionários e esse setor era precisamente o mesmo onde trabalhou em sua época. Surgiu aí a ideia de direcionar o filho para esse setor, coisa que foi imediatamente acatada por esse colega e logo em seguida por outro colega também de sua época, situado no setor de recursos humanos. Mexidos os devidos palitos, por assim dizer, Ésquilo conseguiu fazer que a contratação do filho fosse no mesmo setor onde ele trabalhou — isso sem dizer nada ao filho, pois havia em realidade chegado no local com antecedência especificamente para isso.

Disso então Ésquilo conta que, consciente para ele nessa época era o fato de que, inicialmente certas coincidências levaram o seu filho a trilhar um caminho muito próximo do seu, mas que, agora que se dava conta, essas afinidades o trouxeram para perto de si como nunca antes e agora via claramente nele um sucessor e herdeiro de si, como conta, “em todos os aspectos: familiar, profissional, humano”. Seu filho então deixou de ser apenas o seu filho para se tornar o seu próprio eu no futuro, uma continuação de si que carregaria suas metas, seguiria seu trabalho e inclusive conseguiria coisas que nem ele próprio atingiu em vida, seus sonhos e desejos tornados possíveis através da continuidade do filho, que agora trilhava em seu caminho.

Essa realização, conta, foi especialmente dolorida após a perda. Sua palavra exata foi “frustração”. O desejo de continuidade, representado por esse filho e apenas esse — o outro, também engenheiro, era “relapso nos estudos e foi trabalhar numa área que não tinha conhecimento e num outro estado”, já a filha, médica, não lhe trazia orgulho para além de sua realização de curso pois diz entender menos ainda da área — foi então quebrado. Esse processo, Ésquilo conta ter sido gradual, como se num primeiro momento precisasse ter lamentado e sofrido a perda de seu filho enquanto tal, e nisso apenas seu filho, para lentamente se dar conta de que a perda se registraria também numa direção futura, arrancando dele essa parte de si que se via continuada nas conquistas do filho.

Outra característica que Ésquilo descobriu sobre o seu luto paterno foi, dessa vez, de ordem social ao invés de biológica: ele se refere à forma como se é esperado do homem que reaja nos momentos de perda e do subsequente sofrimento gerado na necessidade de se adequar à esse esperado. Seu primeiro argumento a favor de sua teoria é que ele foi, ou pelo menos se sentiu, obrigado a se encarregar por todas as responsabilidades burocráticas referentes ao sepultamento do filho. Dizendo que, “quebrado por dentro, mas contido por fora” precisou levar a cabo as tarefas de busca do certificado de óbito, escolha do caixão e da documentação funerária, bem como os arranjos para o velório. Semelhante ao que anos mais tarde sentiria no encontro com os profissionais de saúde que nada entenderam ou respeitaram de sua dor, os funcionários com os quais lidou nesse pequeno intervalo de tempo representaram a dificuldade de manter a postura de homem enquanto resolvia os problemas. Enquanto acredita que, para a mulher, suas reações de fragilidade e emoção são normais e esperadas, “não é normal, ou pelo menos não comum que o homem seja visto chorando pra fazer esse tipo de coisa”. O ressentimento se localizaria então nessa expectativa para o pai de agir como homem nas horas de sofrimento, coisa incompatível com o seu estado e emocional e que requereu grande labor emocional, o qual ninguém parecia reconhecer.

A questão social da perda, para além da perda em si, traz também um desdobramento familiar, referente a continuidade da família através de seu sobrenome. Se, por um lado, o futuro do filho seria uma forma de manter viva certas partes de si que dizem respeito à trajetória profissional, conquistas pessoais e o simples ver do envelhecimento do filho, também essas características andam ao lado das repercussões familiares que essa continuidade garantiria, a saber, o sobrenome de Ésquilo. Esse pequeno nome que liga a si próprio com seu pai e com seu filho garantiria, para ele de forma inequívoca, que a sua família e suas conquistas estariam salvas da passagem do tempo através da própria continuidade com cada vez novos membros atrelados à essa função. A vida não foi generosa para Ésquilo nesse aspecto: seu pai foi o último imigrante nipônico a manter o sobrenome, dado o fato de o resto de sua família ter continuado no Japão, e também todos os seus filhos homens, os dois irmãos de Ésquilo, morreram cedo em decorrência das dificuldades inerentes à vida nas colônias. Na geração seguinte, entre seus filhos, a filha mais nova, sendo mulher, não o passa adiante através dos filhos, que adotam apenas do sobrenome do pai, enquanto que o filho mais velho, até o momento, apenas teve uma filha que também não irá passar adiante o sobrenome. Essas circunstâncias marcam Ésquilo como um quase-último de sua linhagem, fadado a sumir no desenrolar do tempo pelas imposições culturais que o levam a agir de determinadas formas que o colocam de frente com o problema da continuidade familiar.

Se a dimensão desse problema talvez pareça grande, não deixaria de surpreender a solução encontrada por Ésquilo para liquidá-lo. O desenrolar de seu processo de luto encobriu as consequências indiretas da morte do filho de forma que, conforme elas foram se tornando claras para si e a esposa, também se tornava necessário fazer as pazes com essas novas impossibilidades que a vida então lhes apresentava. De forma lenta e gradual, Ésquilo conta que, depois de lidar com aquilo que chama de seu “luto propriamente dito”, que foram os dois anos que passou enclausurado no amargor de seu sofrimento, passou a, primeiramente, se dar conta das ramificações que se desprendiam da perda do filho para logo em seguida se desfazer delas aos moldes da perda inicial — um segundo luto que seguiu o primeiro. Se o primeiro momento Ésquilo descreve sobretudo na égide de uma “frustração”, esse segundo é dito como uma “preocupação”, que gerou, enfim, um acerto de contas, feito de forma analítica e consciente. A solução é simples: se são as tradições culturais que impõe esse ou aquele tipo de regra para a continuação da familiar, talvez esteja na hora de considerar que esses preceitos talvez não sejam assim tão válidos, pois “afinal os tempos são outros”. Dado que o sobrenome da família deveria marcar o seu pertencimento à nacionalidade nipônica, da qual descende ele e seus filhos, foi de imprescindível importância que seu pai lutasse para manter viva essa

tradição, mas no entanto, enquanto nome e significado, talvez não seja aí que resida o poder da tradição, e sim na própria memória familiar que pode manter vivos os seus membros após a sua morte. Sua história marca portanto uma ponte entre pátrias, onde seu pai vem ao novo país com nome e sobrenome estrangeiros, ele próprio recebe o sobrenome estrangeiro e nome nacional, e agora os filhos e netos carregaram seu sobrenome apenas de forma passageira enquanto a geração seguinte terá ambos nome e sobrenome nacionais. Para aquilo que num primeiro momento foi fonte de grande preocupação para si e para a família, Ésquilo encontrou uma forma de se despreocupar ao entender que a atenção que dispensou naquilo até então tenha sido, talvez, desmedida, e que deixar isso de lado não custaria assim tão caro.

Essa solução só poderia ter sido levada a cabo em função de Ésquilo nesse momento já se compreender como uma pessoa mudada — as palavras que ele tanto repete no grupo foram proferidas aqui como “eu não tenho dúvida, existiu um Ésquilo até o momento da perda de meu filho e outro que se formou depois”. Ao final dos seus anos de amargor e enclausuramento, após encontrar o grupo ADSL e dar forma ao seu luto com palavras, também chegou ao mundo sua primeira neta, fonte de grande renovação no espírito familiar. Enquanto que para sua esposa a neta se constituiu como uma nova vida para ser cuidada, que Ésquilo tem certeza ter influenciado de forma positiva o seu luto, ele próprio guarda certa reserva dessa possibilidade de si com a neta. “É como lhe falei: o cuidado de gerar, de estar por perto é algo que vem mais fácil à mulher, nós homens recebemos muito pouca satisfação disso”. Ver que mesmo uma nova vida não lhe proporcionaria aquilo que havia perdido funcionou como que um estopim para Ésquilo se ver como uma nova pessoa, capaz de tomar decisões que até então lhe seriam impossíveis, como o despreocupar-se do sobrenome familiar e sua continuidade a todo o custo.

Quando lhe pergunto, nesse momento, que pessoa Ésquilo se tornou após a perda e suas sucessivas ondas de desapego e desprendimento, ele pára por um momento e responde: “o Ésquilo de até então não tinha saber nenhum sobre a dor do luto”. Se para muitos esse saber não implica em nenhum tipo de saldo positivo, podendo ser oferecido para qualquer divindade ou medicina em troca do retorno do ente perdido, Ésquilo encontrou nele o material que precisava para se reatualizar enquanto sobrevivente do seu luto, todas as células de seu ser agora alinhadas para serem testemunhas de seu sofrimento. O seu papel no grupo, portanto, é o de um sábio professor dos assuntos de morte e de perda, ajudando os outros em suas elaborações a partir de seu próprio relato. É ali que ele encontra o seu propósito e satisfaz sua necessidade de manter viva a memória do filho — se ele próprio sofreu tanto com silêncio dispensado àqueles que vivem uma perda, sua missão se tornou então a de diminuir o sofrimento dos outros através do seu aprendizado.

5.3 CASMURRO

Casmurro foi o primeiro entre os pais a ser contactado através de sua esposa, a qual há anos está entre os frequentadores regulares do grupo e também atua certas funções em sua organização e condução. Diferente dos outros pais da pesquisa, no entanto, é o único que nunca o frequentou e só tem dele notícias indiretas através de sua esposa.

Sua colaboração foi breve, pontual e sob todos os seus aspectos discursivos, enrijecida, dita em tons rabugentos de ressentimento. Nosso contato durou um encontro de exata uma hora, que organizo a seguir, e foi marcado sobretudo por momentos de silêncio e choro intercalados com as suas falas, sempre imbuídas de expressões de dor e angústia.

Explicado o funcionamento da entrevista e de sua participação enquanto sujeito de pesquisa, Casmurro iniciou seu relato com a história do falecimento de seu filho, o qual veio a óbito decorrente de um ataque súbito de leptospirose, em 2005, quando estava com 28 anos de idade. O recém formado engenheiro florestal estava, na época, para iniciar um trabalho de campo em uma região remota do estado, onde estaria acompanhado apenas de um companheiro de empresa e de um nativo do local, morador contactado para ajudar no mapeamento e deslocamento por onde o trabalho aconteceria. Depois de chegar lá em uma quinta-feira, passou mal por muito do tempo em que esteve trabalhando e no sábado foi trazido de volta para a cidade pelo morador local, que o entregou na casa dos pais para ser levado logo em seguida a um hospital. Moravam com ele os pais, Casmurro e sua esposa, e também o seu irmão, sete anos mais novo. A passagem pelo hospital foi breve, o diagnóstico logo estabelecido e o tratamento medicamentoso iniciado.

Diante da perspectiva de melhora, que é o prognóstico quase universal para a leptospirose atualmente, o próprio filho e a família tinham como certo que a doença seria vencida sem grandes complicações. Os principais sintomas foram o cansaço físico e a indisposição, e por isso o filho de Casmurro passou os dias da semana seguinte no próprio hospital para ser cuidado de perto pela equipe. Nesses dias, pai e mãe alternavam-se nas visitas e acompanharam o filho lentamente restabelecendo-se. Sexta-feira, uma semana após o surgimento dos sintomas e interrupção do trabalho, ele veio a falecer no início da manhã por complicações pulmonares e os pais, ainda sem a notícia do falecimento do filho, foram avisados para comparecerem ao hospital. Seu caso foi uma exceção dentre os registrados da doença,

coisa que o pai entende com um acaso, ainda que não sem grandes consequências para sua própria vida e a da família.

Casmurro conta que a sua vida ficou profundamente marcada pela incerteza e pela falta desde o falecimento do filho. Quando toca nesse assunto, diz sentir ainda hoje os mesmos sentimentos de rancor e amargura que o invadiram naquela época e que hoje ainda o acompanham, agora parte de seu ser. Seus pensamentos fixaram-se em tentar entender os tantos porquês levantados pela morte e até hoje o atingem sob a marcação de uma incompletude em todos os seus sentidos. “Por que um homem jovem assim, com tantos planos para a vida?”. “Por que, se ele era tão saudável e nunca teve problemas de saúde antes?”. À estes porquês logo se somariam comos, ondes e ses, todas as colocações de uma pessoa que considera-se roubada de uma parte de si que não a consegue mais reencontrar.

Essa busca o levou, num primeiro momento posterior à morte do filho, a buscar na religião as respostas para suas incertezas. Casmurro, que é de criação cristã católica, diz não ter encontrado nessas crenças algo que o assegurasse de que o filho estaria bem, onde quer que estivesse. Não se dando por satisfeito com o texto religioso, foi buscar no espiritismo sua próxima rodada de perguntas, no entanto tendo nela igualmente pouco sucesso. Apesar de achar que a conversa cristã a respeito da ressurreição de cristo e da vida após a morte não lhe era suficiente, tampouco os preceitos espíritas sobre reencarnação lhe trouxeram qualquer conforto. Frequentando por algum tempo centros espíritas, onde inicialmente encontrou algum acalento para sua dor através de palestras e leituras sobre o tema da morte, diz ter saído especialmente desiludido após um episódio de consulta psicográfica com um médium. O médium contou-lhe em sua consulta que o filho estaria bem, estaria com a avó e que mandava para os pais sentimentos de felicidade e de segurança. Casmurro crê que todos esses elementos já estavam nas suas falas sobre o filho e que seriam genéricos demais para serem verdadeiros, que o médium esteve apenas prestando atenção no que dizia e repetindo o que acharia importante para tentar apaziguar a sua dor. Desacreditado, abandonou também o espiritismo como meio para encontrar respostas para as perguntas que tanto o afligiam.

Nos anos que se seguiram, Casmurro retomou o trabalho com as poucas energias que lhe restaram e diz que contava com este para ajudá-lo a seguir adiante na vida pois, a essa altura, se tornou inerte para realizar qualquer outra atividade que lhe desse alguma satisfação. Seu prazer de viver o abandonou para nunca ser reencontrado nos treze anos que seguiram da morte do filho. Quando lhe pergunto como se sente falando sobre isso hoje, é rápido em responder que “o que estou te dizendo hoje poderia muito bem ser o que teria contado lá naquela época porque para mim nada mudou desde então”. Há cerca de quatro anos, o filho mais novo casou-

se e mudou de casa, coisa que Casmurro conta com pouca ou nenhuma satisfação nem orgulho, queixando-se precisamente de que talvez fosse esperado esse tipo de reação à uma notícia dessas, mas que passou para ele sem grandes consequências. Estabeleceu com esse filho um ritual bastante específico e até hoje ininterrupto de visitas ao túmulo do primeiro filho, que repetem em todos os finais de semana, mas diz não tirar disso nenhuma paz de espírito e nem satisfação. Estas, Casmurro só conseguiu encontrar em eventos muito específicos que o levam de alguma forma a pensar no filho perdido com algum conforto deste estar bem aonde quer que estiver.

Ao longo dos anos estabeleceu para si que, quando vê em sua casa um beija-flor parando perto dele para descansar ou beber o néctar de alguma flor, este representa que o filho estaria por perto e estaria bem, sinalizando isso aos pais através dessa aparição. Sua crença é de que a raridade do animal, somado ao fato deste raramente parar o seu vôo na presença de outras pessoas, indicariam que ele apenas faria isso se estivesse dotado de intenção para tal, sendo então essa a confirmação da presença do filho. De forma semelhante, pensa que quando vê no céu feixes deixados por aviões de turbina ao atravessarem nuvens, isso estaria sendo também um sinal do filho de sua segurança. Essa certeza foi marcada de forma mais pontual que o encontrar do beija-flor, num dia em que estava de visita ao túmulo do filho e, pensando se este estaria bem, ouviu no céu um avião que parecia ter surgido como resposta para sua pergunta.

Há de se reconhecer nesses fenômenos um quê de incredulidade que ao próprio Casmurro não passa despercebido, nada diferente de sua própria descrença no episódio de anos atrás com a consulta médium. Ainda assim, sustentando essa contradição, sua compreensão dos fatos é que essas são formas com que pensa manter a presença do filho próximo de si, em suas palavras, “para mostrar que mantemos viva a sua memória”. Suas últimas palavras para mim foram que nunca se esqueceu do filho.

Ao final desse encontro, enquanto discutíamos os detalhes para o próximo, Casmurro subitamente decidiu que não daria mais continuidade às entrevistas e que estaria encerrando ali a sua participação. Questionando-o sobre a decisão, respondeu que isso o que me disse era tudo o que tinha para falar sobre esse assunto e não via mais como poderia seguir falando no tema. Concordando em encerrarmos então sua participação, disse: “espero poder ter contribuído para a sua pesquisa, que você possa fazer bom uso da minha história e também que você possa amadurecer enquanto pessoa trabalhando com esse tema”.

5.4 DOM PEDRO

Pedro foi o segundo dos pais a ser convidado para a pesquisa por via indireta, através de um convite levado pela sua esposa, que frequenta o grupo ASDL regularmente. Esta, em todos os sentidos, é uma das veteranas do grupo, participando há mais de dez anos e hoje contribuindo largamente para a própria condução e organização deste. Seus relatos nos encontros já há muito tempo falam menos de sua experiência com o sofrimento de seu luto do que contam de sua trajetória de superação, hoje essencial para conseguir atuar enquanto exemplo de “sobrevivente, e não vítima”, como é pregado dentro do grupo. A história de sua perda eu apenas viria saber não no grupo, mas nesta pesquisa, através do marido.

Este, no entanto, não foi ausente nem omisso quanto a participação da esposa no grupo de ajuda-mútua, mas ao contrário, esteve com ela presente desde o início e ao longo da maior parte da sua trajetória ali dentro, afastando-se somente em anos recentes, quando a vida já lhe trazia mais possibilidades para ocupar a aposentadoria. Ele próprio não se recorda, mas foi visto por mim quando iniciava minhas participações no grupo, ainda como estudante e voluntário, cerca de cinco anos antes. Sua participação foi emblemática e marcou a forma como ele próprio e muitos dos homens que visitam o grupo se comportam: sempre acompanhados das esposas, atuam o papel do marido companheiro e responsável pai de família na jornada de recuperação do trauma familiar, dispostos a expor os seus relatos na medida em que esses contribuam de alguma forma ao serem ouvidos pelos outros participantes do grupo.

Durante nosso primeiro encontro, dadas as devidas explicações acerca de seu objetivo e funcionamento, Pedro iniciou seu relato num misto de informações atuais, da época de sua perda, sentimentos do ocorrido e ainda informações sobre parte de seu seguimento, tudo um tanto confuso. Suas palavras diziam das dores e do sofrimento inerentes à perda de uma de suas filha e do subsequente afastamento de quase todo o contato social que havia em sua vida até então. Disse do telefonema que recebeu do namorado da filha e da angústia que sentiu em não entender o que estava acontecendo naquele momento. Sem referenciar diretamente o acontecimento, prosseguiu falando do imenso tempo em que esteve enclausurado em sua própria existência sofrida, onde por mais de um ano perdeu o contato de todos que não eram imediatamente próximos à si e sua família. Nisso Pedro conta que, num primeiro momento, perdeu toda a credibilidade na humanidade por ter sido vítima de suas mais insidiosas ações e logo em seguida tornou sua indignação também para deus, que sente responsável por tirar algo tão caro de sua vida como se à toa. Diz ter sido um homem até então “abençoado com uma boa

infância e adolescência”, sempre em amplo contato familiar e em boas condições de educação, privilégios que o acompanharam na vida adulta sob as formas de um emprego satisfatório e recompensador e um casamento em que pôde ser feliz e gerar duas filhas. Acha inacreditável que deus tiraria de si justamente a “jóia de sua boa vida”, a filha mais nova, de forma tão insensível e violenta, injustificada sob qualquer pretexto. Tornou-se uma pessoa fechada e amarga, descrente do ser humano e de deus por terem revelado para ele suas verdadeiras e piores naturezas.

Quando afirmo que ele até o momento não se referiu ao que exatamente aconteceu à sua filha, responde que “achava que eu sabia”. A história é a que segue: numa tarde ordinária de agosto, há onze anos, sua filha despediu-se do namorado para voltar à casa, depois de se verem, e se separou deste quando foi a um estacionamento do centro da cidade para buscar seu carro enquanto que o namorado foi à outro buscar o seu. Passado algum tempo, este não teve notícias dela e, ao retornar para onde supunha que estaria, no estacionamento, não a encontrou e nem o seu carro, o que o precipitou a ligar para seus pais perguntando se já estaria de volta. O pai, ao receber a notícia, disse não saber a respeito e começou de imediato a se preocupar, acionando as autoridades para buscar a filha e seu carro, imaginando que, na pior das possibilidades, esta havia sido assaltada e estaria sem meios de se comunicar. O que se sucedeu só seria descoberto dias mais tarde mediante investigação policial: a filha havia sido levada junto com o carro num assalto por dois adolescentes armados, teria resistido ao assalto-sequestro atacando um dos homens e fugido, quando foi baleada pelo mais velho deles. O carro foi roubado pelos dois, que o utilizaram por alguns dias antes de se decidirem por queimá-lo para se livrarem de qualquer evidência e a filha foi encontrada morta pela região onde moravam, seu corpo jogado dentro de um matagal. Tudo isso seria objeto de extensa investigação que duraria do dia ocorrido, uma terça-feira, até o encontro do corpo na quinta-feira e a apreensão dos adolescentes no sábado.

A gravidade do ocorrido atraiu a imprensa de imediato e o caso foi noticiado largamente nessa época, em cobertura que se estendeu por todo o tempo de investigação do caso, julgamento dos adolescentes e consequente encarceramento em reformatório juvenil, processo que se estendeu por cerca de três meses. Atropelando os vários rituais fúnebres que seguiram, a imprensa esteve presente incessante e agressivamente à sua porta, querendo extrair conteúdo para suas matérias. Pedro conta que conseguiu manter o mínimo de essencial na integridade desses rituais, mas não sem batalhar contra essa constante invasão que roubaria a dignidade da vida de sua filha para expor de forma sensacionalista o acontecido e nisso desrespeitando à ela e sua família.

O assunto do ocorrido na situação da perda de sua filha o leva imediatamente ao desgosto de acompanhar o julgamento de seus assassinos, tidos por ele como “homens que não aprenderam as reais consequências de seus atos”. Em função da não maioridade de ambos, o encerramento dado ao caso foi uma sentença leve de três meses para cada um em reformatório juvenil. O veredito o indigna e diz até hoje não ter mudado sua opinião sobre o ocorrido. Esse assunto o prontifica a entrar em críticas ao estado das leis criminais do país, que não punem e ao invés apenas entregam direitos aos criminosos, coisa que diz ser resultado do atual estado político e cultural do país. Pedro é convicto de que os tempos em que vive foram parte do que permitiu que o acontecido tivesse o desfecho que teve e acredita que o estado precário em que se encontra a moralidade é resultado do enfraquecimento do poder de educação dos pais e da escola, que a cada vez mais tem se reduzido. “Não se pode nem mais bater na bunda da criança hoje em dia que o pai já é está errado”, diz.

Aqui Pedro se recorda de algo proferido pelo seu pai quando ainda era moço e tinha problemas recorrentes de agressividade em certos contextos, principalmente em brincadeiras e jogos com outras crianças. Conforme conta, se o pai soubesse que durante o dia tivesse brigado com alguém, quando este chegasse em casa era ele quem iria apanhar. “As ações tinham consequências”, diz, e os assassinos de sua filha certamente que não foram punidos devidamente pelo crime que cometeram.

O tema da sentença dos adolescentes trouxe, desde aquela época e com resquícios ainda hoje, o seu desejo de reivindicar uma revisão das leis de maioridade penal e de criminalidade para que fossem condizentes com a forma como aprendeu serem corretos os julgamentos: levados à cabo para refletirem a gravidade das ações cometidas. Diz estar animado com a possibilidade do novo governo do país discutir a redução da maioridade penal, que diz ser um tópico de essencial importância para a sociedade. Lá atrás, há onze anos, foi o ímpeto de falar sobre isso que o levou a aceitar um único convite da imprensa para expor publicamente sobre o acontecido, a uma emissora de televisão. O assunto ele conta ter sido muito cuidadosamente escolhido para expor o mínimo possível de si, sua família e sua filha e no lugar focar apenas na discussão da impunidade criminal e da maioridade penal. Mesmo naquela época, em meio aos turbulentos meses que se seguiram do acontecido, dizia estar consciente que fazia isso em prol da reivindicação de mudança e que isso poderia ser atingido se seus esforços se dirigissem às autoridades da burocracia e da polícia para repararem os problemas da lei. Nesse ponto o questionei sobre suas intenções com a participação em pesquisas universitárias, tanto esta quanto outras a que anteriormente se submeteu, e sua resposta foi rápida: “você é como um divulgador, um formador de opiniões por onde eu preciso que a minha fala passe para atingir o

máximo de pessoas possível para que isso se reverta e outras pessoas não foram como eu sofri”. Sua síntese foi clara ao estabelecer que a universidade, meio acadêmico em geral bem como as autoridades da lei e da vigilância são as figuras que precisam ser alertadas para que o estado das coisas mude. Numa curiosa construção de frase, disse que “um ladrão não pode sair por aí e matar o pai da filha sem ser punido por isso”.

No encontro seguinte Pedro se dispôs a falar inicialmente de sua filha falecida e logo a primeira coisa que diz é que “sou suspeito pra falar, mas a minha filha era realmente muito boa”. Segundo o pai, os atributos marcantes da filha seriam a sua bondade, o cuidado que tem com si própria e com os outros ao redor e a busca por constante melhoramento pessoal. Decidida e autônoma na maior parte do tempo, escolheu cedo o curso de educação física para aprender mais sobre o funcionamento do corpo e já trabalhava numa academia para arrecadar os fundos de sua independência financeira. Pedro foi enfático em dizer que a filha decidiu veementemente pelo curso que queria e a faculdade onde faria, no caso a universidade federal, e não aceitou que os pais pagassem para ela suas despesas e menos ainda o mesmo curso em uma universidade particular — coisa que ele diz ter se preparado para fazer desde o princípio e apenas por opção da filha não levou adiante.

O tema da bondade e independência da filha trazem inevitavelmente os comentários que marcam a outra filha como diferente. Pouco mais de dois anos mais velha, ela nunca demonstrou na vida as mesmas qualidades da irmã mais nova, demorando mais tempo para escolher o curso, a profissão e a moradia. Ainda que as irmãs tenham sido próximas entre si e o abalo pela morte da mais nova tenha afetado drasticamente o desenrolar de sua juventude, fazendo-a largar a universidade e o emprego por anos até conseguir se reestabelecer emocionalmente, Pedro tem pouco a dizer sobre a segunda filha. Falando dela, suas palavras sempre chegam novamente na filha falecida, que se tornou exemplo de seus cuidados enquanto pai. Ele conta de momentos acontecidos aos domingos, dia da semana em que costuma fazer churrasco para a família, onde gostava de preparar para a caçula o miolo da carne que comprava, sempre guardando o coração do corte, o mignon, para ela, pois sabe que era o seu preferido. A resposta da filha, segundo dita pelo pai, era sempre em voz alta para todos: “meu pai deve realmente me amar pra guardar pra mim minha parte preferida”.

Apesar da óbvia diferença no tratamento dispensado para as filhas, ao ser perguntado sobre isso, Pedro é enfático em dizer que tratou ambas sob os mesmos preceitos que ele próprio aprendeu com o pai em sua juventude. O pai, que toda a vida foi humilde morador da periferia da cidade, a muito custo sustentou uma família de seis apenas com o rendimento de serviços mecânicos que conseguia realizar numa loja. Pedro diz que com ele aprendeu sobre as coisas

da vida que hoje ele preza de serem passadas adiante através de suas filhas, sobretudo preceitos de questões financeiras e educativas. Aquilo que diz ter aprendido lá atrás com seu próprio pai foi de fundamental importância para pautar a educação que quis passar para as filhas, principalmente no que diz respeito a liberdade das duas, que deveriam estar preparadas para usufruírem dos frutos de seu próprio trabalho conforme pudessem tomar suas decisões por conta própria; mas que, enquanto isso, poderiam estar seguras dentro da própria família, onde ele estaria sempre apto a cuidar das filhas. Seu papel nessa educação foi muito claramente o de educador moral da família. Pedro conta de um episódio onde, numa época de troca de empregos, há quase quinze anos, precisou conversar com a filha mais nova sobre as dificuldades que a família talvez viesse a enfrentar porque gostaria que ela tivesse certeza de que ele estaria lá para eles e que o padrão de vida que eles tinham não seria alterado por isso, sendo apenas uma turbulência passageira. Esse tipo de proximidade com a filha, ainda mais num assunto supostamente delicado como a economia familiar, é o tipo de coisa que Pedro diz ter aprendido apenas enquanto ele próprio foi pai, já que o seu pai fora silencioso quanto a isso, coisa que ele ressentia. A criação de seus filhos, portanto, repete algumas semelhanças com a sua própria mas modifica outras que acredita terem sido inadequadas.

O problema da educação das filhas logo se tornou secundário após a morte da caçula e Pedro conta que o abalo foi forte a ponto de interromper a vida de todos da família, que deixaram então os estudos e trabalho de lado por anos enquanto sofriam seus lutos. Ele próprio diz que largou quase toda e qualquer oportunidade que surgia para trabalhar e ao invés optou por sofrer em casa, em silêncio e amargurado. Da cronologia dessa época, apenas se lembra vagamente desse período de enclausuramento ter durado cerca de três anos, absolutamente infrutíferos sob qualquer aspecto, para então ser lentamente dissipado a partir do momento em que tomou contato e passou a frequentar o grupo ASDL. Mesmo assim, ele conta que foram outros longos anos dentro do grupo, época em que muitas vezes ele e a esposa apenas saíam de casa uma única vez na semana e era apenas para irem chorar juntos no grupo — foram meses frequentando sem palavras até que ambos comessem a falar de seu enlutamento. Hoje ele diz entender ter passado por um episódio de depressão nessa fase, coisa da qual ele sequer percebeu na época, dado o estado de seu ânimo. Foi apenas com a lenta e gradual retomada do seu trabalho ao longo dos anos que conseguiu recuperar a força para voltar a viver e se recompor.

Em nosso último encontro, Pedro se dispôs a falar inicialmente da relação que tinha com a filha mais nova e também o momento familiar em que estavam nos anos anteriores à sua morte. Sob todos os ângulos, descreve sua família como boa, feliz e amável, um exemplo vivo de quão bem sucedida e harmoniosa eram as relações afetivas estabelecidas ali. Para ele, um

dos maiores marcadores de seu sofrimento enquanto pai foi o quão profundamente essa harmonia foi perturbada com a morte da filha, efetivamente estabelecendo um antes e depois na vida do núcleo familiar e mesmo na sua família em extensão. A casa onde vivia, grande e espaçosa, por anos foi espaço de confraternizações, aniversários e festas de larga tradição familiar, principalmente na época de natal, quando Pedro costumava receber em média algumas dezenas de convidados para a ceia. Tudo isso se encerrou no ano da morte de sua filha e desde então a casa se fechou para esse tipo de acontecimento, o que trouxe para ele o sentimento de tristeza em se lembrar dos vastos usos que a casa recebia em comparação com o vazio que ela se tornou, como se “sempre estivesse faltando ali um pedaço”. Mesmo já não morando mais nessa casa, Pedro ainda sente que comemorar certos tipos de evento em tão grande estilo já não traz para ele nenhum sentido e apenas lembraria da ausência da filha.

O assunto da casa o remeteu então à época onde essas festanças se realizavam, que há cerca de pouco mais de uma década, aconteciam durante a adolescência das filhas. Ao situar a passagem da infância para adolescência, Pedro é enfático em dizer que ambas eram carinhosas, seguiam os pais onde estivessem, não causavam problemas em casa e nem fora, mas ao contrário, eram quistas por muitos e viviam rodeadas por pessoas. Sobre a filha falecida, no entanto, Pedro tem mais a dizer sobre suas qualidades, principalmente no que se refere ao seu cuidado e carinho: segundo ele, desde cedo a filha se mostrava diferente, muito mais sintonizada com os sentimentos alheios e sempre apta a cuidar e ajudar. Enquanto a outra filha, que era mais “explosiva” e por isso se parecia muito com ele próprio, a filha mais nova lembrava a mãe em suas atitudes e era com ela quem mantinha relações de maior proximidade.

As características e qualidades das filhas não seriam muito alteradas durante a passagem pela adolescência, exceto que, para Pedro, ambas começaram a usufruir muito mais da própria liberdade para fazerem mais coisas fora de casa. Segundo ele, o regime de educação foi sempre muito simples: elas poderiam ficar fora, fazerem suas atividades mas deveriam estar de volta no horário marcado, sem exceções. Ao final dos anos de ensino médio e durante o início da faculdade, a filha mais nova era quem mais parecia se beneficiar dessa liberdade posta pelos pais e Pedro conta que, na idade em que veio a falecer, perto dos dezenove anos, a filha já estava com o curso certo escolhido, a carreira já em seus princípios e um namoro sério que estava se precipitando em casamento. O orgulho era tanto que decidiu presenteá-la ao final de seus estudos com o seu ingresso numa faculdade particular, coisa que a filha recusou, visto ter se preparado e passado num processo seletivo público — e a recusa o pai não viu como nenhuma afronta, pelo contrário, apenas o alegrou ainda mais e decidiu dar então um carro no lugar do primeiro presente.

Vendo essas escolhas sendo tomadas de forma aparentemente segura e bem informada pela filha, Pedro percebeu nessa época que ela começou então a se parecer mais com ele do que com a mãe, os dois ligados pelas mesmas características de obstinação e devoção ao trabalho que nele também se mostraram aparentes desde muito cedo. Fazendo uma pequena incursão temporal para a sua própria adolescência, conta que o seu pai dera aos filhos o mesmo tipo de liberdade que ele tentava passar adiante para as filhas, sendo que, para este, nada valeria mais do que ver os filhos “estudando, indo trabalhar e tocando a vida longe dali”, já que sua profissão humilde enquanto mecânico num bairro de periferia não seria o que gostaria de ver para o futuro dos filhos da casa.

Se então ele próprio conseguiria deixar no passado as origens familiares simplórias de sua casa, também poderiam suas filhas. Para ele, nada foi mais sofrido na morte de sua filha mais nova do que vê-la crescer em um adulto responsável, trabalhador e obstinado para de repente perdê-la: “tudo aquilo que pra mim trazia só orgulho de minha filha virou dor”. Os laços de expectativa de sua futura profissão, futuro casamento e quem sabe até futuros netos foram rompidos e até hoje Pedro se diz pensar em como estaria a filha e o que estaria fazendo se estivesse viva. “É duro imaginar que seus filhos vão crescer e levar uma vida boa depois de você terminar de educá-los pra daí acontecer o que aconteceu; ninguém quer enterrar os filhos, não é a lógica natural das coisas.”

Após a morte da filha, veio então o enclausuramento da família. Só com a esposa e por vezes a outra filha conseguia falar um pouco de como se sentia, na maior parte do tempo, já não demonstrava interesse por outras coisas e nem pessoas. Enquanto ele próprio parou de trabalhar, a outra filha iniciou uma longa trajetória de troca de cursos e de profissão, onde pareceu estar tão perdida para manusear a vida quanto os próprios pais. Se a outra tinha planos de casamento com o namorado sério, sempre dispostos à eventualidade de mais um nascimento na família, a mais velha recentemente rompeu com o único relacionamento sério que teve e diz não ter planos de curto nem médio prazo para se tornar mãe. Pedro acabou deixando de lado a ideia de se tornar avô, ao menos por agora — a faísca que começava a se acender há mais de dez anos, com a perspectiva do futuro da filha, se apagou para nunca mais retornar e hoje não vê como grande importância o seu tornar-se avô, apesar de certa curiosidade.

Quando Pedro pareceu dar por encerrado esse assunto, perguntei se gostaria de dizer algo mais e respondeu que, “se falasse mais do que isso, estaria me repetindo”. A nova incursão no assunto da morte de sua filha e de seu luto não foram sem consequência, no entanto: ao final, já encerrada a entrevista, disse ter se beneficiado de poder estar falando sobre isso e que “espera poder contribuir para a sua pesquisa”.

6 DISCUSSÃO

Quando estabelecemos o objetivo geral desta pesquisa, seguimos a premissa freudiana em buscarmos e analisarmos as *vicissitudes* do luto paterno, entendidas aqui em sua simplicidade de serem os aspectos psíquicos que informam o funcionamento do fenômeno eleito (FREUD, 1915a). Encerradas as exposições do caminho traçado em sua obra, pudemos percorrer com a sua metapsicologia, primeiramente, para localizarmos elementos que contribuíssem para a construção teórica sobre o luto, e a sua obra clínica, em seguida, enquanto fonte para buscarmos os pais que aparecem em seus casos para deles extrairmos algo de suas características enquanto pais que exercem funções paternas e as ramificações destas no psiquismo. O trabalho então tomou o rumo de relatar o material discursivo e transferencial colhido em primeira mão com os sujeitos da pesquisa, os pais, e apresentá-lo na qualidade de objeto privilegiado para a análise do luto paterno. Agora, seguiremos nosso trajeto trazendo a interpretação dos elementos observados, intuídos e sentidos na pesquisa com os pais e para isso iremos retornar ao momento inicial de onde a pesquisa se iniciou — a participação no grupo de ajuda-mútua ASDL.

Os problemas que incitaram o objetivo da pesquisa e, sem dúvida, o interesse no tema do luto paterno podem ser facilmente localizados nas estranhezas de como os pais participavam do grupo e com que falavam de si e de suas experiências. Podemos defini-las, sucintamente, sob os seguintes pontos: a baixíssima esporadicidade com que apareciam aos encontros, com que aderiam à sua regularidade e com que buscavam o atendimento psicológico individual; o discurso que elegia o pragmatismo e a descrição de atos e trabalhos em negação à falas de afeto e de cunho emocional; a aderência aos papéis familiares para justificativa de sua presença em detrimento de causas individuais e pessoais. O que veremos adiante é como esses pontos podem ser aprofundados a partir dos relatos clínicos e o que podemos encontrar de valor psíquico que norteia esses comportamentos que são, à primeira vista, tão diversos daquilo visto na maioria das participantes mulheres.

Começamos pelo óbvio: o que vimos a respeito da participação dos pais no grupo é pouco se não a superfície de complexas teias de relações afetivas, identitárias e, portanto, sobretudo narcísicas, por detrás da qual existem constelações psíquicas ricas e que em nada perdem para pessoas enlutadas em qualquer que seja a qualidade — mas isso só pôde ser descoberto com a engenhosa “armadilha” de convidar os pais a participarem de *entrevistas* sobre suas histórias ao invés de oferecer-lhes atendimento psicológico, o qual eles nunca demonstraram interesse. Conforme veremos no decorrer dessa análise, grande parte dos

operadores psíquicos desses pais estão fortemente associados ao seu narcisismo e acabam por funcionar enquanto formas de *resistência* para o acesso que eles próprios e, por consequente, nós podemos ter de acesso ao seu universo interno. O chamado para uma entrevista, ao invés do habitual atendimento psicológico, funcionou para romper com a resistência inicial com esses pais, que de início nada tinham a dizer enquanto candidatos à uma *cura* terapêutica, mas que sob o pretexto, a princípio, inofensivo de contarem suas histórias, acabaram por perceber o quanto eles próprios tinham muito a dizer e, de forma pouco surpreendente, muito a sentir a respeito de suas experiências com o luto. Não apenas isso, mas os casos aqui expostos deixam claro que esses pais tinham *algo* para *me* dizer, e para mim apenas na condição de pesquisador e profissional universitário, e esse algo fez parte de suas trajetórias individuais de restabelecimento de suas mobilidades psíquicas conforme reparavam seus interiores abalados pela perda.

De volta aos encontros do grupo e às impressões de que lá temos, ao olharmos uma segunda vez para os fenômenos discursivos e comportamentais dos pais, após a pesquisa bibliográfica e a construção dos relatos clínicos, percebemos que é possível encontrar alguma clareza para as estranhezas desses homens. Começamos pelos aspectos relacionados à sua participação e inexistente assiduidade nos encontros do grupo. Ao direcionarmos nossa atenção para isso, podemos perceber que essa característica se assemelha de muito perto com outra, a de que também eles não demonstram nenhum interesse pelo atendimento psicológico, muitas vezes beirando à franca aversão a ambos. Se a pergunta que vier à mente nesse momento é algo como “por que tamanha *resistência* para esse diálogo?”, será que podemos concluir que falar sobre as próprias dores é assim tão doloroso para eles, ou poderia haver algo mais? Os indícios de uma complicada relação com seus próprios estados emocionais — cabe lembrar que os casos aqui descritos foram organizados de forma a dar clareza às histórias, visto que pessoalmente suas falas eram muito mais obtusas, fragmentárias e com excesso de detalhes — nos remete ao labirinto de rígidas edificações psíquicas que fortificam as barreiras entre afeto e palavra, conforme Freud (1909) nos conta do funcionamento da neurose obsessiva enquanto conjunto de mecanismos que protegem e também imobilizam os conteúdos psíquicos conforme é necessário que poupem o Eu de um trabalho do qual ele não está apto ou disposto a fazer. Não sendo o objetivo deste trabalho conjecturar sobre a estruturação subjetiva dos pais, é impossível escapar que os seus *discursos* possuem atributos semelhantes àqueles descritos para a neurose obsessiva, especialmente no que tange os seus excessos e pragmatismos. Na medida em que se defendem de *algo* por hora impossível de ser assimilado pela psique após a perda, os pais conseguem com isso ganhar algum tempo e energia que se torna então disponível para

que o trabalho de luto possa iniciar os seus necessários desligamentos, conforme vimos em Freud (1917 [1915]). Não à toa, os pais apenas se prestavam a falar sem dificuldade daquilo que *já sabem* a respeito de suas perdas — as dificuldades enfrentadas na lida com as diferentes burocracias ligadas ao sepultamento sem dúvida no topo desses assuntos, seguidas logo atrás das dificuldades em *trabalharem* suas vidas de volta à normalidade. Se podemos supor que o caminho do luto segue seu caminho entendido como normal, onde seus interesses se desprendem da vida cotidiana para em seguida iniciarem um longo caminho de rememoração e desligamento paulatino dos afetos ligados ao objeto perdido, estariam então os pais vivendo seus processos como qualquer outra pessoa?

A resposta para essa pergunta não é necessariamente positiva. Enquanto pessoas dotadas de um aparelho psíquico pleno e funcional, certamente que os pais “funcionam” como qualquer outra pessoa enlutada, mas a qualidade de seus trabalhos de luto se mostra altamente influenciada pela sua marca narcísica de serem *pais* e de serem *homens*, conforme eles próprios dizem a quase todo o momento em suas falas. Seguindo a nossa trajetória, de imediato encontramos o primeiro indício de que os pais encontram enorme dificuldade em entenderem seus próprios sentimentos e se haverem com eles de forma mais amistosa, que a longo prazo possa propiciar um trabalho de luto que se reduz na medida em que a energia psíquica caducada pode voltar a se prestar à outras atividades. Referimo-nos aqui ao tempo de sepultamento que esses pais necessitam para minimamente endireitarem suas vidas — os gastos chegam a ser estrondosos anos, beirando ou mesmo ultrapassando uma década, onde dizem não conseguir retornar a aptidão de suas vidas afetivas em praticamente nenhuma capacidade, sendo os seus trabalhos a única alternativa viável para existirem de modo aparentemente funcional socialmente. O enclausuramento vivido pelos pais logo após a perda, descrito de forma semelhante em todos os casos, denuncia o quão é demorado o trabalho de luto e o quão taxante ele é para as suas vidas. A diferença daqui para talvez outras especificidades de luto é que os pais não demoram em seus trabalhos internos porque há mais do que o “normal” a ser trabalhado, ou porque a qualidade de serem pais traria alguma necessidade “especial” para seus lutos, mas porque em realidade, ou eles pouco querem saber disso ou nada de valor encontram em suas buscas de sentido para a perda, e o tempo é passado calado, inerte, e nisso seus afetos e memórias continuam vivos e atuantes em suas dores lacerantes que não encontram novos sentidos e por isso não cessam de se repetir. Conforme eles nos contam, a morte dos filhos normalmente estabelecia um tabu familiar ao qual eles próprios aderiam (ainda que, por vezes, com dificuldade ou aberto desprezo à esse decoro), dessa forma repetindo o tabu de escala social a respeito da morte e assim alimentando o espaço silencioso de onde eles não conseguiam

escapar de suas emoções relacionadas aos filhos. A fala onipresente entre todos a respeito de, apenas falando comigo, estarem percebendo certos aspectos de suas relações com os filhos ou mesmo o seu contrário, de que mesmo falando disso anos depois do ocorrido ainda se sentem da exata mesma forma, sem dúvida contribui para pensarmos no quão atual são os sentimentos de suas perdas, que por sua vez comprova o quão pouco modificadas em sentidos elas vivem em suas memórias.

Outro aspecto relevante de suas falas opacas de significado emocional aparece quando os ouvimos falando de seus filhos. O que foi possível extrair de informações a respeito destes, a partir de perguntas a respeito de quem eles eram, quais eram suas visões de mundo e, principalmente, como eram suas *relações* com esses filhos, normalmente foi coletado ao longo das entrevistas e organizado aqui de forma mais sucinta do que apresentada em suas respostas. Isso porque, como fica visível nas suas falas, quando os pais são perguntados *sobre* seus filhos, universalmente eles respondem a respeito de como esses foram *educados* por eles próprios e pela família. Novamente um indício do quanto é difícil separar em seus discursos o agir e o sentir, como se para eles esses fossem universos distintos, para esses pais não há dúvida de que para estarem falando da relação afetiva que construíram com seus filhos, eles precisam falar de como construíram suas relações morais e pedagógicas, trabalhos nos quais eles certamente se viam muito mais *pais* do que em outras formas de relação. Mais do que isso, em seus relatos eles próprios fazem divisões arbitrárias a respeito das funções e tarefas cabidas a eles dentro do universo familiar, normalmente referidas como as financeiras e educativas, enquanto julgam que suas esposas deveriam ou foram encarregadas de certa educação sentimental dos filhos, das quais eles pouco sabem a respeito. O cuidado, em um sentido afetivo e emocional, é, portanto, entendido como tarefa da mulher, enquanto o educar em sentido moral e pedagógico é tarefa deles homens. Nesse sentido, fica claro compreendermos que ao falarem de sua relação com seus filhos, os pais têm pouco referencial para falar do laço com seus filhos exceto aquilo do qual eles ativa e diretamente se ocuparam, que é a tarefa educacional de prepará-los para o mundo fora da casa, segundo eles mesmos tanto frizam. É por isso também que esse tipo de laço, tornado ordinário ao longo da criação de seus vários filhos, para além de apenas aqueles falecidos, mostra o quão extraordinário são os pontos de convívio e interesses que vêm a se tornar comum em pais e filhos e que não se refiram a esse tipo de coisa, fazendo com que suas relações dificilmente excedam o domínio do que se entende por uma relação tradicional de pai e filho, ou de educador e educando, ou ainda de quem é provedor e quem recebe a providência. Nesse sentido, é importante também notar como aparece como ponto de fala comum entre todos o grande orgulho que esses pais sentem de seus filhos, principalmente quando dizem de seus

esperados futuros, sempre descritos em tom de plena satisfação; afinal, na mesma medida em que eles educaram e prepararam os filhos para a vida adulta, tarefa em que eles *trabalharam* de perto, vem depois da perda a insatisfação de ver esses planos, nos quais eles próprios estavam narcisicamente envolvidos, arruinados, gerando todo um contingente de dor no que tange esse assunto.

Curiosamente, o assunto da educação dos filhos quase invariavelmente é seguido do assunto de suas próprias criações e de suas relações com os seus pais. A descrição dos pais de *seus* pais forma um coro de insatisfação e por vezes aberta descontentação com aquilo que eles transmitiram (ou deixaram de transmitir), ainda que, num aparente paradoxo, eles próprios repitam os supostos erros que seus pais cometeram em suas criações. Por um lado, a grande insatisfação dessas então crianças era que seus pais deixavam de contar-lhes de, genericamente dizendo, coisas da vida, alguns citando a vontade de saber mais da vida pessoal, de suas histórias e de maneira geral algo de seus universos particulares que não necessariamente estivesse associado a alguma necessidade de criação ou parentagem. De outro lado, também foram recorrentes as críticas de que esse mesmo silêncio acabou por se repetir em algum grau também em relação aos cuidados da criação, expresso no conhecido dito popular a respeito de não haver receita para se cuidar dos filhos. Na hora de, muitos anos adiante, eles próprios se tornarem pais e precisarem lidar com a criação de seus filhos, parecia surgir um certo ressentimento por não terem aprendido muita coisa de valia para executarem essas tarefas, das quais eles dizem estar repetindo aquilo que seus pais lhe ensinaram, ora ligado a isso certa ambivalência e ora um aberto descontentamento.

O silêncio que dá lugar ao ressentimento aparece também nos relatos de sentimentos não ditos aos filhos, cujo caráter irreversível da perda torna os pais portadores de uma culpa por vezes avassaladora por terem se calado mesmo diante da perspectiva da morte. O ímpeto de um simples contar-lhes que os amam, ainda que num leito de morte, parece ter sido impedido por algum estranho comprometimento em calar-se diante de uma demonstração explícita de afeto. Com uma notável exceção, o silêncio dos pais a respeito do assunto de suas despedidas com seus filhos chama atenção justamente por mostrar com notável clareza o quão longe podem ir as suas incertezas no que concerne o livre dizer de seus sentimentos, a quase todo momento afogado pelo seu senso de dever moral em não abrir-se diante dos filhos para não minar sua própria autoridade diante deles. Julgando mais importante as suas tarefas enquanto educadores de seus filhos, sob as quais entendem com elas estarem realizando seus papéis enquanto pais, acabam pagando mais tarde o preço do silêncio em sentimentos que invariavelmente remetem

àquilo que não foi dito bem como deveria, não foi dito o suficiente ou simplesmente não foi dito em nenhum momento.

Se a autoridade dos pais, elemento contingente de seus deveres enquanto tais, foi por eles eleita como o principal elemento que dá contorno nas suas relações com seus filhos, não nos deve surpreender que os seus afazeres morais e educacionais reapareça quando os laços com os filhos são desfeitos, após a morte, sob a forma de uma segunda perda que gera por si só uma espécie de segundo luto derivado do primeiro. Explicando: a tarefa de encarregar-se da criação dos filhos traz consigo a expectativa de ver no futuro os *resultados* dessa atividade de paternagem, entre os quais os pais esperam poder ver os frutos de seu trabalho sob o signo da boa e bem sucedida vida que eles deveriam alcançar — muitas vezes, incluindo nesse pacote os seus próprios desejos insatisfeitos e suas irrealizações como encargo para ser resolvido na vida futura de seus filhos. É por esse motivo que o luto desses pais aparece alinhado entre o lamento daquilo que *já foi* vivido da relação com os filhos, principalmente naquilo que diz respeito ao seu trabalho educacional, e também uma projeção futura daquilo que eles *esperavam* presenciar em relação ao futuro dos filhos, marcado fortemente pelas suas expectativas em colher os frutos daquilo que semearam enquanto pais — onde, sem dúvida, quase aos moldes de uma equação financeira onde se espera um retorno, estavam eles próprios envolvidos de muito perto, sendo claramente uma prolongação de seus investimentos narcísicos no futuro de seus filhos. Na estribeira da dicotomia entre o sentido e o feito, o sofrimento desses pais encarna uma segunda dualidade em seus trabalhos de luto ao perceberem que grande parte daquilo que nutriram na relação com seus filhos não esteve expressa de forma direta enquanto esses estavam vivos, mas sim estava projetada no futuro como parte intrínseca de seus afazeres paternos. Nesse sentido, tendo não só o que sofrer após a perda de um passado, os pais sofrem também de futuros devastados onde se incluíam não apenas o envelhecer dos filhos, em toda a sua esperada exuberância de uma vida adulta em todos os seus campos e potenciais, mas também lamentam as partes mais íntimas de si próprios que aqueles sujeitos estavam incubidos de levarem adiante enquanto descendentes de seus nomes e de suas famílias.

Por essa razão se justifica que entre as principais perdas sentidas pelos pais, com as quais eles lidam com a mesma falta de preparo e de significado, está o assunto da descendência e da continuação de suas filiações hereditárias. De forma clara e presente nos conteúdos compartilhados por todos eles, seus filhos representam a encarnação viva da continuação de si próprios, sujeitos enlaçados na expectativa parental de darem continuidade à vida dos seus pais em seus mais diversos aspectos — e não à toa, normalmente o que se configura como a principal preocupação dos pais nesse quesito é a capacidade que os filhos terão de trabalharem, se

sustentarem financeiramente e formarem suas próprias famílias. Como se pode ver, expectativa essa nada diferente daquela que eles próprios, nas raras ocasiões em que ouviam de seus pais, receberam como missão de vida: crescerem bem educados, saírem de casa mundo afora e constituírem então suas famílias e nelas repetirem novamente o ciclo, que como eles não deixam de frisar, é o natural da vida. É também importante notar o quanto a idade tem certo papel na construção desse ciclo: sendo que todos os participantes têm mais de seus cinquenta anos de idade, bem como seus filhos morreram ao início da vida adulta, todos estão num período onde o extenso trabalho educacional na vida dos filhos estava muito próximo de atingir o seu fim, o que implicaria que, terminados esses afazeres, apenas restaria aos pais “relaxar” e deixar a vida cuidar do resto, motivo que parece agravar o sentimento da perda — como se ela tivesse vindo no pior momento possível de suas vidas.

A interrupção desse círculo que integra a concepção, a maturação e a saída da criança para instaurar ela própria uma nova concepção gera nos pais enlutados uma grande revolta contra essa quebra da ordem natural das coisas, conforme eles invariavelmente nos dizem. Mesmo que a morte em qualquer qualidade os faça sentir na pele os efeitos que o seu tabu pode ter, enquanto silenciamento de suas palavras sobre o sofrimento daí advindo, esse problema parece encolhido se comparado ao fato dessa morte, para eles, ser a de seus filhos, que são suas continuações egóicas, herdeiros e sem dúvida símbolos de suas conquistas parentais frente à demanda de reprodução, e que propicia o contato com um segundo tabu, expresso no cenário de quebra da “ordem natural” onde o pai é quem enterra o filho, que por sua vez evoca sentimento de revolta contra a enorme atrocidade que, seja deus, o acaso ou pura circunstância, dispensou às suas vidas. Assim se explica facilmente o quanto o assunto da continuidade é expresso por todos eles, ora de forma francamente sintomática e ora mantendo ares de casualidade, mas ainda assim sempre demonstrando preocupação com aquele que teria sido o próximo herdeiro e sucessor de seus narcisismos paternos.

Entendendo agora que a questão a respeito do que se *trata* no luto paterno, por qualquer caminho que percorrermos, chegaremos invariavelmente num problema que podemos chamar de narcísico, egóico ou identitário, onde o que está em jogo é a perda não apenas de uma *relação* com o objeto amado mas também de uma *função* que mantinha esse objeto enquanto viável para outras satisfações que são de cunho parental. Se por vezes podemos achar e, nisso os próprios pais são recorrentes testemunhas, que por estarem mais distantes da gestação e da maternagem dos filhos do que as mães, o que poderia implicar num papel reduzido de suas atribuições parentais, é certo que eles compensam por essa falta ao estarem próximos de outras tarefas tradicionalmente atribuídas à eles, notoriamente a de estarem encarregados da

manutenção de seus lares e da pedagogia necessária para que os filhos se estabeleçam apropriadamente enquanto adultos. Ao entendermos que a qualidade da relação dos pais com os seus filhos é necessariamente atravessada pelas suas funções paternas, se torna inegável que a eventual perda de um filho implica também numa perda de suas projeções, expectativas, fantasias, demandas, certezas, faltas, memórias, ideias e afetos que se enlaçavam naquele ser que indubitavelmente fazia parte de si enquanto extensão de seus investimentos narcísicos. Por definição, esses pais perderam com seus filhos partes integrais de si mesmos; no cruzamento entre seus Eus e os de seus filhos, lugar indefinido por natureza psíquica, suas integridades constitucionais enquanto seres que paternam, que paternaram e que paternariam, e também enquanto pessoas que amaram a outras pessoas, massivamente caducam os seus caminhos pulsionais que os mantinham íntegros, resultando numa potente dose de dor e sofrimento. Impotentes como qualquer humano diante da perda, no entanto com o acréscimo de serem castrados em seu próprio domínio familiar, diante da inevitabilidade da morte os pais emudecem, enclausuram-se em si e emergem débeis, para sempre mudados por sua cicatriz psíquica advinda do trauma.

Parte da seriedade desse enclausuramento aparece expressa ao nos atentarmos a qualidade disso que foi perdido: para além do filho, também se perdem as várias tarefas aos quais esses pais eram encabidos e nisso parte de suas atribuições enquanto pais e mesmo homens e chefes de família. Se entendermos que era no exercício dessas funções que os pais se realizavam enquanto tais, fica claro que para eles a perda de um filho representa não apenas uma perda no domínio pessoal, mas também no campo social, visto que é como se suas identidades de pais fossem colocadas em xeque pela perda do filho. O abalo, portanto, se dá em vários níveis, sendo para eles devastador que a sua capacidade de realizar tarefas e funções seja comprometida, pois nisso eles ficam inábeis para continuar a manutenção de suas identidades psíquicas e culturais.

Diante da possibilidade de entendermos que a perda de um pai se configura nesses planos, ao tratarmos do enlutamento paterno enquanto fenômeno psíquico ativado com a perda irreversível de um filho, podemos afirmar, categoricamente: o luto paterno é a expressão do sofrimento do pai junto à sua tentativa de reparar-se narcisicamente. Os sentimentos ativados com a perda e presentes em seus discursos referem-se invariavelmente aos domínios onde ela se fez presente e às atitudes que os pais demonstram são expressões de seus sofrimentos que advêm dos lugares onde seus narcisismo tenta reparar-se. Isso acontece se pensarmos que, na medida em que as diferentes perdas de investimento no objeto e seus vários correlatos gera espaços vazios de significado, se torna função do aparelho psíquico tentar redistribuir a energia

liberada, e nisso dando caminho para que algum grau de normalidade possa ser restabelecido. O reconstruir refere-se, portanto, aos vários caminhos possíveis que os pais encontram para tentar se restabelecer, seja por via sintomática ativada por conteúdos inconscientes, por uma reordenação de suas memórias e afetos, ou mesmo o simples recontar de suas histórias ao darem seus testemunhos, todas essas formas possíveis para reconstruir satisfações que dão fins aos desordenamentos pulsionais.

Enquanto sofredores de um silêncio crônico, sustentado por motivos de ordem psíquica e de ordem social, os pais enfrentam sua ruína da maneira que sabem e que foram ensinados a fazer: cabeça erguida, corpo fechado, *pragmáticos* — ainda que, ou talvez especificamente por *causa* de, estarem por dentro arruinados. Se vemos que os seus comportamentos diante do sepultamento dos filhos, onde encarregam-se da burocracia, e do posterior convívio familiar, onde se prestam como verdadeiras colunas de suporte (e como toda coluna, silenciosa), parecem à primeira vista obtusos, secos, desafetados ou indiferentes, não poderá surpreender que essas foram as formas com as quais eles lidaram com o enlace afetivo com os filhos enquanto estes estavam vivos — e por isso seus sofrimentos dão indícios que remetem ao tipo de investimento que imbuíu esses laços, agora desfeitos.

Podemos dizer que esses pais são (com notável exceção), ainda que à sua maneira e, principalmente ao seu tempo, dispostos a lidarem com os seus lutos de forma construtiva, ainda que seja justamente esse o dado que, à primeira vista, fica fora do entendimento de um observador de fora ou passageiro. O que suas histórias e seus discursos nos mostram é que o universo particular de suas perdas é notavelmente expressivo, e os afetos em jogo em seus trabalhos de luto nos dão as pistas de que, certamente, desafetados eles não estão frente às suas perdas. Imbuídos de um senso de dever moral e responsabilidade familiar, no entanto, com os quais escolhem lidar de forma individual e por fora inexpressiva, acabam por enfrentar um dispendioso trabalho enérgico ao precisarem manejar não apenas suas dores em si, mas também as diferentes repressões que os impelem a não deixar de lado os seus papéis de pais na hora de sofrerem. É por não abrirem mão de suas identidades enquanto portadores de uma função paterna que eles sofrem na *qualidade* de serem pais, estando dessa forma não meramente enlutados, mas paternalmente enlutados.

Resta-nos por fim retornarmos a questão transferencial surgida durante todas as entrevistas, de forma curiosamente semelhante, a respeito desses pais terem algo que eles precisavam me dizer e que gostariam muito que eu ouvisse. Temos, em realidade, também um efeito transferencial menor, porém relevante, relacionado à troca de nomes; ainda que por si só parece não representar muito além do fato de eu estar presente em suas mentes na qualidade de

semelhante a seus filhos, possivelmente em virtude da diferença de idade. O efeito mais importante sem dúvida é que, ao saberem da pesquisa e seus objetivos, todos se prestaram de imediato a participarem, mesmo nada sabendo sobre seu funcionamento, e no decorrer dos encontros se mostraram particularmente afáveis em me dizer o que se passava em suas mentes a respeito de suas experiências com o luto, submetendo-se rapidamente a uma associação livre; mais do que isso, a transferência se mostrou quando começaram a repetidamente assumir em mim um certo traço de respeitabilidade profissional que não ao acaso se liga diretamente às suas intenções para estarem participando da pesquisa. Na premissa de estarem dando a mim seus testemunhos (e nisso ignorando os óbvios efeitos terapêuticos que as entrevistas tiveram, todavia), os pais se presumiam num lugar de importante relevância ao imaginarem estar contribuindo para o crescimento da ciência psicológica, para o amadurecimento de um jovem profissional e, ainda mais curioso, num aparente ato de bravura mártir, da qual me certificaram não haver nenhuma satisfação egoísta, que suas histórias de alguma forma contribuíssem para que outros homens em semelhante situação de perda tivessem suas experiências facilitadas ao aprenderem com eles.

Não impressionaria, talvez, que um gesto assim estaria presente entre participantes de uma pesquisa acadêmica, que genuinamente estariam investidos nos resultados advindos de sua participação voluntária, mas atentando-nos à insistência com que proclamavam suas missões, bem como do mantra que isso se tornou para alguns deles, os pais de nossa pesquisa levantam suspeita de estarem escondendo algo por trás desse gesto. Ainda que poderíamos sem dúvida supor que, visto esses pais participarem em algum grau de um grupo regular de ajuda-mútua, e que se propõe a falar de suas experiências cotidianamente visando diminuir o estigma que cerca o luto, não podemos nos furtar de analisar a qualidade de seus pedidos enquanto parte integral de suas experiências de luto. Se pudermos supor que, como todo o evento psíquico é dotado de uma causa, especialmente valiosa quando indicio de uma relação transferencial, o que estariam esses pais sinalizando sobre seu sofrimento? A resposta é espantosamente simples: eles me mostram que estão *engajados*, que estão *trabalhando* em suas reformas pessoais e que estão fazendo isso de forma *pragmática e desafetada*.

Conforme os pacientes de Freud (1909a; 1909b; 1918 [1914]) intuíram, bem como ele próprio desenvolveu em outros textos (FREUD, 1912-1913), o signo paterno é dotado de uma característica de atribuir-se e de caminhar por outras funções sociais que junto a ele compartilham de atributos em comum, representados habitualmente pela força de sua autoridade e sua representatividade das leis. O pai, nesse sentido, é diluído e também ressaltado entre suas várias mutações funcionais, notoriamente percebidas, entre outras profissões, através

do médico, do professor, do militar e também em última instância, deus. Característica particularmente importante é que o pai da família, enquanto portador de certa autoridade sobre esta, divide com esses outros avatares suas responsabilidades como forma de extensão de si próprio, num movimento de pressupor que esses outros seres que encarnam funções legislativas são portadores dos mesmos papéis que ele próprio.

O que isso tem a ver com os pais de nossa pesquisa é que eles próprios me viram, enquanto pesquisador-psicólogo e profissional acadêmico, espelhos de si onde tiveram refletidas sua própria identidade paterna, com a qual imediatamente puderam dialogar e trocar suas experiências enquanto imaginados semelhantes. Na sua forma mais simples, eles me perguntavam se eu próprio tinha filhos, pois acreditavam que assim certamente eu os entenderia. Em sua atribuição inconsciente, no entanto, essa transferência os implicou num sutil trabalho de reparação de suas próprias imagens, fragmentadas pela perda identitária, através do contar de suas histórias, atribuindo sentido em experiências por vezes há muito tempo intocadas e cristalizadas em seus casulos de enlutamento. Em pura estética analítica, esses pais que baixaram suas guardas para uma aparente simples entrevista, que buscava nada além de seus testemunhos, tiveram suas experiências expandidas, recontextualizadas e certamente não saíram da pesquisa da forma como a entraram. Aos moldes de um acerto de contas, como propõe Freud (1918 [1914]) que seja uma das funções da análise, os pais deram para suas imagens fantasiadas no espelho projetivo o testemunho de sua sobrevivência, os relatos de suas providências e, acima de tudo, no melhor estilo paternal, realizaram na transferência um reparo de si próprios correto, objetivo e sem afeto, pragmático, nos mesmos moldes que exerceram sua paternalidade.

Resta-nos, por fim, nos atentarmos às particularidades de cada um dos participantes da pesquisa, olhando para suas narrativas de sofrimento como sendo verdadeiras histórias que capturam seus singulares enlutamentos em relação com a perda dos filhos.

Entre todos os pais chamados para a pesquisa, Germano foi o primeiro que foi conhecido após a sua concepção e aprovação no CEP/SD, tendo assim inaugurado a primeira das entrevistas com a sua entusiasmada participação. Talvez pelo seu encontro comigo pessoalmente durante uma reunião do grupo ASDL, ou pelo fato de sua filha ser também psicóloga, ou ainda pela sua demanda para um tratamento que apenas se revelaria posteriormente, sua disposição para falar de sua perda foi inegável e de imediato causou a impressão de que haveria nesses pais enlutados, a princípio discretos e reclusos, no fundo uma

necessidade de falarem de si para quem estivesse disposto a genuinamente ouvi-los, mesmo que sob pretensa de cunho acadêmico e psicológico.

Dentre todos os sintomas de seu enlutamento decorrente da perda do filho primogênito, destacamos que, alinhado à experiência de todos os outros participantes da pesquisa, um dos atributos mais evidentes de seu processo foi o enclausuramento em que esteve no tempo logo após a perda, onde conta ter vivido um marasmo de três anos, no geral insignificantes para a sua vida para além de serem representantes do tempo necessário para uma reabertura para o mundo. Consoante até didaticamente com a metapsicologia do luto, Germano dá testemunha da vida que se apaga em suas cores na medida em que ela não remete direta ou indiretamente ao objeto perdido, tornado referencial para quase qualquer trabalho psíquico a não ser que possa ser feita de forma mecânica e autônoma, sem grandes incitações de afeto. Nisso seu pequeno comércio que opera com a esposa se tornou o depositário de todo o seu descontentamento com a vida após a morte do filho, mantendo-se presente somente em corpo enquanto a mente definhava em interações insignificantes com o resto da família. Conforme ficamos sabendo, com exceção de algumas inquietações referentes ao destino dos espermatozóides congelados do filho, nada de relevante acontece nesse período enquanto seu psiquismo se envolve num silencioso trabalho de desligamento afetivo das memórias do filho, retroativamente tornando esse período de sua vida quase como uma zona branca, um espaço intermediário entre o antes e o depois da morte que marca a mudança da pessoa que ele era e da pessoa que passou a ser.

O branco do vazio, do espaço onde falta, acaba por ser curiosamente preenchido com recorrentes ideias a respeito da continuidade da vida do filho, naturalmente, extensão de sua própria. Ainda que o tema da filiação apareça como preocupação para todos os pais da pesquisa, é no caso de Germano que saltam aos olhos os seus elementos mais pronunciados de uma dor transformada em uma espécie de loucura de manter viva a continuação da família por via da passagem de material genético de seu filho. Antes de abandonar relutantemente a ideia, Germano esteve às voltas por anos com o projeto de inseminar alguma mulher com os espermatozóides do filho para garantir a este uma prole, nisso causando a ira da esposa e a repulsa da filha ao fazer sugestões nada agradáveis a elas de quem poderiam vir a ser essas barrigas de aluguel. A preocupação insistente nessa ideia, que parecia vir a ele sem filtros nem restrições, esteve de mãos dadas com o fato de que, não sendo essa uma preocupação nem do próprio filho e nem de sua esposa, mas apenas sua, ele precisou *pagar caro* para sustentar em criogênese os espermatozóides do filho durante uma década, abandonando essa arca apenas quando o seu luto, estando mais bem trabalhado, tomou novos caminhos que o permitiram deixar de lado a obsessão para dar lugar a novos investimentos no mundo que voltava a se abrir.

O pagamento em dinheiro daquilo que o seu psiquismo custou a manter no mesmo lugar funcionou como um congelamento dele próprio, suas ideias fixamente repetidas por dez anos onde o branco dos espermatozóides e do gelo se sobrepunham e ao mesmo tempo pareciam tentar substituir o branco do vazio. Na equação em seu inconsciente de que parte do valor presente na relação com o filho estaria expressa em sua capacidade de gerar descendentes para sua família, portanto, lidar com a morte de um filho implicaria também em lidar com o corte de sua descendência, para tanto havendo a necessidade de uma substituição de semelhante valor àquele perdido.

Enquanto representante de um novo mundo, muito mais aberto e expandido que o seu próprio, seu filho acabou por marcar claramente o quanto Germano foi um homem capturado na encruzilhada de diferentes estilos parentais, estes por sua vez marcados por uma expressiva mudança cultural vivida entre a infância de seu filho e a sua própria. Não seria à toa que o seu filho acabaria por assumir as projeções do pai a respeito de uma vida mais leve e mais afetuosa, culpas das quais Germano nunca conseguiu se livrar após a traumática relação seca com seu pai, sempre severo e distante. Imbuídos na relação com o filho, os afetos nunca bem conectados ao pai se prontificaram a aparecer tardiamente como um ímpeto de amar o seu filho como ele próprio não foi amado pelo pai, numa clara reparação dos danos sofridos em si, e uma triste expectativa da qual ele apenas parcialmente conseguiu corrigir na criação dos filhos. Nisso parecia surgir uma fantasia de que, consertando o problema da descendência, ele estaria com uma tacada dando fim a situação não resolvida tanto com pai quanto com filho, de alguma forma de redimindo de sua culpa no processo. Ainda fortemente conectado com os afetos inconscientes ligados ao pai, Germano recriou partes de sua postura afetuosamente inóspita que culminaram no grandíssimo arrependimento de, no leito de morte do filho, não conseguir exteriorizar palavras que acompanhariam o seu afeto a ele, que numa trágica metáfora para a relação dos dois, morreu com o pai ao seu lado, porém em silêncio.

A ausência de palavras que (des)coloriu a relação entre pai e filho não demonstra uma ausência de afeto ou emoção, no entanto — esses meramente estiveram presentes em outras vias de satisfação mais possíveis de serem encontradas do que a aparentemente impossível quebra de papéis necessária para a circulação da palavra. Na história contada a respeito das diferenças culturais entre sua família e a do genro, de origens germânicas e italianas, respectivamente, onde supostamente haveria livre afeto circulando onde na outra havia apenas severidade e cumprimento de papéis, uma fantasia formou-se para dar nome ao que a sua culpa acusou como imperativo familiar: a inescapável natureza de sua hereditariedade, da qual foi refém e falhou em reeditar com o filho na condição de pai. Sua fantasia, portanto, tinha caráter

de explicação e de certa forma reparação de suas contingências, dando nome, origem e local para o problema que, inicialmente relativo apenas a sua própria origem, mais tarde veio como justificativa e também como motivo que custou-lhe a possibilidade de uma nova vida com seu filho, para ele parecendo ser mais fácil que a sua própria. Expresso em seu nome está a tragicidade e beleza de sua história, do qual ele não conseguiu escapar e até o último suspiro de seu sofrimento o acompanhou como significante incontornável da impossibilidade e inevitabilidade, assim como a própria morte de seu filho, que veio dilacerar e escancarar sua condição de ser sofrente — e demasiadamente germano.

Os achados que encontramos em outro dos pais possui também contornos semelhantes nos temas de enclausuramento da vida social e da geral dificuldade do retorno do psiquismo a algum grau de restabelecimento. Para Pedro, podemos compreender que os longos anos de isolamento do cotidiano após a morte da filha vieram em resposta à gravidade do acontecido, principalmente no que diz respeito à *forma* e as circunstâncias dessa morte, que acabam por afetar largamente o seu processo de luto. A violência com que sua filha foi vítima, num assalto tornado assassinato, torna presente entre as representações de Pedro a respeito da morte fortes componentes morais que o colocam frente a frente com uma realidade crua de sentidos, onde a raiva despertada pelo constante não-saber a respeito da *motivação* do assassinato de sua filha rachou até mesmo suas estabelecidas crenças em deus e no homem, ambos tornados bodes expiatórios para sua farta indignação de terem tirado de sua vida a grande jóia de felicidade. Se pensarmos que no seu caso não houve preparação alguma para o contato com a morte, que entrou de intrusa em sua vida real como o mais indesejado dos pensamentos, não surpreende que, para além do largo tempo passado no luto mais doloroso, onde vemos o enclausuramento típico após a perda, existe na jornada de Pedro ainda mais tempo dedicado ao seu luto agravado pela gravidade da situação da perda, que suscita problemas de ordens legais e morais — e justamente por isso surge em seu discurso um claro endereçamento aos agentes que supostamente se encarregam desse tipo de função em escala social.

A história de vida de Pedro surge, então, com material farto para nortear o seu julgamento moral a respeito da situação e age como um claro agente que distribui a culpa e o significado do ocorrido como principal viés por onde aderem os afetos feridos com o rasgo psíquico da perda. Sua educação moral, portanto, retorna com força desigual para justificar a circunstância da morte e dar os roteiros para onde todos os atores da cena serão dirigidos — os agressores que assaltaram e assassinaram sua filha devem ser presos e *punidos*, os coadjuvantes que compactuaram com o roubo no local devem ser encontrados e *culpabilizados*, e por fim, os próprios sistemas jurídico e penal precisam ser *reparados* para melhor estabelecer as devidas

leis que estabelecem o destino daqueles que a infringem. Na concepção moral-pedagógica aprendida através dos cuidados do pai, onde o olho vale por olho, Pedro respaldou sua construção fantasística que explica, justifica e acalenta a crua realidade sem sentido que invade seu mundo após a perda da estimada filha-jóia. Aos moldes de um roubo material, onde a busca de perpetradores culpados do crime é seguida destes se tornarem objeto de medidas corretivas pelas devidas agências sociais, vemos que essas medidas seguem para tanto uma escala prevista conforme o valor do objeto roubado, que então dita qual seria a punição mais adequada. Na concepção de Pedro, apenas o *pagamento* na mesma moeda poderia acomodar o grau hediondo do crime, e portanto se sua filha foi roubada de sua vida, os culpados do crime deveriam receber como punição a privação máxima de suas próprias vidas, seja essa sob a forma de uma prisão perpétua ou de uma sentença de morte. A sua clara insatisfação pelo fato dessa realidade não poder ter sido realizada por vezes recobre o franco ódio e rancor direcionado aos assassinos e, mais ainda, aos avatares do sistema penal que deveriam se encaber desse tipo de coisa — e assim os outros personagens da história, como os juízes, a polícia, e por extensão a própria mídia se tornaram em alguma medida cúmplices do crime que não conseguiram devidamente punir.

A expectativa de uma punição por *merecimento*, precipitado da educação rígida de Pedro ensinada pelo pai, acaba por denunciar o quanto do seu processo de luto foi tomado por contornos de ordem moral, onde se fala pouco de outras questões a respeito da filha que não estão mais diretamente relacionados a esse campo. A isso se soma um segundo componente moral muito próximo, entendido a partir da história de vida de Pedro: as origens humildes da família, sustentada por um pai trabalhador que quis um destino diferente de seu próprio para os descendentes, foram apenas o início de uma longa trajetória de imenso sucesso profissional que culminaram em sua atual circunstância de “magnata” do campo imobiliário da cidade. Esse forte componente *meritocrático*, do qual Pedro é consciente e em nenhum momento se esquia, mas ao contrário, o nutre como componente reluzente de seu caráter, acabou por funcionar enquanto fio condutor de sua forte identificação com a filha, que recebe grande parte de seu valor psíquico enquanto jóia da coroação de sua vida de sucesso. Se, no entanto, poderíamos talvez supor que, nessa corrida vertical para escapar das origens pobres da família e atingir o patamar social idealizado, Pedro teria imbuído suas filhas de um forte e enrijecido tratamento moral-pedagógico semelhante ao seu próprio, acabamos por encontrar justamente o contrário: uma educação cuidadosa e sensível para sua pequena jóia.

Os preceitos recorrentes entre os pais de sua geração e classe social, como o de propiciar uma liberdade alternada com deveres, bem como a tentativa de reparar certos dos erros

entendidos como vindos da educação da geração anterior, sempre personificados na figura do pai e seus excessos, aparecem na história de Pedro com a educação de suas filhas, que se mostraram aptas a receberem dos pais essa educação ordenada e progressista. Não é de se estranhar, portanto, que no discurso de seu processo de luto apareçam os componentes relativos aos cuidados parentais de cunho moral, onde a expectativa de uma vida ordenada pelos preceitos de trabalho, conquista e crescimento pessoal, que eram sem saber esperados para a vida da filha, ao serem rompidos com a perda se tornam pura desrazão e descrença no mesmo sistema que em primeiro lugar formou a base destas crenças. No curiosíssimo exemplo que Pedro trouxe para representar o amor da relação entre pai e filha, o miolo-coração da *carne* significa a clara identificação entre ambos, proferidas de forma não irrelevante numa das fartas festividades comuns à casa, e inadvertidamente coloca os contornos inconscientes de uma relação que é também monetária, proprietária, ou ainda, *fálica* — na medida em que coisifica na relação a *carne* e a *jóia* como significantes centrais na maciça projeção da filha enquanto continuidade de seu próprio narcisismo, a filha ideal que levaria adiante sua própria visão de mundo.

Num aparente paradoxo, no entanto, temos notícia de que nas narrativas de Pedro sobre sua filha, a questão da descendência e da continuidade filial da família não aparece em primeiro plano e nem gera sintomas de luto inconscientes para reparar essa aparente quebra de continuidade. Seria de se esperar que, numa aspiração burguesa-aristocrática comum ao discurso meritocrático, surgiriam problemas dessa ordem, mas a filha de Pedro aparentemente passou ilesa desse problema e nada em seu discurso de luto trouxe isso à tona. Esse, talvez, seja um problema que possa ser resolvido buscando na tradição familiar-social uma resposta, na verdade, bastante simples: de entrada, o nome da família da mulher dificilmente é levado adiante para os filhos, sendo reservado esse privilégio aos homens. Tendo isso em mente desde muito cedo, Pedro, pai de duas filhas mulheres, talvez nunca tenha se preocupado muito com o problema da filiação, abandonando pretensas literais de continuação de seu nome através das filhas. Nisso acabamos por encontrar, como um elemento contingente dessa ideia, que Pedro pôde educar sua filha com certa liberdade que não seria encontrada num filho homem, que conscientemente carregaria o título de sucessor. Os contornos que então surgem dessa interpretação dão espaço para pensarmos em sua filha querida como uma verdadeira jóia, uma princesa que coroa seu pai como um rei ao final da busca pelo merecido trono após uma vida norteadada pelo trabalho e progresso. Aqui, sim, encontramos um resquício disso: o *dote* da filha, da qual seria presenteadada para entrar na vida adulta, é dada pelo pai não como presente para o casamento com o noivo (ainda que isso também estivesse a caminho), mas para o casamento

com a carreira e o trabalho, e nisso, o pai soberbamente aprova que a filha adote em vida adulta os exatos mesmos ideais que ele próprio acredita, e assim, presenteando-a por isso. Por essa história de resquícios aristocráticos, onde uma relação imensamente afetuosa entre pai e filha são, por um lado, uma aparente exceção aos costumes habituais e, por outro, reduto de uma moral tradicionalista e patriarcal, que nos lembramos de ninguém menos que o controverso Dom Pedro I, figura paternal de imenso prestígio histórico (DEL PRIORE, 2013) enquanto representante da moral civilizada de seu tempo e lugar e também de sua aparente contradição e inverso, enquanto pai afetuoso e atento aos cuidados afetivos de sua prole.

Na contramão dos dois casos analisados até agora, onde vemos distintas características que apontam para diferentes facetas do luto paterno, encontramos no relato de Casmurro muito pouco que se empreste à uma análise do luto na qualidade de paterno, ainda que o seu caso se distinga pela sua evidente característica de se tratar de um luto não elaborado. Desde o primeiro contato, Casmurro se diferenciou dos outros pais por ser o único que não teve contato com o grupo ASDL e nunca participou de um de seus encontros, coisa que, por si só, não seria nenhum indicativo do estado do seu psiquismo após a perda do filho, mas que acaba por servir de importante indicador do quão restrito se tornou a sua energia psíquica após o abalo e do quão enclausurado em seu próprio sofrimento ele se tornou, restringindo-se ao pequeno mundo do seu trabalho e do ritual sacralizado de visita ao túmulo do filho.

O que talvez salte aos olhos no encontro com o seu relato é que, de saída, não ficamos sabendo de nada a respeito de seu filho ou da relação entre os dois, visto que todo o conteúdo que Casmurro escolheu para proferir a respeito do tema que o trouxe à pesquisa foi o seu próprio estado emocional; e sobre isso, assim como ele próprio se dispôs a falar pouco, também parece que havia muito pouco a ser falado — o indicativo claro de seu estado de luto não elaborado aparece na qualidade de seu discurso focado na inércia, no imutável e no igual. Decorridos treze anos da morte do filho, surpreende uma fala como “o que estou te dizendo hoje poderia muito bem ser o que teria contado lá naquela época porque para mim nada mudou desde então”, como se o tempo não tivesse passado desde a morte do filho — o que, de fato, é o que entendemos ter acontecido do ponto de vista de seu psiquismo, até hoje atrelado com o passado que manteve intacto. O filho-objeto perdido que lá atrás surpreende o pai com a morte inesperada não encontra até hoje vias de escoamento desse abalo e por isso nem mesmo seu relato consegue abrir o menor espaço que seja para acrescentar a esse filho perdido algumas palavras que dessem novo significado à perda. Somado ao tema da perda do filho em si, onde esperaríamos encontrar temas e assuntos que fossem correlatos da mesma perda, como questões referentes ao futuro esperado-desejado do filho ou mesmo o abalo de sua identidade enquanto pai,

Casmurro apenas tem para pronunciar o quanto o abalo sofrido irrompeu nele uma sede por respostas para as perguntas que não se calam em seu universo interno: os porquês, os comos e os ses.

Nem mesmo as suas breves incursões no cristianismo e no espiritismo serviram de fonte para saciar sua sede de respostas. Num curioso gesto que contempla a contradição, ao mesmo tempo o furor de seus questionamentos filosóficos e também suas descrenças apriorísticas quanto aos lugares que procurou, Casmurro deu aí indício de que, ao menos por um momento, esteve energicamente tentando dar vazão e razão ao seu sofrimento. O resultado dessa empreitada, no entanto, ficou claramente expresso em seu descontentamento com o que encontrou como possíveis respostas, que em nada apaziguaram o seu estado de desconforto. Temporalmente, tanto em nível cronológico quanto psíquico, parece que é apenas a partir dessa época que o seu luto se cronifica e daí então perde qualquer possibilidade de movimentação em prol de uma posição resistente, defensiva, onde a economia de gastos psíquicos se torna sua principal forma de evitar o restante de sua vida dolorosa.

Mesmo nesse mar de expressões rígidas e sofridas, ainda assim encontramos em Casmurro algum colorido como forma de escape ao marasmo de seu sofrimento: o beija-flor e o avião, elementos ordinários tornados significantes de seu filho que esporadicamente o presenteiam com a sua presença. Como é possível o beija-flor ter se tornado objeto de sua busca pelo filho? Ainda que não saibamos a trajetória que tornou possível essa relação, sabemos que, juntamente com o avião que risca o céu com sua turbina, ambos têm seu efeito apaziguador para Casmurro, como uma pequena infusão de felicidade em sua vida ordinária. Sem estarem acompanhadas de palavras que possam imbuir essas cenas de algum significado, no entanto, elas funcionam muito mais num mecanismo catártico do que qualquer genuíno trabalho de luto, escoando em pequeníssimas doses parte da dor que ainda assim continua se renovando, como numa ferida não cicatrizada que ainda sangra. Para não dizer que não falamos em (beija)flores, como já sabe o poeta, não deixa de surpreender que Casmurro ainda reteve nessa crença que, mesmo parecendo não ter lugar na sua constelação psíquica, visto se tratar de uma justificativa irracional, ainda assim permanece como elemento sempre atuante em seu luto cronificado, como uma necessária sustentação de uma contradição que de nenhuma outra forma faria parte de sua habitual visão de mundo. Dizendo de outra forma, é como se Casmurro tivesse aprendido por experiência que, melhor do que não acreditar em nada e continuar sofrendo sempre da mesma forma, é melhor acreditar em *algo* e nisso encontrar alguma paz de espírito para a própria dor. Aqui se torna possível entender o valor do psiquismo em produzir *metáforas* que, mesmo incognoscíveis para a racionalidade, expressam os conteúdos inconscientes pulsantes

por alguma representação, encontrando saídas para dizerem do sofrimento que, por si próprio, nada significa.

Se procurarmos no restante de suas expressões de sofrimento algo que desse algum indicativo do quão profundo deve ter sido o rompimento de seu psiquismo, seria apenas no gesto que só ele parece compreender o sentido: as visitas semanais ao túmulo do filho morto na presença do filho restante. Num autêntico ato de repetição, semana após semana, que então segue para ano após ano, Casmurro se deteve na quieta contemplação da sepultura erguida para o filho, símbolo que como nenhum outro marca o local cimentado no espaço em comum entre si próprio, a relação perdida e o hiato que o liga e, ao mesmo tempo, que o separa do filho. Pesada, inabalável e inerte, ao esmo dos elementos naturais, o túmulo veio a se tornar espelho dele próprio, um pai sem palavras que consigam dar lugar ao sofrimento gerado pela perda de um filho, forçado pela quietude a se tornar como o próprio filho, morto, cercado por um caixão, enterrado pelo tempo. A pedra no caminho de Casmurro foi introjetada no fundo de sua alma, tornando-se ele próprio uma grande pedra de sepultura, lembrando como ninguém um certo personagem clássico da literatura brasileira que, amargurado, ressentido, tornou-se um homem fechado para o mundo, escondendo que dentro de si vive e sofre seu próprio luto de tempos passados.

Ao final do nosso percurso, o que dizer a respeito de Ésquilo, o único dos pais a ser duas vezes entrevistado para essa pesquisa? A dúvida vem da aparente redundância ao tentarmos analisar um homem que tão magistralmente sabe discorrer sua história sem que precisemos nós fazer muito trabalho de desvendar grande parte de seu sofrimento, já que ele próprio o soube fazer, em grande maioria, a partir das circunstâncias de seu trabalho de luto. Pai enlutado tornado sobrevivente e mestre nos assuntos de luto, se seguirmos sua própria terminologia, Ésquilo nos traz como nenhum outro pai a clareza e precisão de uma narrativa somente acessível àqueles que, com o seu trabalho de luto, encontraram palavras que circunscreveram o sofrimento gerado na perda para nisso dilacerarem a angústia nos ricos e plurais sentidos de uma nova existência. Ainda que seu discurso não esteja livre de excessos, contradições e incertezas, como por excelência sempre estará, ele contém os elementos que nos situam numa clara temporalidade onde o luto decorrente da perda marca um antes e um depois, reflexo que vemos no psiquismo do próprio Ésquilo, que agora abarca seu sofrimento passado como parte constituinte de si na medida em que ele foi historicizado — e nesse gesto encontramos o genuíno trabalho de luto que inevitavelmente desemboca numa *transformação*: do Eu que se alarga a cada nova palavra que confere significado à angústia enquanto essa

dissipa a dor ao restaurar a mobilidade do psiquismo. Nisso não nos resta dúvida ao dizer que Ésquilo, que por muito tempo esteve enlutado, certamente hoje não mais o está.

Se pudermos então tomar o seu exemplo a partir dos conteúdos de seu discurso, veremos que Ésquilo soube como nenhum outro elencar, nomear, classificar e descrever os elementos envolvidos em seu sofrimento, nos dando assim notícias claras daquilo que para ele foi relevante em seu processo. Em outras palavras, ele conseguiu “dar nome aos bois” e, nisso, nos responder sobre quais seriam, afinal, as vicissitudes do luto paterno. Na condição de pai enlutado, Ésquilo trouxe à frente em sua história aquilo às vezes tão óbvio que é difícil de enxergar: o pai perde o filho na condição de humano que perde um ente amado, e também perde o filho na condição de pai que perde sua prole. Sobrepostas a todo o momento, essas duas posições nos remontam então ao fato de que o luto paterno é um luto, no mínimo, duplo, fortemente marcado pela condição de estar sendo desfeito um laço montado da singularidade da relação entre duas pessoas e ao mesmo tempo recebendo contornos sociais que demarcam a relação estabelecida entre pai e filho, cada qual com suas características e componentes. Ainda que um luto paterno não se restrinja necessariamente apenas a esses dois campos, visto que nunca realmente poderemos saber o que havia de inconsciente numa relação entre pessoas e por isso nunca é possível nomear uma perda na íntegra, para Ésquilo, ambos aparecem didaticamente elencados como fontes para o seu sofrimento. Para ele, esse foi um saber conseguido em duras batalhas contra a constante amargura que o invadiu após a morte do filho, mas também, conforme fica claro em sua narrativa, através da própria investigação, análise e comparação dos temas que ele aprendeu a obter satisfação ao investigar, relacionados a nada menos que a morte, o luto, e a medicina, psicologia e filosofia envolvida em ambos.

O que é claro e consciente para ele nem por isso deixa de nos trazer um importante dado a respeito de si e de seu processo de luto: Ésquilo encontrou através de seus estudos satisfação que teve valor de apaziguar suas dores, tanto em caráter preventivo quanto terapêutico. Na medida em que a dúvida e a incerteza o invadiam, em genuíno movimento *páthico*, o saber adquirido com a investigação acalentava o excesso de dor, a longo prazo tornando-a inoperante enquanto ele lentamente caminhava para recobrar alguma normalidade em seu mundo. Não sejamos rápidos em deduzir, no entanto, que esse gesto seria indicativo da quantidade pequena, “controlada” de angústia envolvida em seu luto, já que em realidade temos o oposto ao final de seu processo — na mesma medida em que Ésquilo esteve sofrendo sua dor, paulatinamente transformando-a em saber, concluimos que o “mestre” que ele se tornou emprega ao inverso aquela energia do luto para constituir o seu arcabouço de experiência. Se pudermos, então, confiar na verdade da sua experiência e no quão enfático ele é ao contar de seus estudos e da

importância deles em sua trajetória, deduzimos que o próprio termo por ele escolhido, que implica *maestria*, não é ao acaso, já que afinal não é com pouco sofrimento que se faz um mestre.

Ao final desse trabalho, decorridas visíveis e notáveis transformações em sua visão de mundo, história de vida e projeções para o futuro, surge então, em suas próprias palavras, um novo Ésquilo, um que agora sabe melhor das dores do luto e que, simplesmente por isso, merece o título de *outro*. E, se é possível acreditar no poder de escolha dentro dessas circunstâncias, dessa vez seu título já é outro, ele agora é mestre — e assim entendemos que a massa identitária paterna, em grande parte perdida junto com seu filho, foi substituída por uma nova identidade, a de *sobrevivente* de seu luto, mas não apenas isso, de *mestre* em sobrevivência. Sua ferida narcísica é exposta para fora para tornar-se sua armadura, sem medo nem piedade daqueles que não gostam do que vêem; afinal, se ele próprio sofreu na pele os mandatos sociais ao redor do tabu da morte, em franco desgosto pela etiqueta social reservada aos enlutados, ele agora tornou a redução desse tabu como missão de vida, oferecendo sua história de vida para quem quiser ouvir, seja feito um filme de sua história ou não.

Sua participação tornada recorrente no grupo ASDL serve então ao propósito de sua nova narrativa de vida, fechando assim um ciclo iniciado com sua entrada nos encontros, quando ainda apenas acompanhava a esposa em seu choro sem palavras, para se tornar com ela membro indispensável na condução e organização do grupo, até hoje o único homem que se prestou à essa função. Na medida em que reconheceu ali um lugar primoroso para investir seus ensinamentos, Ésquilo passou a ocupar a função de acalantar e apaziguar o sofrimento alheio, sempre consciente de estar fazendo assim uma espécie de reparação aos danos que ele próprio sofreu: seja pela equipe médica que pouco deu de perspectiva para a sobrevivência de seu filho, seja pelos profissionais que não souberam reconhecer a verdade de seu sofrimento de perda, ou mesmo pela sociedade que, em larga escala, esconde os assuntos da morte e do luto, ele agora carregará consigo a missão de tornar essas circunstâncias menos sofríveis para aqueles que vierem após ele.

Não tenhamos dúvidas de que a mensagem que ele desde o início direcionou a mim, nesse aspecto nada diferente de todos os pais da pesquisa, para ele tinha o valor de redimensionar para o “psicólogo do grupo” o fervor de indignação que um dia esteve na mira do psicólogo, por extensão psiquiatra, que lá atrás não souberam ouvir nem respeitá-lo em sua condição sofrida. Os vários avatares de paternidade-autoridade que povoam sua história como figuras de auxílio, não por coincidência unidos muitas vezes sob signo magistral de uma mesma *pátria*, reaparecem direcionados também para o psicólogo-pesquisador, que espelha para ele

sua própria paternidade arruinada que ele energicamente se dispõe a reconstruir. Num primoroso movimento de encerramento de seu trabalho de luto, Ésquilo redireciona sua angústia num discurso de sobrevivência e aprendizado ao mesmo tempo em que repara sua paternidade fragmentada, garantindo assim a possibilidade de uma verdadeira reconstrução narcísica que trouxe de saldo positivo nada menos do que seu retorno à vida e ao mundo para além do umbigo de seu próprio luto.

Com referência à tradição dramaturga grega, Ésquilo nomeia a figura histórica do detentor do grande mote do trabalho de desvendar o sofrimento do psíquico, o *pathei mathos*, e dele se torna um digno representante para fazermos a pergunta: o que o sofrimento nos ensina?

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrarmos essa dissertação sobre as vicissitudes do luto paterno, faz-se necessário retomarmos o lugar de onde surgiu a problemática da pesquisa: o grupo de ajuda-mútua Amigos Solidários na Dor do Luto. Na condição de espaço privilegiado para fazer circular as palavras que acompanham a dor da perda daqueles que por ali estiveram, esse importante e singular grupo se tornou lugar por onde passaram incontáveis pessoas que, cada uma com sua história, contribuíram para tornar a experiência do luto menos sofrida em nível pessoal, familiar e mesmo social. Nele encontramos histórias de superação por vezes incríveis, com claros contornos literários, histórias mundanas de lamúrio repetitivo e difícil, cenas de cotidianos devastados com as mortes que poderiam ser do ente mais querido, mais próximo e do mais distante, supostamente esquecido, e dos conhecidos e familiares doentes, que tiveram algum tempo de preparo para o inevitável abalo da perda. O que se repete entre essas histórias é que, nelas, normalmente com alguma clareza, encontramos os elementos de tragicidade inerentes ao sofrimento psíquico enquanto tal; dotados de um elemento *páthico*, onde aquilo que vem de fora enquanto registro da morte invade o psiquismo, o que causa o espanto daquilo que não é passível de ser nomeado num momento, se presta num momento seguinte enquanto o motor de trabalho para mover a dor desprendida no abalo através de ressignificações, memória e recontagem, isso que chamamos de trabalho de luto.

Enquanto figuras de sobrevivência por essa atribulada passagem, os participantes do grupo nos dão notícias de seus processos internos quando contam de seus sofrimentos, nisso revelando para outros que estão mudados por essa travessia, tendo se dado conta de qualidades e defeitos seus que até então desconheciam, de coisas a respeito de si e do outro que sabiam mas precisaram a grande custo deixar para trás para seguirem adiante, ou mesmo admitem para si próprios que não aceitam e não querem saber de precisar lidar com tanta dor despertada no encontro com a morte de um ente querido. Em meio a esse verdadeiro fórum de narrativas de sofrimento, no entanto, algo sempre esteve em medida desproporcional: as posições de fala majoritariamente são reservadas às mulheres, que na condição de viúvas e de mães enlutadas, declaram abertamente suas dores e nisso se tornam espécies de porta-vozes da experiência do luto, figuras que atraem para si uma aura de terem em, alguma medida, uma sabedoria sobre isso. Nesse contexto se faz presente uma importante questão social a respeito do sofrimento das mulheres: enquanto símbolos do sofrimento de longa data na trajetória histórica do luto, especialmente quando reunidas sob a figura da viúva, como abrir o espaço onde outras formas de sofrimento poderiam se expressar, visto esta ter se tornado a expressão coletiva do próprio

luto? Na medida em que os discursos que circulam no grupo, e por extensão os discursos acadêmicos que dele derivam, acabam por homogeneizar a experiência do luto quase como se essa fosse um atributo da experiência feminina, o que dizer então do luto dos homens? Estariam eles de alguma forma imunizados contra a passagem pelo luto, para então não precisarem dar notícias de si no grupo? Ou haveria algo mais?

Quando fomos até eles oferecer um espaço para falarem de si, a resposta expressa em suas longas, detalhadas e lamuriosas falas sobre suas experiências com o luto não nos surpreendeu; é *óbvio* que eles sofrem com a perda de um ente querido e nisso expressam o mais íntimo de suas subjetividades, pautadas em ricas e singulares histórias de vida que dão as cores com as quais coloreem suas passagens pelo enfrentamento da dor. O tabu da morte e do próprio luto, condição que atua em larga escala para o encobrimento de suas falas no social e mesmo dentro do grupo, se mostra pouco operacional quando visto no contexto de suas singularidades, onde o que se mostra então é um rico mundo interno onde vemos que há, na realidade, muito a ser dito a respeito do sofrimento advindo dessa vivência. Em suas histórias, conseguimos constatar que as vicissitudes, por assim dizer, do luto paterno, estão diretamente ligadas à qualidade de como são estabelecidos os laços desses pais com seus filhos e também dos atributos envolvidos na manutenção de suas identidades enquanto pais, sendo que, ao final, se torna possível verificar um forte cunho narcísico que embasa as expressões de seus sofrimentos. Os assuntos que eles elegem enquanto representantes de sua dor estão ligados, portanto, às suas preocupações em manter funcionando a entidade familiar da qual se sentem encarregados e em resolver de forma eficaz os problemas levantados com a lida ritual-burocrática da morte, tarefas com as quais tentam lidar em nível de realidade material. A nível interno, relativo às suas experiências subjetivas, suas preocupações se voltam para assuntos de descendência e filiação, para a culpa de palavras e atitudes não proferidas em tempo, nos sentimentos de fracasso e impotência ao se verem privados de acompanharem o crescimento dos filhos e, sobretudo, nas questões dos cuidados de cunho pedagógico e moral que exerceram para educar seus filhos, assunto do qual eles muito tinham a dizer — e que trazia associado uma invariável ambivalência em relação a seus próprios pais e suas próprias criações. Com um arcabouço tão rico de temas, seria de se estranhar que, apesar de haver necessidade de fala e de expressão de afeto, ainda assim os homens não parecem dar notícias de seus sofrimentos no espaço do grupo, escolhendo lidar com toda a turbulência interna mantendo-se contidos e, muitas vezes, inexpressivos diante da perda. O que poderia haver então que organizasse suas expressões de forma tão opaca e inóspita — ao menos socialmente?

Ainda que todo o trabalho de luto tenha, por natureza psíquica, cunho narcísico, sendo impreterivelmente pautado na organização subjetiva de cada sujeito, encontramos que, nos pais, o narcisismo de suas dores esconde um componente importantíssimo que condensa grande parte da especificidade desse luto: o seu caráter identitário paternal-masculino, ao mesmo tempo expresso e escondido em seus sofrimentos. Na medida em que estiveram atentos e ativos na criação dos filhos, conforme temos notícias através de suas falas sobre como cuidaram deles, esses pais estiveram cultivando um laço que envolvia diversas facetas de cuidado parental, sobretudo quando relacionados à providência moral, financeira e educativa da família, e nisso estabeleceram uma relação onde o *amor* aos seus filhos estava expresso na sua capacidade de prover essas necessidades. Mesmo quando, por vezes, ainda existam outros filhos vivos, com os quais eles mantêm alguma relação de paternagem semelhante, após a perda, o filho morto passa a se tornar o preferido, o mais amado, o algo mais — fenômeno que compartilham com as mães enlutadas na medida em que, ao se ferirem narcisicamente em seus ideais de bons pais, o dado da realidade de que existem outros filhos é pouco ou até irrelevante comparado às suas dores direcionadas ao filho morto, seguindo o modelo de trabalho de luto onde todo o psíquico se volta para o mesmo objeto, já que, dos restantes, às vezes sequer temos notícias em suas falas. Seguindo esse percurso, entendemos então que para eles a perda se dá num referencial de atividade, ou melhor, de *falta* de atividade, pois na medida em que esses laços foram formados sob a égide de um cuidado provedor, quando esse elemento é retirado de cena, o que resta para eles se manterem psiquicamente atrelados às suas identidades paternas é muito pouco, e nisso eles entram no longínquo enclausuramento de falta de sentido para aquilo que foi sua atuação e atividade por toda a época de criação dos filhos. Nesse sentido, o luto paterno convoca ao sujeito-pai à inescapável lida com as questões referentes ao seu próprio desempenho e, de certa forma, credencial enquanto pai e provedor — e dado que, após a lida com os encargos ritualísticos da morte, os quais eles sempre se prontificam a resolver, resta muito pouco a ser *feito*, no que se refere ao vazio deixado em seus psiquismos e seus cotidianos, os pais caem num estrondoso des-uso psíquico após a morte de seus filhos que torna suas vidas marasmos emocionais, secos em qualquer expressão de afeto na medida em que são consumidos pelo luto.

Não é de nenhuma ajuda, além disso, que seus componentes identitários de masculinidade se mostram atuantes no luto, sempre seguindo noções tradicionais a respeito do que pode e do que deve fazer um homem numa situação de perda. Não precisamos nem ir longe para entender o que está em questão nessas noções: os pais falam sobre como não podem deixar de prover suporte para a família a qualquer custo, sobre precisarem conter suas emoções em público, sobre não poderem incomodar ninguém com as suas dores, e nisso, sempre atrelando

a ideia do que eles conhecem como ser pai com a do que eles acreditam ser homem. Mesmo se mostrando atentos a essa questão, por vezes até mesmo avessos a esse decoro, os pais não deixaram de performar socialmente seus esperados comportamentos de estoicidade e retenção afetiva, pagando na pele o preço por estarem arruinados internamente e ainda assim precisarem cuidar de burocracias e encaminhamentos demonstrando estarem contidos e desafetados — o único momento em que se sentem de alguma forma úteis e responsáveis, visto que logo após essas necessidades terminarem, eles caem então no marasmo da falta de sentido por não terem mais o que fazer enquanto pais. Por estarem em conflito com seus componentes identitários masculinos, se é que podemos conjecturar essa ideia a partir apenas das entrevistas, no entendimento de que eles estariam em contradição com a expressão de seus afetos, os pais acabam por afunilar seus sofrimentos nos moldes daquilo que entendem ser a sua identidade de homem, e nisso, acabam por engasgar suas possibilidades de expressão da própria dor e precisarem conviver com ela sob duas características: a da dor em si e o silêncio que tentam fazer dela. Nisso temos que o componente imaginário-identitário da masculinidade atua no trabalho de luto da mesma forma que qualquer outro elemento do narcisismo, fornecendo a gramática com a qual o sofrimento pode ou não ser expressado. O que resta então é um luto engasgado, onde as palavras e os afetos não encontram muito espaço para traduzirem os sentimentos envolvidos com a perda — a não ser que estejam direcionadas para alguém que possa ouvi-los e, através do compartilhamento de suas vivências de dor, transformá-la de volta para eles com valor de experiência.

Não deve surpreender, afinal, que de entrada esses pais tinham algo para me *dizer* e eles não saíram de suas conversas comigo sem antes dar voz a esse engasgo gerado em seus trabalhos de luto. O que é possível de compreender ao final deste trabalho é que aqueles pais que, participando de um grupo de ajuda-mútua, tinham suas presenças reduzidas, seus discursos fechados no desempenho de seus papéis familiares e suas narrativas quase ausentes de profundidade afetiva, estavam, em realidade, escondendo que tinham algo para dizer — e que, aos moldes da esfinge, ofereceram seus textos-sofrimentos para serem desvendados, me fisingando para me tornar o agente revelador de suas histórias.

Há cerca de cinco anos, quando participei do grupo ASDL pela primeira vez, me deparei com a família do pai que, anos mais tarde, eu chamaria de Dom Pedro, participando ativamente daquele encontro. Sua postura foi emblemática desde aquela vez: além de mim, o único homem num grupo de quase trinta mulheres, ali falando de sua postura enquanto parceiro no sofrimento da esposa, que o acompanhava falando de sua história de superação. No ano seguinte conheci Ésquilo, quando ele esteve no grupo pela primeira vez. Acompanhei o longo percurso onde ele

e a esposa, essa inicialmente muda nos encontros, começavam a falar de si para logo estarem dando auxílios vários aos novos participantes e servindo de ajuda na coordenação e manutenção do grupo. Germano conheci anos mais tarde, já na altura desta pesquisa, em situação muito semelhante ao Dom Pedro, participando do encontro na condição de pai ajudante nos caminhos de recuperação do luto da filha e esposa, ambas ali presentes. Já Casmurro, antes de o conhecer pessoalmente, tive notícias de sua presença no discurso da esposa, essa participante regular do grupo, que repetidamente dizia ter problemas familiares com o marido que não queria mais falar de nada relacionado ao filho falecido. Cada um desses pais, ao seu modo e ao seu tempo, incitaram em mim semelhante dúvida em relação aos seus pertencimentos naquele grupo: com um discurso tão destoante dos outros, como seria possível eles estarem ali na condição de *iguais* àquelas mulheres? Mesmo sob o mantra do grupo, que diz que “a dor maior é a dor de cada um”, algo na estranheza desses pais me fazia questionar se ali eles não estariam na condições de serem *outros*, diferentes, e por razão disso destoarem da homogeneidade dos discursos sobre o sofrimento e nisso levantarem a dúvida a respeito do que seria então que os une às mulheres enquanto sofredores no luto pela perda de um filho. A dúvida que se abriu em mim diante desses pais, que por sua vez se mostraram aptos e dispostos a me dizer algo dela, eu senti como ímpeto de explorar essa diferença e para isso *nomeá-los* conforme atuava fazendo uma ponte, na qual a passagem pelo luto os levou da vivência crua de significados para chegar a um saber de experiência.

Podemos nos questionar, nesse sentido, se não foi a própria identidade do pesquisador, semelhante à desses homens, que pôde servir de facilitador para que a barreira de resistência dos pais fosse aberta para o encontro com seus afetos e histórias. Se temos notícias transferenciais de que, sob a figura do profissional-pesquisador, os pais entravam em um contato especular com algo de suas próprias identidades paternas, não é estranho a ideia de que também na semelhança implicada num espelho de suas masculinidades houvesse algo para o qual seus discursos refletiam. Os elementos de identificação com o semelhante, portanto, forneceram possibilidade de abertura para que diversos pontos associados ao sofrimento pudessem ser colocados à vista, num movimento contrário ao de enclausuramento oferecido socialmente. Não apenas a identificação com o *semelhante* pode prover subsídio para encontrarmos conteúdos do inconsciente através da transferência, mas também é preciso lembrarmos que, por vezes, o imaginário dos pais apontou para estes virem no pesquisador também resquícios, talvez imagéticos, talvez contratransferenciais, de seus próprios filhos: temos aqui nada menos do que material para pensarmos que a qualidade da transferência pode ser não apenas estritamente edípica, mas também *filial*. Se, afinal, os pais estavam dizendo para

o espelho de suas imagens paternas fragmentadas que eles eram capazes de recuperar a sua integridade psíquica-identitária com os atos de seus lutos, ao pensarmos que a imagem do espelho poderia ser também a de seus próprios filhos, a mensagem se torna então imbuída de um novo significado: não apenas a qualidade inconsciente de suas relações pode advir de suas histórias mais arcaicas, onde se formaram e se dissolveram conteúdos de cunho edípico, mas também são possíveis que relações da vida adulta, de organização filial e, portanto, de cunho social, geram marcas suficientemente significativas no inconsciente para também atuarem enquanto conteúdo transferencial. Em outras palavras, encontramos que os moldes de cuidado e providência presentes na relação pai-filho podem vir a se atualizar em outras relações que não com apenas os filhos da realidade, mas com outros, o que efetivamente a coloca como uma genuína possibilidade entre as empreitadas afetivas humanas, dando assim notícias daquilo que sabemos intuitivamente e que sem dúvida encontramos nesta pesquisa: é através do cuidado que os pais amam os seus filhos.

Encontramos neste estudo imprescindível fonte de acesso para o mundo interno desses pais enlutados, que escondem valiosos componentes que dizem de suas subjetividades, suas histórias e suas dores, isso porque tornamos claro que, ao buscarmos nas expressões do sofrimento os seus elementos constituintes, chegaremos no encontro com a própria estruturação do psiquismo e dos seus modos de funcionamento, o que efetivamente torna o luto uma inigualável fonte de acesso para a exploração de fenômenos psíquicos. Por essa razão, além da contribuição para o universo científico e psicanalítico a respeito da importância e das imensas possibilidades do trabalho com o tema do luto, trazemos o nunca antes explorado tema da especificidade do luto paterno enquanto digno de nota, e com ele, também os temas adjacentes levantados pela pesquisa como a masculinidade e a paternidade, todos eles muito pouco explorados sob viés psicanalítico. A pesquisa deixa também novos horizontes para a questão do sofrimento humano, extrapolando o habitual uso do feminino para a sua exploração, e ao invés trazendo os temas da masculinidade e da paternidade como portadores de grande relevância para o estudo de questões da subjetividade, tanto em seus componentes identitários quanto em sua relação com o campo social. A respeito de quais seriam, então, as vicissitudes do luto paterno, respondemos que elas se ligam aos componentes constitutivos dos laços que unem pais e filhos, tanto na qualidade de relação afetiva mas, sobretudo, pelo caráter de providência que norteia as suas funções de paternagem com esses filhos. Concluimos, assim, que esses pais enlutados puderam, *a partir* e também *por causa* de seus lutos, falarem algo de si, expondo suas feridas internas, cicatrizadas ou abertas, com histórias dignas de filme ou

pesadamente insólitas, mas sempre dignas de serem ouvidas enquanto representantes dos seres
sofrentes que eles são.

REFERÊNCIAS

- Allouch, J. *Erótica do Luto no Tempo da Morte Seca* (1995). Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004. Tradução de Procopio Abreu.
- Ariès, P. *História Social da Criança e da Família* (1975). Rio de Janeiro: LTC, 2ª edição, 2016. Tradução de Dora Flaksman.
- Ariès, P. *O homem diante da morte* (1977). São Paulo: Editora Unesp, 2013. Tradução de Luiza Ribeiro.
- Berlinck, M. T. (2000). *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta.
- Ceccarelli, P. (2005). O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. Maringá: Psicologia em Estudo, v. 10, n. 3, p. 471-477, set/dez.
- Dor, J. (1991). *O Pai e Sua Função em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Etchegoyen, R. H. (2002). *Fundamentos da Técnica Psicanalítica*. Porto Alegre: Artmed. Tradução de Francisco Frank Settineri.
- Figueiredo, L. C., Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. São Paulo: Jornal de Psicanálise, 39 (70), pp. 257-278, jun.
- Freud, S. Análise fragmentária de uma histeria (1905 [1901]). In _____. *Sigmund Freud Obras Completas Volume 6*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 173-320, 2016. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. Análise da fobia de um garoto de cinco anos (1909a). In _____. *Sigmund Freud Obras Completas Volume 8*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 123-284, 2015. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. Observações sobre um caso de neurose obsessiva (1909b). In _____. *Sigmund Freud Obras Completas Volume 9*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 13-112, 2013. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise (1912). In _____. *Sigmund Freud Obras Completas Volume 10*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 147-162, 2010. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. Totem e Tabu (1912-1913). In _____. *Sigmund Freud Obras Completas Volume 11*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 13-244, 2012. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. O início do tratamento (1913). In _____. *Sigmund Freud Obras Completas Volume 10*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 163-192, 2010. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. Os instintos e seus destinos (1915a). In: _____. *Obras Completas Volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 52-81, 2010. Tradução de Paulo César de Souza.

- Freud, S. O inconsciente (1915b). In: _____. *Obras Completas Volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 99-150, 2010. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. Luto e melancolia (1917 [1915]). In: _____. *Obras Completas Volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 170-194, 2010. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. História de uma neurose infantil (1918 [1914]). In: _____. *Obras Completas Volume 14*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 13-160, 2010. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina (1920). *Obras Completas Volume 15*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 114-149, 2011. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. Inibição, sintoma e angústia (1926). In: _____. *Obras Completas Volume 17*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 13-123, 2014. Tradução de Paulo César de Souza.
- Freud, S. O futuro de uma ilusão (1927). In: _____. *Obras Completas Volume 17*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 231-301, 2014. Tradução de Paulo César de Souza.
- Giffin, K. (1998). Exercício da Paternidade: Uma Pequena Revolução. In: Silveira, P. (Org). *Exercício da Paternidade*. São Paulo: Artes Médicas.
- Gomes, R. (1998). As Questões de Gênero e o Exercício da Paternidade. In: Silveira, P. (Org). *Exercício da Paternidade*. São Paulo: Artes Médicas.
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objectiva.
- Machado, A. V.; Madrucci, G. F. & Cremasco, M. V. F. (2016). De onde fala um psicanalista no hospital? Reflexões sobre o luto, a psicopatologia fundamental e a ética. Curitiba: Pluralidades em Saúde Mental: Revista PsicoFAE, 5 (5), p. 47-60.
- Machado, A. V.; Ferrão, C. S.; Segalla, G. S. & Cremasco, M. V. F. (2017). Sobre o luto: contribuições da psicopatologia fundamental. In: Peres, R. S. Hashimoto, R. Casadore, M. M. Braz, M. V. (Orgs). *Sujeito contemporâneo, saúde e trabalho: múltiplos olhares*. São Paulo: EdUFSCar, p. 135-152.
- Magtaz, A. C. & Berlinck, M. T. (2012). O caso clínico como fundamento da pesquisa em Psicopatologia Fundamental. São Paulo: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 15 (1), pp. 71-81, mar.
- Moura, A. & Nikos, A. (2000). Estudo de caso, construção de caso e ensaio metapsicológico: da clínica psicanalítica à pesquisa psicanalítica. São Paulo: Pulsional Revista de Psicanálise, vol. 13, n. 140-141, p. 69-76.
- Muzio, P. A. (1998). Paternidade (Ser Pai)... Para que Serve?. In: Silveira, P. (Org). *Exercício da Paternidade*. São Paulo: Artes Médicas.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: A atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.

Kovács, M. J. (2003). *Educação para a Morte: temas e reflexões*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Koury, M. G. P. (2003). *Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto*. Rio de Janeiro: Vozes.

Loewestein, I. & Barker, G. (1998). De Onde Vem o Bom Pai? Reflexões a Partir de uma Pesquisa Qualitativa com Adolescentes. In: Silveira, P. (Org). *Exercício da Paternidade*. São Paulo: Artes Médicas.

Priore, M. d. (2013). Pais de Ontem: transformações da paternidade no século XIX. In Priore, M. d. & Amantino, M. (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, p. 153-184.

Romanelli, G. (2003). Autoridade e Poder na Família. In: Carvalho, M. C. B. de (Org). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC, Cortez Editora, 5ª ed.

Roudinesco, E. (1999). *Por que a psicanálise?*. Rio de Janeiro: Zahar. Tradução de Vera Ribeiro.

Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Minas Gerais: Psicologia & Sociedade*, 22 (1), pp. 180-188.

Silveira, P. (1998). O Exercício da Paternidade. In : _____ (Org). *Exercício da Paternidade*. São Paulo: Artes Médicas.

Vasconcelos, V. M. R. de (1998). Desenvolvimento Humano, Psicologia e Cultura. In: Silveira, P. (Org). *Exercício da Paternidade*. São Paulo: Artes Médicas.